

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**A MÍDIA ALTERMUNDIALISTA: A PARTICIPAÇÃO DO *LE
MONDE DIPLOMATIQUE* NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL**

Elisa de Santana Batalha

**Porto Alegre
2006**

Elisa de Santana Batalha

A mídia altermundialista: a participação do *Le Monde Diplomatique* no Fórum Social Mundial

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi

Porto Alegre

2006

Dedico essa dissertação a todos aqueles que acreditam e buscam um outro
mundo possível

Agradecimentos

Agradeço antes de tudo a Deus, por ter me dado discernimento, curiosidade e um mínimo de perseverança que me permitiram chegar até aqui. Agradeço a minha família, especialmente a minha mãe e irmã, por incentivarem minhas iniciativas profissionais e acadêmicas, e por estarem sempre ali. Agradeço à Coordenadora do Curso de Mestrado, Maria Susana Arrosa Soares por criar as circunstâncias para um debate acadêmico saudável, e a todos os professores. Um obrigada especial vai também para Beatriz Accorsi, pela simpatia, acolhimento e eficiência, que tornam realmente nossa vida mais prática e alegre.

Meus mais profundos agradecimentos vão ainda para meu orientador, Prof. Carlos Arturi e para meu co-orientador Carlos Milani. Gostaria que soubessem que realmente me considero privilegiada por ter contado com tamanho profissionalismo, atenção (e paciência) durante todo o processo de elaboração desta dissertação.

Agradeço ainda aos meus amigos, que de perto ou de longe acompanharam esse longo processo, por serem tão especiais. E por último e principalmente, agradeço ao meu amado marido Alexandre, que tanto representa na minha vida e sem cujo incentivo eu não teria sequer começado esta empreitada.

RESUMO

A presente dissertação aborda a relação do jornal francês *Le Monde Diplomatique* com o Fórum Social Mundial. O tema é abordado sob a ótica da sociologia das relações internacionais, procurando contextualizá-lo no âmbito das discussões sobre atores não-estatais e estudos midiáticos, a partir dos efeitos que o fenômeno globalização produziu sobre os debates teóricos nas Relações Internacionais como disciplina. O estudo de caso demonstra que o jornal teve um papel determinante na construção do discurso e das estratégias de ação do movimento por uma globalização alternativa, e na conseqüente elaboração e realização do Fórum Social Mundial. Além disso, por sua relevância e singularidade no cenário midiático, o jornal colaborou para a ampliação do poder simbólico do evento/processo ao longo de todas as suas edições. O veículo é considerado, portanto, como uma expressão pioneira e atuante no movimento altermundialista.

ABSTRACT

The present study analyses the relation between the French newspaper *Le Monde Diplomatique* and the World Social Forum. The theme is accessed by the sociology of the international relations' theoretical support and discussed considering the emergence of non-state actors and media studies, once they reflect important consequences produced by globalization that affect the theoretical discussion in International Relations. This case study shows that the journal was determinant to the construction of the discourse about an alternative globalization, and to the eventual World Social Forum process. Moreover, because of its relevance and singularity amongst international media, the publication contributed to enlarge the World Social Forum's symbolic power in all its editions. The paper is then considered as a pioneer and active member in the alterglobalization movement.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - Com logo, mas sem <i>press release</i>	08
CAPÍTULO 1 - Relações Internacionais, atores não-estatais e os novos debates teóricos.....	18
1.1 A crise de paradigmas nas Relações Internacionais.....	18
1.2 <i>World Politics</i> : redes, transnacionalidade e <i>soft power</i>	22
1.3 A sociologia das R.I. e o retorno à filosofia.....	28
CAPÍTULO 2 - A globalização e suas implicações para a política mundial...	35
2.1 A polissemia do termo globalização.....	35
2.2 A contestação internacional.....	43
2.3 Sociedade civil global.....	50
CAPÍTULO 3 - Altermundialismo ou antiglobalização: a disputa de poder simbólico entre a mídia alternativa e a mídia corporativa global.....	57
3.1 A globalização da comunicação.....	57
3.1.1 As tecnologias da informação e a reordenação do espaço-tempo.....	58
3.1.2 Imperialismo cultural X apropriação localizada.....	60
3.1.3 A mídia corporativa ou <i>mainstream</i> como agente discursivo e econômico....	63
3.1.4 A mídia como detentora de poder simbólico.....	65
3.2 A mídia alternativa: uma definição eclética.....	67
3.3 Alternativos e ativistas de mídia.....	72
3.3.1 Da complementaridade à discordância?.....	76
CAPÍTULO 4 - O Le Monde Diplomatique e o Fórum Social Mundial: discurso e estratégias no movimento altermundialista.....	82
4.1 Quem são os altermundialistas?.....	82
4.2 <i>Le Monde Diplomatique</i> : formulador do altermundialismo.....	93
4.3 As origens do Fórum nas páginas do Diplô.....	103
4.4 O LMD e o debate sobre o futuro do Fórum.....	112
CONCLUSÃO.....	118
BIBLIOGRAFIA.....	121
ANEXOS.....	130

INTRODUÇÃO

Com logo, mas sem press release

Em seu *best-seller* “No Logo”, a ativista canadense Naomi Klein brada contra a dominação da lógica corporativa, em particular contra as marcas que, no lugar de simplesmente representar produtos, embutem maneiras de pensar, representam um estilo de vida (KLEIN, 2002).¹ As corporações transnacionais contemporâneas - a Nike como exemplo emblemático na obra de Klein - não mais concentram suas estratégias na produção, mas no *design* e principalmente no *marketing*, cuja lógica é lançada como tentáculos a toda espécie de campo. “No Logo” foi traduzido para 27 idiomas e vendeu mais de um milhão de exemplares ao redor do mundo.² Pode-se dizer que as idéias contidas na obra são referências nas manifestações dos movimentos anti-corporativos e contra as instituições internacionais, que se iniciaram em Seattle, 1999, e Gênova, 2001, e tiveram nesses lugares os seus momentos mais explosivos.

Dois anos depois da publicação de “No Logo”, teve lugar em Porto Alegre o Fórum Social Mundial, derivado da costura de um consenso entre diferentes movimentos sociais brasileiros e internacionais contra essa mesma lógica de mercado universalizante - o “pensamento único”, nas palavras de Ignacio Ramonet. No entanto, apesar da complexidade de idéias e correntes presentes nos debates do FSM, este se utilizou da estratégia de divulgação bem conhecida pelos estudiosos do *marketing*: uma imagem simbólica clara (o mapa-múndi estilizado em que os continentes aparecem todos lado a lado, sem a divisão Norte - Sul) e, acima de tudo, um *slogan* de fácil compreensão: “um outro mundo é

¹ A publicação original em inglês é de janeiro de 2000.

² Ver <http://www.nologo.org>.

possível”. Esse dado é aparentemente paradoxal, mas não foram encontrados estudos que o abordem. A estratégia globalizada do “movimento antiglobalização” passou despercebida, ou foi naturalizada.

Outro aspecto da estratégia de divulgação do Fórum Social Mundial que quase passou despercebido, exceto pelos jornalistas presentes ao evento, especialmente às suas três primeiras edições, de 2001 a 2003, foi a ausência de *press releases*.³ As notas oficiais de imprensa, produzidas pela organização, que em qualquer outro evento desse porte teriam inundado as caixas de *e-mail* dos jornalistas designados pelas empresas de mídia para cobrir o FSM, neste caso, não existiam. Além da programação oficial do evento, não havia um guia de “o quê e como cobrir o FSM”. A jornalista Marlise Viegas Brenol notou essa ausência. Em sua dissertação de mestrado intitulada “Fórum Social Mundial: um espetáculo da sociedade e outro da mídia” (BRENOL, 2004), ela se propunha a analisar a diferença de enquadramento entre a cobertura de imprensa do evento - a partir do estudo de matérias publicadas em cinco grandes jornais⁴ - confrontada com o material de divulgação oficial do próprio Fórum. Para representar a visão oficial, no entanto, ela não pôde se utilizar de *releases* extraídos da página eletrônica oficial do Fórum⁵, como era sua intenção inicial, mas de matérias completas publicadas de maneira autônoma pelo próprio site do FSM, em um *link* próprio intitulado “notícias”. A autora registra essa mudança de planos na dissertação, mas não sem uma leve denotação de incredulidade, conforme expressa a certa altura: “Não é possível afirmar se o FSM fez ou não divulgação prévia em *press releases*, pois não há registro deles na página eletrônica.” (BRENOL, 2004, p.65)

³ No meu caso, participei da terceira edição do evento como integrante da equipe de jornalistas responsável pela atualização do *site* oficial do evento, quando pude ter contato com a assessoria de imprensa contratada pelos organizadores do FSM e constatar que realmente não existiam *press releases*.

⁴ Foram eles: New York Times; The Globe and Mail; Folha de São Paulo; El Nacional; Zero Hora.

⁵ Ver <http://www.forumsocialmundial.org.br>.

Na verdade, não havia feito mesmo.⁶ Realmente, esse dado, durante os seis dias de duração da terceira edição do evento (ocorrido de 23 a 28 de janeiro de 2003) deixou alguns jornalistas um pouco atônitos (muitos deles acostumados a fixar-se nos *releases* para economizar tempo de apuração, um bem tão raro nas redações de jornais). No entanto, a autonomia na publicação de notícias ressalta o caráter de independência do evento em relação à imprensa tradicional. A inexistência dos *releases* e a divulgação de notícias próprias, além dos *links* no *site* oficial do evento para outras notícias produzidas pela rede de *sites* parceiros de mídia alternativa reforçavam a estratégia de difusão e cobertura menos convencional escolhida pela organização do Fórum.

A autonomia do FSM em relação à imprensa comercial - sem apontar qualquer causalidade com a ausência de *press releases*, de resto só mencionada - é justamente a conclusão a que chega Marlise Viegas Brenol no seu trabalho, um dos poucos estudos encontrados a respeito da cobertura de imprensa do Fórum Social Mundial.⁷ Essa dissertação teve como objeto empírico o Fórum Social Mundial nas suas duas primeiras edições, de 2001 e 2002. A autora analisou a produção de notícias de duas fontes: aquelas publicadas por veículos da “mídia impressa corporativa” e aquelas divulgadas pelo site oficial do Fórum. Fundamentada teoricamente no conceito de espetáculo midiático desenvolvido por teóricos da comunicação tais como Guy Debord, e utilizando o método de análise de enquadramento, a autora concluiu que houve duas representações midiáticas diferentes do “espetáculo” Fórum Social Mundial. Uma, aquela produzida pela mídia comercial, foi considerada em linhas gerais como “fragmentada (textos curtos e diagramação recortada), comportamental ou

⁶ Mais curioso ainda é observar que atualmente (2006), no *site* oficial do Fórum Social, no *link* “Memória do FSM 2003”, constam, entre outros atalhos para documentos e textos, um *link* para “Material para a imprensa”, onde as matérias que foram produzidas originalmente como notícias autônomas publicadas no *link* “notícias”, à época da terceira edição do Fórum, constam hoje como se tivessem sido *releases*. Dá a impressão de que os responsáveis pela assessoria de imprensa do Fórum (de uma empresa de São Paulo contratada para o evento) tivessem compilado *a posteriori* as notícias como notas oficiais de imprensa. Ver <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=releases>.

⁷ Para outros trabalhos encontrados sobre o tema, ver RODAMILÁNS, s.d. e CASTRO, 2005.

personificada (temática do exotismo, das atitudes bizarras), imagética (descritiva, nas quais a estética se sobrepõe ao conteúdo) e legitimadora (utilizando-se de notáveis: intelectuais, escritores, políticos e pesquisadores, “vozes” que dão credibilidade ao evento). De acordo com o estudo, com base nas diferenças de enquadramento das notícias publicadas pelo próprio FSM, ou seja, pela mídia “alternativa/oficial” (termo meu) e naquele da mídia impressa corporativa, pode-se falar de “dois Fóruns”.

...existem dois Fóruns distintos: o FSM da página eletrônica oficial e o Fórum Social da mídia impressa. O primeiro é construído através da rede de comunicação formada por movimentos sociais, universidades, partidos políticos, instituições do Terceiro Setor e sociedade civil organizada em geral. O segundo se apropria do primeiro e constrói um conceito diferente, a partir de enfoques díspares. (IDEM, p. 67)

Na cobertura feita pelo site oficial, conforme mostra o estudo da jornalista, a totalidade dos textos abordava a temática das conferências, palestras e oficinas, reportando as idéias, pensadores, discussões e proposições. A principal fonte das notícias eram as “vozes” dos chamados notáveis - palestrantes, intelectuais, políticos, e escritores presentes aos debates. Enquanto isso, a cobertura da imprensa comercial representava o evento sob outro enfoque: “O FSM da mídia impressa é representado de outra forma, ou seja, a partir do evento real concreto que debate idéias e propostas, destaca-se o bizarro, exótico e curioso do comportamento dos participantes. Tal enfoque carrega uma conotação negativa, pois desvia a atenção das idéias para a estética. É imagético, carregado de textos descritivos e superficiais”, constatou a jornalista. (IDEM, p.68)

Apesar das abordagens superficiais, que, segundo a autora “dispersaram a mensagem, mas agregaram poder simbólico”, o enquadramento dos jornais impressos teve visibilidade bem mais ampla do que as notícias da Internet. O fato de ter sido dado o nobre espaço das

suas páginas já resulta em poder legitimador do evento, segundo a autora do estudo. Além do mais, ela ressalta, a mídia teria destacado, mas não inventado esse “outro Fórum”:

No entanto, é preciso ressaltar que as manifestações, encenações e apelos emocionais não foram criados pela mídia. Os fatos curiosos pertencem à representação social do Fórum; a mídia deles se apropriou, reproduziu-os e enfatizou-os de forma a seduzir a audiência para consumir a notícia. (IDEM, p.68)

Já a divulgação das notícias da página eletrônica oficial do evento era destinada, ainda segundo o estudo, não a um público de massa, mas aos participantes de mais de 130 países, além de uma rede de “simpatizantes virtuais”. A página eletrônica foi capaz de conectar, identificar e mobilizar um público-alvo específico que já existia em focos dispersos pelo mundo, segundo a autora.

Na conclusão do seu trabalho, a partir da constatação desta discrepância nas representações do Fórum Social Mundial, a autora se permite inferir que a autonomia alcançada pelas matérias divulgadas no *site* oficial do Fórum representa um avanço em termos de estratégia de comunicação dos movimentos sociais, antes mais dependentes da mídia corporativa de massa:

O FSM tornou-se um espetáculo independente pela separação entre a representação da sociedade civil e da mídia. Esse fenômeno de comunicação representa o bloqueio da dependência que até então existia do campo social em relação ao campo da mídia. Os veículos de comunicação de massa que eram, na lógica vigente, imprescindíveis para a produção de espetáculos de comunicação, são, nesse caso, complementares. (IDEM, p.74)

De qualquer forma, a autora constata que, no caso do FSM, estabeleceu-se uma disputa entre os campos da mídia e o social. Qual seria a mais “legítima” representação do Fórum Social Mundial: o “carnaval globalizado” ou “O porto do novo internacionalismo”?⁸

O presente trabalho também tem como tema a mídia e sua atuação no Fórum Social, mas observa apenas um veículo de mídia específico, o jornal francês *Le Monde Diplomatique*, e sua participação na elaboração e realização do evento Fórum Social Mundial, especialmente em suas três primeiras edições, de 2001 a 2003. O jornal, por razões que abordaremos ao longo do trabalho, se constituiria como um terceiro agente, que a autora da dissertação mencionada acima não levou em consideração, mas que certamente contribuiu para tornar mais complexas as representações tanto social como midiática do evento Fórum Social Mundial. O LMD é um exemplo de veículo que não se enquadra na descrição dos veículos “oficiais”, aqueles que produziram material para a página eletrônica do FSM, nem na descrição de mídia impressa “corporativa”, aquela que foi obrigada pela dimensão que o Fórum tomou a dar espaço e visibilidade mundial ao evento. Qual é, então, a especificidade do LMD? Poderia ser ele um veículo de mídia impressa “alternativo”, que viria a contribuir com uma terceira representação, por excelência “internacional” ou “globalizada” e também legitimadora do evento?

O objetivo do presente trabalho, no entanto, não é avaliar o enquadramento ou realizar uma análise de discurso das matérias publicadas pelo jornal *Le Monde Diplomatique* a respeito do Fórum Social Mundial. O trabalho não está restrito à análise comunicacional, que seria justificada em uma pós-graduação em Comunicação Social. Mas a atuação do jornal, como pretendemos demonstrar, não se resumiu à cobertura do evento. O veículo, através de

⁸ A expressão “carnaval globalizado” foi usada em título de matéria publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em 06/02/2002, no caderno especial Fóruns 2002 (Nova York /Porto Alegre), e depois reproduzida por diversos outros veículos: “Fórum Social termina em carnaval globalizado”, conforme encontrado na página eletrônica da Agência Estado (http://www.estadao.com.br/ext/especiais/forum_social/). A expressão “O porto do novo internacionalismo” é título de artigo de Antônio David Cattani, publicado no livro organizado por ele intitulado “Fórum Social Mundial - a construção de um mundo melhor”, coletânea de artigos de diversas personalidades presentes ao Fórum Social Mundial de 2001 e simpatizantes (ver bibliografia).

seus dirigentes, foi um dos maiores colaboradores para a realização do Fórum em si, uma vez que, por exemplo, a idealização do FSM teve ajuda dos editores do *Le Monde Diplomatique*.

O presente trabalho, portanto, tem como objeto de análise o jornal mensal francês *Le Monde Diplomatique* e sua relação com o Fórum Social Mundial. Procuramos demonstrar que o jornal atuou como um dos organizadores, ajudando a construir o Fórum Social Mundial e a torná-lo um evento/processo representativo da nova contestação internacional. A questão que buscamos investigar neste trabalho é como e por que o *Le Monde Diplomatique* - originalmente um suplemento do diário *Le Monde* destinado a embaixadas, consulados e agências interestaduais - tornou-se um agente midiático de grande influência como formulador de opinião e integrante ativo do movimento auto-intitulado altermundialista. A atuação do jornal na construção e desenvolvimento do Fórum Social Mundial e de sua representação simbólica internacional é emblemática da consolidação do processo de transformação por que passou o veículo de mídia. O entendimento deste caso (o *Le Monde Diplomatique* e sua relação com o Fórum Social Mundial), acreditamos, contribui para elucidar as estratégias da nova contestação internacional, que tem na mídia, especialmente aquela não-corporativa ou alternativa, como discutiremos adiante, um ator-em-rede (COLONOMOS, 2004) com duplo papel estratégico (de veículo de mídia e organização atuante politicamente).

A estratégia de pesquisa utilizada para tentar responder esta questão é o método qualitativo por meio do estudo de caso de um objeto concreto, o *Le Monde Diplomatique*, e dentro deste contexto, de outro objeto abstrato, a relação entre o jornal e o Fórum Social Mundial. Quanto aos nossos pressupostos, deve-se salientar que esta relação é aqui entendida como um dos fatores-chave para se compreender a idealização e a forma como foi posta em prática essa nova expressão de protesto e reação à ordem internacional vigente. Compreendemos que, pela dimensão e diversidade temática crescente de suas cinco edições realizadas até agora, sem contar os fóruns temáticos e regionais derivados, seria impossível

abordar o Fórum Social Mundial de maneira integral como objeto de estudo, especialmente em uma dissertação de mestrado com tempo de execução limitado. O recorte utilizado portanto, é a abordagem sociológica das relações internacionais, com ajuda de conceitos da teoria da comunicação, para abordar a relação do Fórum com um veículo específico de mídia, escolhido pela singularidade apontada anteriormente, e que pretendemos destrinchar cuidadosamente.

A estrutura desta dissertação é apoiada na conceituação de estudo de caso de Robert Yin, segundo a qual em um caso complexo é possível acrescentar-se uma espécie de “caso dentro do caso”, que ele chama de unidade incorporada de análise. Nesse estudo, trata-se da relação entre o jornal e o Fórum Social Mundial, acrescentada, ou incorporada, por ser significativa e emblemática para o nosso problema – a relação do jornal francês com o novo movimento de contestação internacional e as estratégias midiáticas do evento Fórum Social Mundial .

A obra de Yin (YIN, 2005) tem o objetivo de resgatar o estudo de caso, que sofre muitas vezes preconceito no mundo acadêmico, como método rigoroso de pesquisa nas ciências sociais. Nela, o autor lembra que é possível utilizar-se também do estudo de caso como parte de um estudo maior de múltiplos métodos (levantamento de dados e pesquisa histórica, por exemplo), para produzir informações convergentes ou complementares sobre uma questão. A contemporaneidade dos acontecimentos estudados, segundo ele, é um argumento a favor do uso do método em relação às outras abordagens. Ainda segundo Yin, o estudo de caso produz conhecimento que é generalizante, mas essa generalização não se dá para uma população ou universo. O estudo de caso produz a generalização que ele chama de “analítica”, ou seja, generalização para a teoria. Yin enfatiza a necessidade do desenvolvimento de uma estrutura teórica para o caso estudado. A utilização da teoria é, para ele, o veículo principal para a generalização dos resultados dos estudos de caso. As

características de complexidade do objeto e contemporaneidade dos acontecimentos estão presentes neste trabalho e levaram à escolha do estudo de caso como método principal. A necessidade de uma estruturação teórica aprofundada se faz ainda mais relevante uma vez que o caso é abordado de maneira interdisciplinar, utilizando-se de conceitos do campo comunicacional e das relações internacionais, disciplina cujo estudo vem sofrendo transformações recentes.

Por isso, no contexto dessa dissertação, apresentamos dois capítulos de fundamentação teórica. O primeiro tem como objetivo revisar o debate em torno do papel dos atores não-estatais nas relações internacionais, como a mídia e os movimentos da sociedade civil e discutir os conceitos e ferramentas teóricas utilizados para a pesquisa, no contexto da visão sociológica das relações internacionais e as aproximações possíveis desta com os estudos de globalização que abordam as questões de transnacionalidade, e encaram as relações internacionais de forma não estadocêntrica, mas como *world politics*. A questão das redes é um conceito chave que ajuda a compreender diversos dos fenômenos contemporâneos abordados.

No segundo capítulo, é analisada a relevância da comunicação para o processo de globalização, os conflitos e movimentos de reação ao fenômeno e as implicações para o estudo das relações internacionais. Houve necessidade de explorar e tecer considerações, com base em alguns autores, sobre um conceito polêmico e em construção, mas muito usado na literatura que se refere ao altermundialismo e ao Fórum Social Mundial: o de sociedade civil global. O argumento para a estrutura da dissertação organizada dessa forma é esclarecer e fundamentar o enfoque sociológico utilizado e a própria escolha do tema, um estudo de veículo midiático, um tema pouco clássico no âmbito das relações internacionais. A escolha é justificada justamente no contexto de uma disciplina em transformação, que, como veremos,

vêm atualizando-se, repensando-se e enriquecendo-se ao tornar mais complexos ou até transcender alguns paradigmas clássicos.

O terceiro capítulo trata do papel da mídia no processo de globalização, da natureza do poder exercido pelos veículos de informação na sociedade contemporânea, especialmente aqueles de alcance transnacional, e da divisão possível da mídia em duas categorias - alternativa ou corporativa - de acordos com critérios formais ou conteudísticos, ambas surgidas em consequência do própria aceleração da produção e da facilidade de acesso às informações no mundo globalizado. Procuramos situar nesse cenário midiático o nosso jornal-objeto, o *Le Monde Diplomatique*, que tem um pouco da sua história contada no capítulo 4, e também um esboço de explicação sobre a relação intrínseca deste com o surgimento do movimento altermundialista, essa nova forma de contestação internacional.

O último capítulo procura remontar algumas das conexões entre o jornal francês e o Fórum Social Mundial, como maneira de demonstrar o comprometimento do jornal não só com o discurso, mas com a formulação e a postura em prática de estratégias inovadoras como a do FSM. A natureza dicotômica do Fórum Social como espaço/movimento e os questionamentos e ambigüidades que isso tem suscitado são abordados como um aspecto que vem sendo debatido também nas páginas do Diplô, páginas que podem ajudar a determinar o futuro do movimento/processo.

É preciso incluir aqui ainda uma pequena observação de ordem metodológica. Devido às fontes consultadas para a elaboração da pesquisa serem em grande parte publicadas em língua inglesa ou francesa, optei por fazer as citações traduzidas (por mim mesma) para o português, da maneira mais literal possível. Considerei que ficaria extenso e enfadonho repetilas no idioma original. Confio, portanto, na compreensão dos leitores, que, de qualquer maneira, podem recorrer às publicações originais mencionadas na bibliografia.

CAPÍTULO 1

Relações Internacionais, atores não-estatais e os novos debates teóricos

1.1 A crise de paradigmas nas Relações Internacionais

Desde sua origem como disciplina, o debate entre diferentes visões a respeito do seu objeto e do nível de análise nas relações internacionais nunca foi apaziguado. Marie-Claude Smouts (SMOUTS, 2004) lembra que os grandes paradigmas – isto é, os princípios gerais que orientam o trabalho dos especialistas – são os paradigmas em torno dos quais gravita uma parte influente da comunidade científica em um determinado momento, não um conjunto de proposições reconhecido unanimemente. Bertrand Badie (BADIE, 2004) enumera as proposições e postulados do primeiro paradigma – a prevalência dos Estados Nacionais como os principais atores das Relações Internacionais, disciplina que, para ser fiel às suas origens, deveria chamar-se “inter-estato-nacionais”. A afirmação fundadora é de que o Estado, enquanto ator racional-estratégico e entidade politicamente monolítica, é a unidade de base, o elemento constitutivo das relações internacionais. Dessa visão decorrem os outros postulados essenciais que nos informam sobre o comportamento desse ator central:

A rivalidade que o opõe a seus semelhantes é alimentada pela insegurança que domina a vida internacional; ele enfrentará essa situação com uma política de poder que poderá conduzi-lo a escolhas de aliança; sua conduta será, nessa perspectiva, forjada pela satisfação de um interesse nacional feito da maximização de sua segurança e de seu poder.” (BADIE, 2004, p. 36)

Por essas razões que resumem muito brevemente a teoria realista, o domínio da política exterior difere radicalmente do domínio da política interna, cujos modos de funcionamento não deveriam, segundo essa visão, ser levados em consideração nas análises internacionais. O contraponto a essa visão estadocêntrica exclusiva vem sendo desenvolvido, não sem controvérsia, ao longo das últimas décadas com o avanço da pesquisa na área, e é chamado de maneira didática por Marie-Claude Smouts de paradigma pluralista: o conjunto das correntes que pensam o mundo como um conjunto de relações multicentradas nas quais os atores não-estatais ocupam um lugar importante.

O debate interno da disciplina não é bidimensional apenas, ou seja, realistas *versus* pluralistas. Num esforço sistematizante, Marie-Claude enxerga pelo menos três planos de “debates inacabados” na teoria das relações internacionais. O primeiro, dos realistas fundadores *versus* “idealistas” (cujo foco era a cooperação antes da competição), repercute periodicamente, fazendo surgir na década de 70 os “neo-realistas”, e aqueles recentemente chamados de “neo-idealistas” que enfatizam a noção de “governança”. A essa primeira clivagem entre internacionalistas, Marie-Claude sobrepõe o debate epistemológico entre behavioristas “quantitativistas” e “tradicionalistas”. Os primeiros, segundo ela, esperavam que os recursos matemáticos e informáticos como a simulação da teoria dos jogos por meio de computadores permitissem elevar, finalmente, as relações internacionais ao status de ciência. Sob o “rótulo” de tradicionalistas ela aproxima a chamada escola inglesa e também Raymond Aron, para quem “a multiplicidade de objetivos simultaneamente perseguidos tornava a indeterminação dos atores demasiado importante para que fosse possível uma verdadeira teoria, com premissas, hipóteses e leis” (ARON *apud* SMOUTS, 2004).

Nos trabalhos que resultam de ambos os debates, cada um à sua maneira, a autora vê as primeiras contribuições para a relativização do estadocentrismo exclusivo e da discrepância

radical entre política interna e internacional. Entre os behavioristas – definidos como aqueles que se dedicaram ao estudo do comportamento dos atores como escolha de objeto, seja por métodos quantitativos ou não - ela vê a primeira quebra da imagem do Estado como ator unitário racional e a assimilação das aquisições de outras disciplinas, tais como:

...a teoria dos sistemas para o estudo do sistema interestatal (Kaplan), a sociologia das organizações para o estudo da tomada de decisões em política externa (Allison, Halperin), a psicologia para as patologias da cognição (Jervis, Janis), a antropologia política e a sociologia dos movimentos sociais para as relações transnacionais e para a articulação das dimensões externo/interno (local/global) da política internacional ... Em suma, esse movimento contribuiu para a tomada de consciência do fato de que as relações internacionais eram feitas por seres humanos e não por entidades abstratas.” (SMOUTS, 2004, p. 17)

Da contribuição dos autores da chamada escola inglesa, a autora destaca a visão do sistema internacional com algumas nuances. Para eles, entre os quais Hedley Bull sobressai como autor emblemático, a anarquia encontra-se temperada por regras. Em nome do interesse, ela traz nela mesma a possibilidade de ordem e permite-nos falar em “sociedade dos Estados” ou “sociedade internacional”.

No entanto, uma tentativa de sistematização em “escolas” ou “correntes” também não é consensual no âmbito da teoria das R.I., e o objetivo de se esboçar um esquema não é amarrar a disciplina em “pacotes teóricos” fechados, mas antes ressaltar os aspectos de ampliação dos horizontes da disciplina que cada visão trouxe e destacar que os debates permanecem atuais e são intrínsecos à produção de conhecimentos, especialmente em uma área tão recente e num período de transformações tão aceleradas. Como afirma Bertrand Badie, “a história prepara armadilhas à teoria das relações internacionais” (BADIE, 2004, p. 44).

Para Badie, no centro do debate sobre a crise da disciplina está a transformação do Estado Nação. Ele propõe, em última análise, uma visão historicizada, e não-universalista ou personificada do modelo de Estado westfaliano como saída para a reconstrução da teoria nas relações internacionais. A proposta de Badie passa por conceitos de desterritorialização e relativização da soberania, processos que estão dando novos contornos e novas funções ao Estado nacional no mundo contemporâneo. Mas é preciso esclarecer que, para o autor, o Estado não foi abolido e o realismo, nas suas palavras, “não está morto”(BADIE, 2004, p. 41). Nesse ponto, Badie evoca a perspectiva neo-realista de Kenneth Waltz, para quem o estado se impõe hoje mais do que nunca, como regulador, parceiro credível, mantendo ou ampliando sua função diplomático-estratégica, continuando a legislar e sendo capaz de manter uma ascendência determinante sobre os atores não-estatais. A visão de Waltz (WALTZ, 1999) sobre a globalização, como analisaremos no Cap. 2, é também essencialmente neo-realista, mas nisso nada tem de “conservadora”, uma vez que ela se aproxima da visão dos novos movimentos de contestação internacional, que pedem a retomada da dimensão política que vem sendo deformada pela preponderância da dimensão econômica (financeirizada) no discurso sobre a globalização. Assim, no lugar de nos prendermos a rótulos teóricos maniqueístas e disputas paradigmáticas, procuraremos utilizar neste estudo os autores e visões que realmente nos auxiliam a compreender o objeto de estudo empírico e suas relações com o movimento de contestação da ordem internacional vigente.

Na visão de Badie (BADIE, 2004), assim como para outros autores que enfocam as relações internacionais sob uma ótica sociológica, a qual tentaremos seguir aqui, o Estado é um objeto historicizado e não um fim em si mesmo. Não se trata, portanto, nesse estudo, de negar o Estado ou minimizar sua importância, mas destacar as relações complexas entre “teias” de atores não-estatais que sempre existiram, e hoje têm ainda mais possibilidade de acesso a algum grau de diferentes formas de poder devido a vários fatores, entre eles as novas

tecnologias de comunicação e o poder simbólico que elas reúnem. A análise não fundamentada no Estado constitui uma opção teórico-metodológica e não a adesão de caráter ideológico a um princípio da relativização do Estado. Ao situarmos o Estado como um dos atores das relações internacionais contemporâneas, não estamos concomitantemente defendendo os pressupostos de um Estado-mínimo sem funções no campo da sociedade mundial. O importante aqui é estarmos atentos ao fato de que a emergência de atores não-estatais, especialmente o grau de seu alcance, é um debate crucial à disciplina e ao entendimento dos fenômenos globais contemporâneos, debate esse que se dá há décadas e hoje é um dos pontos centrais no âmbito de uma crise paradigmática. Quando usamos a expressão “crise da disciplina”, não queremos tampouco dizer que se trata de uma questão meramente acadêmica e desconectada dos próprios processos mundiais de que a disciplina se ocupa. A globalização e a complexidade que ela traz para o cenário internacional é, sob o ponto de vista que defenderemos aqui, ao mesmo tempo objeto de estudo e causa da transformação na teoria que tenta ir mais além das tradicionais querelas e abarcar essa complexidade.

1.2 *World Politics: redes, transnacionalidade e soft power*

A própria história da disciplina e seu americanocentrismo contribuíram para dar destaque aos autores que foram os primeiros, nos Estados Unidos, a rejeitar o paradigma estadocêntrico exclusivo. Robert Keohane e Joseph Nye elaboraram uma visão das relações internacionais conhecida como interdependência - uma concepção que incorpora elementos e fenômenos emergentes como as relações entre atores estatais e não-estatais, mas ainda

“clássica”, porque continua a considerar o Estado como unidade básica do sistema internacional. No entanto, as noções de transnacionalidade e de *soft power*, integrantes dessa concepção, souberam se impor por demonstrarem fôlego explicativo para os fenômenos contemporâneos. Essas noções constituem um bom ponto de partida para abordagens como a que pretendemos desenvolver, onde os movimentos sociais e a mídia são encarados como atores principais do movimento de contestação internacional – uma nova arena de conflito político em termos mundiais.

Joseph Nye, no obra recente *Power in the Global Information Age – from realism to globalization* (NYE, 2004), procura sintonizar sua teoria da interdependência com estudos mais recentes sobre globalização. Construída e aprimorada desde a década de 70, com a obra *Transnational Relations and World Politics*, coletânea de artigos editada por Nye e Keohane em 1972, além de *Power and Interdependence*, de 1977, a interdependência procura esclarecer o papel do comércio, das finanças, corporações multinacionais, organizações não-governamentais, Igreja Católica, terroristas e outros. Os autores argumentavam que as interações transnacionais diretas entre cidadãos e grupos criam novos canais e dão resultados diversos dos que seriam obtidos apenas pela via interestatal. A interdependência, com seu já clássico modelo da estrela de cinco pontas, reverte três pressupostos realistas: de que os Estados são os únicos atores significativos, de que a força é o instrumento dominante e de que a segurança é o objetivo primário. Conscientes do que essa argumentação tem de transgressora do sentido clássico de relações internacionais, os autores preferem usar – e o termo aparece em autores estudiosos da globalização também, como John Baylis – o termo *world politics* para designar o tema de seus trabalhos. Assim como a escolha dos termos globalização ou mundialização também encerra muitas vezes dois pontos de vista diferentes sobre o fenômeno mundial e suas implicações, a *world politics* de Nye e Keohane é criticada pelos autores realistas por ser “focada em temas marginais” (NYE, 2004, p. 3). Nye

argumenta que não está, no entanto, descartando o realismo, mas que em alguns casos (como na política intra-européia ou nas relações entre o Canadá e os EUA) as dimensões consideradas de uma perspectiva realista como “marginais” poderiam se tornar centrais para uma explicação satisfatória.

Na visão interdependentista, o poder continua importante e é ele que mantém um país como hegemônico ou reconfigura a ordem do sistema. No entanto, as idéias e a cultura podem ser tão importantes para um país quanto armas e poder econômico, à medida que também forjam o que é interesse nacional. Enquanto o poder em geral é conceituado como a habilidade de conseguir os resultados pretendidos, seja de forma pacífica ou coerciva, o *soft power* é a habilidade de conseguir que os outros queiram os mesmos resultados. Um país pode obter seus resultados pretendidos no cenário mundial porque outros países querem segui-lo, admiram seus valores, imitam seus exemplos, aspiram a seu nível de prosperidade e abertura democrática. Nesse sentido, para os defensores do *soft power*, é tão importante estabelecer as agendas e atrair outros na política mundial quanto forçá-los a mudar por meio da ameaça ou uso de equipamentos militares ou recursos econômicos. “A habilidade de um país de atrair outros para as suas preferências deriva de sua cultura, de seus valores e de suas práticas domésticas, e da percepção da legitimidade de sua política externa”, afirma Nye (IDEM, p.5). O *soft power* é, portanto, o poder dos símbolos e de construção de representações sociais, de externalizar para o mundo representações sociais domésticas.

Para o autor, a tecnologia da informação, com seu desenvolvimento altamente acelerado na década de 90, tornou o *soft power* mais relevante do que nunca, embora muitos dos autores que têm voltado sua atenção para a revolução da informação e para a globalização estejam ignorando a literatura sobre interdependência nos seus trabalhos e por isso estariam, na sua opinião, “reinventando a roda” em vez de trabalhar com conceitos já estabelecidos

sobre fluxos transnacionais e atores não-estatais.¹ No entanto, pelos próprios autores que a conceberam, a interdependência como modelo ainda é utilizada para esclarecer e formular prerrogativas em um tema estadocêntrico. Em artigo recente, por exemplo, Nye discute o futuro dos EUA como potência hegemônica (NYE, 2003). O sucesso em manter-se na liderança dependeria, em última instância, da capacidade dos EUA de manter o seu *soft power*, recurso que segundo o autor vem sendo desperdiçado por uma política externa unilateral calcada em princípios realistas ortodoxos.

Esse uso da teoria interdependentista é descrito pelo autor Ariel Colonomos como sendo voltado para as conseqüências da transnacionalidade, ou seja, “focado em resultados”, para usar uma expressão que denota a lógica do mundo corporativo. Para ele, a noção de redes de fluxos transnacionais pode ser derivada da transnacionalidade de Nye e Keohane, mas a proposta do estudo das redes elaborada por Colonomos em seu artigo “O ator em rede colocado à prova do internacional” (COLONOMOS, 2004) tem outro objetivo e outro enfoque:

A análise dos fluxos privilegiava a avaliação das conseqüências da transnacionalidade. A sociologia das redes implica uma investigação desde o interior ao centro do ator transnacional. (COLONOMOS, 2004, p.196)

A compreensão do sistema internacional encarado como conjunto dos fluxos transnacionais pode se enriquecer, quando voltamos a atenção para os elementos que compõem essa rede de fluxos e compreendemos “por dentro” suas características e funcionamento. Esses elementos são chamados por Colonomos de ator-em-rede, termo que nos apropriaremos para esse estudo. Rede é uma noção que pode ser entendida, conforme a

¹ Inserir as questões da interdependência no contexto dos estudos de globalização parece também ser o objetivo de mais uma obra com co-autoria desse autor: Nye, Joseph S. e Donahue, John D. *Governance in a globalizing world*. Washington, Brooking Institution Press, 2000. O tema das redes aparece no centro do debate também nesta obra.

definição de Manuel Castells, (CASTELLS, 1999) como “um conjunto de nós interconectados”. A natureza dos nós depende do tipo de rede concreta da qual falamos. Podem ser mercados de bolsas de valores, no caso da rede de fluxos financeiros globais, por exemplo, ou sistemas de televisão, estúdios de entretenimento, meios de computação gráfica e equipes para cobertura jornalística no caso da rede global da nova mídia. Para Castells, as redes desempenham um papel central na sociedade na era da informação.

Colonomos analisa a noção de rede uma vez que ela vem sendo usada de forma recorrente em diferentes disciplinas e em especial no campo dos estudos internacionais. Para ele, a questão transnacional e a noção de redes ajudam a explicar as relações entre o sistema internacional e seus atores. Segundo o autor, a noção de rede sempre existiu, e é usada nas R.I desde Morgenthau, só que de maneira implícita, como redes de poder que se colocavam a serviço de objetivos estatais. O autor aponta que em todas as “correntes teóricas” – da escola da dependência a neorealistas e liberais (e nestes últimos com caráter eminentemente anti-estatal e lógica de empresa) - a noção de rede aparece como dinâmicas associativas em escala internacional. As redes, na opinião de Colonomos, incitam um olhar em diversos níveis das ciências sociais, e no campo internacionalista, um retorno à sociologia ajudaria a delimitar de maneira mais isenta um “objeto viciado e arregimentado pelos diversos militantismos” (COLONOMOS, 2004, p. 200).

O autor defende, portanto, que o viés sociológico é o mais abrangente para se analisar o fenômeno das redes – das interações como relação entre a estrutura e agente (ator) no sistema internacional. As relações pouco estudadas, pouco aparentes, podem ter um valor explicativo grande. É “a força dos elos fracos”, um objeto de estudo importante segundo Colonomos, baseado em uma expressão de Mark Granovetter (GRANOVETTER *apud* COLONOMOS, 2004). Colonomos considera o enfoque de Castells e outros autores na

abordagem do tema redes dentro da sociologia geral, mas aponta que no campo das relações internacionais, pode ser mais difícil abordar o tema:

Em primeiro lugar, a escala de análise das redes constitui uma de suas primeiras interrogações. Onde situar o espaço das redes transnacionais no sistema internacional? Trata-se de emanções individuais do poder de Estado? Inversamente, pode-se considerar que as redes compõem um conjunto relacional autônomo? Notemos inicialmente que a segunda hipótese se revela bastante estimulante e inspira hoje um certo número de trabalhos, notadamente em relação aos atores internacionais como os movimentos humanitários, as organizações ecológicas, as religiões.” (IDEM, p. 200-201).

É esse tipo de desafio que orienta o presente trabalho. Um olhar para o Fórum Social Mundial como expressão de uma rede de movimentos sociais e organizações da sociedade civil heterogêneos, profundamente dependente das redes de comunicações e tendo, curiosamente, como um de seus agentes-chave (conforme sustentaremos aqui), uma forma de mídia tradicional, impressa², que se constitui como um dos “elos fracos” dessa rede, um elo de onde o movimento pode ter extraído uma parte de sua força. Assim pretendemos pôr em prática a expressão de Mark Granovetter: “a sociologia das redes transnacionais implica um olhar construtivista”; recompor os “elos fracos” e avaliar sua “força” (IDEM, p.201)

Para Manuel Castells, estudar as redes é essencial porque elas constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo patamar da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social. Além disso, Castells afirma que essa lógica de redes se sobrepõe até mesmo aos interesses sociais específicos expressos por meio das redes,

² O *Le Monde Diplomatique* é essencialmente um jornal impresso, apesar de possuir versão on-line em diversos países.

isto é, a presença na rede ou ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação dessa sociedade em rede.

1.3 A sociologia das R.I e o retorno à filosofia

A abordagem sociológica do Fórum Social Mundial no presente estudo, portanto, o encara como expressão do novo protesto político transnacional, expressão derivada da formação de uma rede de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. O enfoque sociológico nas Relações Internacionais não é novidade e tem seus maiores propagadores entre autores franceses como Marcel Merle e os já mencionados Bertrand Badie e Marie-Claude Smouts. Em comum entre eles, a importância da interdisciplinaridade e a visão da teoria das relações internacionais como um conhecimento em transformação, paralelo à transformação da própria realidade global que ela visa a descrever e compreender, e com implicações nessa realidade. O objeto das Relações Internacionais é, para esses autores, não mais circunscrito a termos estadocêntricos: é a estruturação do espaço mundial por meio das redes de relações sociais (SMOUTS, 2004).

Hoje, parece mais fácil notar as convergências de ponto de vista entre essa definição e a emergência daquelas questões que levaram Nye e Keohane a notar a insuficiência da explicação neorealista e se debruçar sobre temas considerados periféricos. Assuntos “marginais” às clássicas relações inter-estados-nacionais como cultura, mídia, ONGs, meio ambiente, narcotráfico, direitos humanos, entre outros, mostraram importância crescente e ajudaram a forjar, de um lado do Atlântico, a noção de transnacionalidade e o conceito de *soft power*, e do outro, aliado a um olhar crítico sobre o reducionismo e o americanocentrismo da

disciplina, a reduzir a autonomia (ou a auto-suficiência) das relações internacionais em relação às outras ciências sociais.³ A visão dos franceses, no entanto, implicava desde o início um questionamento maior dos limites da disciplina e a perspectiva normativa para o seu estudo. “As Relações Internacionais existem não somente pelo conteúdo, processos e efeitos das interações, mas também pelo olhar que é lançado sobre eles”, como resume Marie-Claude Smouts (SMOUTS, 2004, p 14).

Marcel Merle (MERLE, 1981) é um dos fundadores dessa visão sociológica. Ele argumenta que o objeto das RI não difere em sua essência daquele das outras disciplinas das ciências sociais. Portanto, as Relações Internacionais seriam um ramo da ciência política. Ele propõe uma aproximação entre estas disciplinas, uma vez que, para o autor, existe em ambas as disciplinas *identidade de objeto* (As relações entre os Estados, e as relações de poder) e *identidade de método* (a pluralidade de abordagens, ou seja, a interdisciplinaridade). A especificidade dos estudos internacionais estaria apenas no campo de observação mais amplo:

Ambas prendem-se ao mesmo objeto e são tributárias dos mesmos métodos e das mesmas dificuldades de investigação. A diferença só aparece - e isto nem sempre com clareza - ao nível do campo de observação. (MERLE, 1981, p.7)

Todavia, Merle não refuta o paradigma da “sociedade anárquica”, a ausência de poder central no sistema internacional, um dos pilares da disciplina.

Com efeito, a sociedade internacional caracteriza-se justamente pela ausência de um poder organizado; não havendo, portanto, um poder organizado, existem contudo na sociedade internacional fenômenos de poder, arrastando efeitos de domínio, seja nas relações entre coletividades públicas, seja nas relações entre os detentores do poder político (os governantes dos Estados) e os detentores do poder econômico. (IDEM, p. 7)

³ Uma obra que parece aproximar essas duas visões é a de Thomas Risse-Kappen (RISSE-KAPPEN, 2001). Os artigos mostram como as instituições domésticas dos Estados ajudam a mediar a influência dos atores transnacionais.

O que o autor defende é uma abordagem global e sistemática das Relações Internacionais:

Global porque se recusa a privilegiar a priori um ou outro aspecto das R.I. e deve tentar apreender o que há de mais específico e irreduzível no tipo de relações sociais que recebem a qualificação de “internacionais”. Sistemática porque se trata de tentar descobrir, por trás dos comportamentos muitas vezes desconcertantes dos atores, as leis permanentes ou evolutivas que regem este tipo peculiar de relações sociais. (IDEM, p. 6)

Pierre Hassner (HASSNER, 2004) vai mais além e afirma que o modelo da heterogeneidade radical da política interna em relação à política externa, construído desde Hobbes até Raymond Aron, é cada vez menos satisfatório. A diferença entre assuntos domésticos e internacionais se devia ao fato de que, internamente, as nações modernas estavam em um estado civil, isto é, um estado de paz em que o Estado detinha o monopólio da violência legítima, enquanto no plano internacional elas estavam num estado de natureza, de guerra potencial. O autor lembra um argumento intrigante de Holsti contra essa separação radical: a maioria dos conflitos violentos atuais é de guerras civis (HOLSTI, *apud* HASSNER, 2004). Os modelos de equilíbrio das potências, segurança coletiva e governo mundial, segundo ele, estão sendo substituídos por noções mais amplas de **mercado mundial**, **sociedade internacional** e **turbulência transnacional**. Hassner procura chamar a atenção para o fato de que não se pode falar na teoria das relações internacionais e de sua crise sem se chegar à crise da ordem mundial e da filosofia política.

A sociologia das relações internacionais é mais crítica em relação à teoria das RI e reflete sobre a construção dessa teoria. Essa, ao meu ver é principal diferença entre o enfoque teórico interdependentista e a sociologia das Relações Internacionais, embora o estudo das redes e fluxos transnacionais esteja presente em ambos. Em comum entre eles, também

percebemos a noção de “avanço” na pesquisa teórica: ainda que com algumas críticas aos modelos teóricos clássicos, tanto Bertrand Badie como Marie-Claude Smouts, por exemplo, afirmam que a disciplina vem se tornando mais complexa, alguns conceitos (como o Estado) estão se transformando, mas seu estudo é cada vez mais pertinente e em geral, essa complexificação “enriquece” a disciplina.

Esse otimismo não é compartilhado por pelo menos dois autores bem mais críticos. John Maclean prefere a via da desconstrução (MACLEAN, 2000) como reabilitação para a disciplina. Ele afirma que as raízes filosóficas das Relações Internacionais não fornecem uma base adequada e satisfatória para compreendermos a globalização, e além disso, operam como um instrumento mantenedor da hegemonia. Ele quer demonstrar que a teoria das Relações Internacionais é parte constitutiva da prática das R.I. Propondo uma reconstrução dos elementos filosóficos e metateóricos da globalização, ele acredita que seja possível explicá-la melhor, e conseqüentemente contribuir para alterar as desigualdades de larga escala que se percebem na prática da globalização no mundo pós-moderno. Para ele, as práticas das R.I. estão mais preocupadas em manter a autoridade da ortodoxia tradicional que desenvolver uma inquirição acadêmica genuína e autônoma. Em vez disso, postula Mclean, para desenvolver um conceito coerente de globalização como uma relação social em vez de uma “coisa”, deve-se construir um moldura analítica, ao menos em parte, explicitamente filosófica. Segundo ele, tentativas de conceituar globalização sem problematizá-la, sem perguntar o que é realmente global na globalização, irão interpretá-la erroneamente. Reconhecer a noção de internacional, regional e local para partir para o global de outra forma que não empiricamente seria redundante. Isso significa partir de realidade e não do discurso disciplinar.

Bent Flyvbjerg concorda com Mclean no sentido de retornar a conceitos filosóficos. Na obra *“Making Social Science Matter: why social inquiry fails and how can it succeed again”* (FLYVBJERG, 2001), o autor afirma que as ciências sociais estão realmente sem

saída, no meio de uma guerra entre subjetividade/objetividade, porque optaram por um modelo cientificista copiado das ciências naturais. Ainda que sua análise vá mais além do campo particular das relações internacionais, o autor propõe que os estudos de casos concretos devem ter prioridade sobre a teoria. Teoria generalizante e que gere não um conhecimento totalizante, mas recomendações (nesse ponto ele recupera um conceito filosófico clássico de *phronesis*, de conhecimento como prudência) que tornem possível avaliar as práticas e as relações de poder que elas expressam.

Marie-Claude Smouts não identifica a linha da sociologia das relações internacionais com os pós-modernos. Ela diz que, nos anos 90, todos os debates entre os paradigmas da disciplina foram resumidos entre neorealistas ou “construtivistas”. Para ela, que procura manter uma postura mais “moderada” em relação aos discursos “explosivos” como os de Mclean ou Flybjerg, colocar todos os menos ortodoxos em uma mesma categoria é uma generalização excessiva:

Desta vez a questão opõe os que sustentam a abordagem em termos de ‘escolha racional’... e todos os outros, classificados aleatoriamente na categoria ‘*attrape-tout*’ dos ‘construtivistas’, na qual se coloca tudo ao mesmo tempo: os pós-modernos desconstrutores por princípio e aqueles que timidamente, mostram que a busca da escolha ótima e a racionalidade dos jogos de cooperação não são talvez pertinentes para compreender o que se passa em Kosovo ou na região dos Grande Lagos; que as relações internacionais supõem também percepções, reinvenções subjetivas, identidades imaginadas que demandam sólidos estudos de campo para identificar os atores e decifrar suas motivações. Teremos adivinhado que os autores deste livro estão mais próximos destes últimos do que dos outros. (SMOUTS, 2004, p.21)

Mesmo fazendo suas ressalvas, e afastando declaradamente a sociologia das R.I dos mais críticos, que ela chama de “caricaturais”, muitas das recomendações que esses últimos fazem ao estudo das “novas” relações internacionais estão presentes tanto em Marie-Claude

Smouts, quanto em Bertrand Badie, Pierre Hassner e Ariel Colonomos⁴: a defesa do empirismo, o historicismo e a interdisciplinaridade, a crítica à antropomorfização do Estado e a defesa do desvelamento do fator normativo no estudo das relações internacionais (que ele seja declarado, e não naturalizado através de um discurso de cientificismo “neutro”).

É na possibilidade de síntese, e não na discordância, entre essas visões, que procuramos nortear o presente trabalho. Além da análise da teoria e da metodologia, os fatos em si obrigaram a rever posições clássicas a respeito de teoria das RI. Ou seja, as transformações históricas no cenário internacional após a queda do Muro de Berlim, o aumento dos fluxos transnacionais e a aceleração de processos trazida pelo fenômeno (controverso e problematizado, mas não refutado) que se convencionou chamar globalização contribuíram para desestabilizar paradigmas que não davam conta do dinamismo das mudanças constantes no âmbito internacional. Como afirma Bertrand Badie, “sob vários pontos de vista, a história prepara armadilhas à teoria das R.I.”, uma dessas armadilhas, eu me permito afirmar, é a globalização, e com ela a crescente importância dos meios de comunicação, tornando relevante até mesmo o estudo de um veículo e sua participação na construção de um espaço/movimento emergente no contexto das relações internacionais contemporâneas.

A globalização, portanto, especialmente o papel desempenhado pelos veículos e empresas de comunicação nesse processo, é o contexto analisado a seguir. Para sustentar que o Fórum Social Mundial é um dos protagonistas do movimento contemporâneo de contestação internacional, e teve o *Le Monde Diplomatique* como um dos principais agentes de sua estratégia globalizada de mídia, precisaremos rever também a emergência desse movimento de contestação “antiglobalização”, e alguns problemas teóricos, como o de se utilizar um conceito emergente, mas que vem sendo empregado para descrever esse movimento de contestação: o de sociedade civil global.

⁴ Todos integrantes do CERFI - Centro de Estudos em Relações Internacionais da *Fondation Nationale de Sciences Politiques* (Sciencespo).

Assim, considerando a interdisciplinaridade como método das “novas” relações internacionais propostas pela corrente sociológica, analisaremos no próximo capítulo alguns conceitos do campo comunicacional, como o poder simbólico (BOURDIEU, 1989) e a possibilidade de uma aproximação com a noção *de soft power* para tratar do tipo de poder de que os veículos de mídia são instrumentos. Procuraremos não perder de vista uma visão não naturalizada e conflituosa da globalização e de seus agentes “prós e contras”, uma vez que a própria globalização favorece a expressão da contestação internacional, pois cria estruturas e oportunidades e produz circunstâncias favoráveis para os atos de movimentos antiglobalização, ou por uma globalização alternativa. Como pretendo demonstrar nos próximos capítulos, o LMD faz, ele mesmo, parte da rede de agentes de um movimento autointitulado altermundialista e desempenhou um duplo papel estratégico no caso do FSM, como veículo de mídia e como ator do FSM, e dessa maneira procurou elevar duplamente o poder simbólico do evento no cenário internacional.

CAPÍTULO 2

A globalização e suas implicações para a política mundial

2.1 A polissemia do termo globalização

Globalização é um termo que se tornou lugar-comum. Inúmeros textos das mais diversas áreas e com os mais diferentes objetivos costumam justificar necessidades de mudanças para “ajustar-se a um mundo globalizado”, “acompanhar as transformações trazidas pela globalização”. Tecnologia da Informação e telecomunicações, corporações, organizações não governamentais, questões ambientais e epidemiológicas, financeiras e relativas à produção econômica, tudo isso é apontado como manifestações que se tornaram transnacionais e transformaram até mesmo o pensamento cotidiano das pessoas. Hoje, segundo Jan Aart Scholte (SCHOLTE, 2001), a população é consciente do mundo como um lugar único, mais do que as gerações anteriores.

O termo globalização é usado como explicação, mas o uso corrente não traz em si uma definição precisa. Definir globalização é um problema porque existem visões distintas da natureza do fenômeno, cada uma atribuindo maior ou menor abrangência e implicações para o cenário internacional em maior ou menor grau. O autor Jan Aart Scholte enumera cinco usos para o termo “globalização”, os quais resumo a seguir. Muitas vezes as diferentes concepções se sobrepõem, mas cada uma traz uma ênfase distinta. O primeiro significado seria internacionalização, isto é, intensificação de interações através das fronteiras e interdependência entre países; uma segunda visão atribui ao termo significado de liberalização, ou seja, um processo de remoção de restrições impostas pelos governos ao

intercâmbio entre países de maneira a criar uma economia mundial “aberta” ou “integrada”; a terceira é a concepção da globalização como universalização, isto é, a disseminação de produtos e experiências a pessoas em todas as partes do mundo; uma quarta visão é aquela dos críticos do imperialismo cultural, que entendem a globalização como ocidentalização, especialmente uma imposição da visão de mundo dos EUA (SCHOLTE, 2001).

Um quinto conceito é o adotado pelo autor mencionado: a globalização é identificada com a desterritorialização, isto é: uma mudança na geografia pela qual os lugares, as distâncias e as fronteiras territoriais perdem em parte sua influência anteriormente determinante. O autor acredita que essa visão é a que traz melhor compreensão para o fenômeno, porque implica maiores consequências para o cenário internacional e a política mundial. Para ele, não é possível falar em globalização como sinônimo de internacionalização, embora os dois fenômenos coexistam. Como resultado da internacionalização, os países podem ter efeitos mais profundos um sobre os outros mas continuam sendo lugares distintos e separados. Já globalização, para Scholte, é um processo pelo qual muitas das relações sociais tornaram-se relativamente desligadas da geografia territorial, de forma que as vidas humanas têm cada vez mais tido lugar no mundo como um lugar único.

É complicado falar em cronologia ou desenvolvimento histórico da globalização, tentar determinar um período de “início”, uma vez que a controvérsia sobre a natureza do fenômeno resvala também sobre a periodização. Alguns autores estabelecem que as primeiras navegações intercontinentais já punham o mundo no sentido que levou à globalização, outros situam esse marco no começo da Era Moderna, outros ainda no final do século XIX. Scholte afirma que a globalização entendida como supraterritorialidade pode incorporar em sua cronologia as posições dos autores que defendem essas diferentes posições (a comunicação por telégrafo, por exemplo, se iniciou nos anos 1840, já alguns movimentos sociais como o

feminismo surgiram no final do século XIX), mas ressalta o caráter recente, não anterior aos anos 1960 - e ainda acelerado significativamente no anos 1980 e 1990 - do aprofundamento das características mais abrangentes, que realmente obrigam a uma mudança na compreensão da política mundial. A periodização depende também do recorte que cada autor procura dar e das diferentes correntes teóricas, que como veremos adiante, têm diferentes visões e ênfases sobre o fenômeno.

Além da conceituação, outra controvérsia diz respeito às implicações da globalização na política mundial. Em que profundidade o fenômeno exige uma revisão de conceitos para análise do cenário global? Para John Baylis e Steve Smith (SMITH e BAYLIS, 2001), existem três tipos de resposta na literatura para essa pergunta, de acordo com as principais correntes teóricas das relações internacionais, segundo eles, o realismo, o liberalismo e o marxismo. Cada uma delas dimensiona de maneira diversa a importância do fenômeno para a política mundial

De acordo com a visão realista, a globalização não alteraria a mais significativa característica do sistema internacional, a divisão territorial do mundo em Estados-nação. Ainda que o aumento da interconectividade entre as economias e sociedades possa torná-las mais dependentes umas das outras, o mesmo não poderia ser dito do sistema de estados. Nessa concepção, os estados mantêm a soberania, e a globalização não torna obsoleta a luta pelo poder político entre eles. Tampouco a globalização diminuiria a importância da ameaça do uso da força, ou do equilíbrio de poder. A globalização poderia afetar, portanto, os aspectos sociais, econômicos, sociais e culturais das nossas vidas, mas não transcenderia o sistema político internacional inter-estatal. (SMITH e BAYLIS, 2001)

Uma segunda concepção das implicações da globalização na política mundial, a dos liberais, é praticamente oposta àquela dos realistas. Os liberais tenderiam a ver a globalização como um produto final de uma transformação profunda da política mundial que vêm

acontecendo há muito tempo. Para eles, a globalização afeta todos os setores da sociedade e derruba as bases da teoria realista uma vez que mostra que os estados não seriam mais os atores centrais como antes. No lugar da exclusividade dos estados, uma miríade de atores, de variável importância de acordo com a área temática referente. Os liberais estariam particularmente interessados na revolução tecnológica e das comunicações representada pela globalização. O aumento da interconectividade entre as sociedades provocada pela tecnologia e pelas relações econômicas resultaria em um padrão inédito de relações políticas no âmbito mundial. Os estados não seriam mais unidades fechadas, se é que já tivessem sido algum dia, e como resultado o mundo se pareceria mais com uma teia de relações do que com o modelo estatal do realismo ou o modelo de classes do marxismo. (IDEM, 2001)

Já para os marxistas, a globalização seria praticamente uma falácia. Não traria nada de particularmente novo, e seria na verdade o mais recente estágio de desenvolvimento do capitalismo internacional. A globalização não denotaria uma mudança qualitativa na política mundial. Acima de tudo, a globalização é, para os autores de inspiração marxista, um fenômeno liderado pelo mundo ocidental o qual basicamente aprofunda o desenvolvimento do capitalismo internacional. Em vez de tornar o mundo mais semelhante, ela aprofunda as divisões existentes entre centro, semi-periferia e periferia. (IDEM, 2001)

Para Baylis e Smith, nenhuma dessas visões está certa ou errada. Mas, em qualquer estudo que se pretenda realizar, é preciso escolher, nas palavras dos autores, as “lentes” que permitirão enxergar os fenômenos sob o foco que pretendemos investigar. Ora, pela leitura atenta da categorização feita pelos autores, podemos concluir (embora eles não o façam), ainda que correndo o risco de uma simplificação exagerada, que a globalização, considerada como fenômeno único e novo, e como objeto de estudo ao qual é atribuída grande relevância na política mundial, faz parte do discurso liberal. Na verdade, uma grande parte dos opositores da globalização que analisaremos neste trabalho se vale exatamente deste

argumento: de que tal como vem sendo apresentada hoje - ou muitas vezes imposta - a globalização é a expansão em escala global das práticas pregadas pelo discurso neoliberal. No entanto, também esses opositores não formam um bloco de pensamento e discurso homogêneos.

No presente trabalho, adotaremos a noção de globalização como desterritorialização e supraterritorialidade de Scholte, também presente na obra de Bertrand Badie (BADIE, 1995), para tratar a globalização como fenômeno relevante, recente e único, cujo discurso a seu respeito se reveste muitas vezes de diferentes vieses ideológicos. Ou seja, a globalização é também um projeto político. Se formos rigorosos na categorização, a conceituação de Scholte da globalização como ausência de territorialidade pode ser apontada como “liberal”, no sentido de não ser estadocêntrica e nem negar a importância do fenômeno para a compreensão de novas expressões políticas. A globalização implica transformações para as relações internacionais, ou melhor, para a política mundial. Essa compreensão nos ajuda porque delimita suficientemente o fenômeno a ponto de podermos discorrer sobre o movimento de contestação e resistência às conseqüências consideradas prejudiciais da globalização. Assim, visto como desterritorialização, que atinge todas as esferas da vida social, faz sentido um esforço para compreender como e porque a globalização provoca reações e resistências, cria defensores e propostas alternativas.

É interessante observarmos que os críticos da globalização têm argumentos provenientes também das três diferentes “categorias” de Baylis e Smith (realistas, liberais ou marxistas). Enquanto alguns encaram a globalização como a expansão do neoliberalismo, outros vêem as instituições globais como potencialmente promissoras, mas criticam o excesso de ideologização presente nessas instituições (como Stiglitz, por exemplo). Os críticos e oponentes declarados da globalização não formam um bloco único de pensamento homogêneo, mas antes contribuem, do outro lado da moeda do discurso teorizante “científico”

e “neutro” (ou globalista, na opinião deles), para a construção do debate teórico sobre o fenômeno e suas conseqüências.

Para um autor neorealista, como Kenneth Waltz, o discurso da globalização seria um retorno da idéia da interdependência: “Muitos dos interdependentistas da década de 70 esperavam que o Estado se enfraqueceria e desapareceria. Os ‘globalizadores’ da década de 90 acreditam que desta vez isto está realmente acontecendo” (WALTZ, 1999).

Waltz observa também que grande parte do mundo participa muito pouco da economia global, cada vez mais concentrada. Na verdade, segundo Waltz, o grau de interdependência econômica dos Estados (em termos de comércio e de fluxo de capitais) não é maior hoje em termos relativos do que aquele atingido em 1910. Os mercados financeiros, segundo ele, são o único setor que se tornou realmente global. “Muitos globalistas subestimam o quanto o novo se parece com o antigo”, escreve Waltz.

Os “globalistas” (*globalizers*), segundo Waltz, não afirmam que a globalização já está completa, mas que está em processo e esse processo é irreversível. Para ele, algumas evidências dão embasamento a essa conclusão; outras não. Com essa visão cautelosa sobre a globalização, Waltz reafirma que as Relações Internacionais continuam sendo inter-nacionais, isto é, os estados nacionais ainda têm papel crucial. O autor não poupa nem as corporações transnacionais, consideradas o ator mais desenraizado do sistema internacional, uma vez que estão firmemente ancoradas em seus países-sede. O avanço tecnológico das corporações corresponde ao dos países onde elas se situam.

Por isso, para Waltz, a política global ou mundial não tomou o lugar da política dos Estados nacionais. O comércio e a tecnologia não determinam um modelo único para organizar a política e a economia. Os Estados, portanto ainda têm larga margem de escolha. Tendo optado por uma via mais clássica de retorno ao realismo, fazem parte do repertório de

Waltz os conceitos de competição entre Estados, adaptação a um sistema competitivo e sobrevivência dos mais adaptados .

Ele conclui que a principal diferença entre a política internacional de hoje e a de décadas atrás não se encontra no aumento da interdependência entre os estados, mas na sua crescente desigualdade. No lugar de aumentar as forças econômicas e reduzir o alcance da política, as desigualdades da política internacional aumentam o papel político dos países. A política, como sempre, prevalece sobre a economia.

Waltz, portanto, discorda de autores como Scholte, mencionado acima, quando este afirma que globalização é um processo que efetivamente requer ajustes na nossa compreensão da política mundial. No entanto, isso não significa que este último encare a globalização de maneira totalizante e acrítica. Nem todos os aspectos da atividade humana tornaram-se desterritorializados, logo a globalização não é experimentada por todos na mesma extensão. A globalização, para o autor, também não é um processo de homogeneização cultural que extingiria a diversidade mundial. Para ele, a existência de uma mídia de massa global e de padrões, marcas, hábitos de consumo e objetos conhecidos mundialmente trouxe não uma massificação, mas apenas tornou-os de uso comum e amplamente conhecidos, mas por outro lado provocou uma reação de reafirmação da diversidade cultural. (SCHOLTE, 2001, p.17). O autor faz ainda outras ressalvas: de que a globalização não pode também ser entendida em termos de uma só força impulsionadora, não é uma panacéia para o mundo e suas desigualdades e tampouco é uma fórmula que traz implícita e imediatamente uma maior democratização, nem elimina o significado da territorialidade.

A globalização não trouxe o fim da geografia territorial, mas criou um novo espaço supraterritorial ao longo e inter-relacionado com o velho espaço territorial. O ‘mapa’ dos assuntos mundiais ganhou uma dimensão adicional e conseqüentemente se tornou mais complicado. (SCHOLTE, 2001, p. 19)

Uma vez que a globalização em si trouxe um rearranjo das relações sociais em termos supraterritoriais, nesse contexto não faz sentido falar em relações internacionais referindo-se a determinadas atividades e questões que hoje são efetivamente globais (=desterritorializadas). Existem aspectos que ainda dependem das distâncias e das relações intergovernamentais, como o comércio de *commodities*, enquanto que a distribuição de notícias via satélite, por exemplo, é efetivamente independente de distâncias e instantânea. Assim, o que ocorre é a concomitância dos dois aspectos no âmbito mundial, o internacional e o global. “O campo internacional é uma colcha de retalhos de países e fronteiras, enquanto que a esfera global é uma teia de redes transfronteiriças”. (SCHOLTE, 2001 p. 15)

A concepção das relações no campo mundial como uma teia vai ao encontro da sociologia das relações internacionais discutida no capítulo 1. Os autores de língua inglesa discutidos acima, embora não citem seus colegas francófonos, utilizam a expressão “*world politics*” no lugar de “*international relations*” por considerar a primeira mais inclusiva tanto no sentido de não ser estadocêntrica quanto por ampliar o sentido de “político”, considerando todo tipo de fluxo transnacional. Exatamente os argumentos analisados pelos autores que buscam um novo olhar sobre a disciplina de Relações Internacionais com o auxílio da sociologia. As questões de *world politics*, portanto, desde Nye e Keohane com o transnacionalismo e as sistematizações didáticas de Smith e Baylis têm muitos aspectos em comum com a sociologia das R.I. de Smouts e Badie, porque ambas são resultado da rediscussão do estudo das questões mundiais nas ciências sociais contemporâneas face à crise dos paradigmas da disciplina relações internacionais.

Entre as questões que a *world politics*, assim como as “novas relações internacionais” enfrentam estão as transformações na soberania, na ordem “westphaliana”, a governança em um mundo pós-soberania, a sociedade civil global e a contestação internacional. Não conseguiríamos abarcar todas essas questões no âmbito de uma dissertação de mestrado, nem

é a intenção do presente estudo, que se limita a mapear o campo de discussão em torno de conceitos ainda envoltos em intenso debate, como o de “sociedade civil global”, por exemplo.

No entanto, entendemos como uma necessidade embasar minimamente alguns conceitos que permitem a formulação da hipótese central do trabalho: de que o Fórum Social Mundial teve como um dos agentes-chave na sua execução e divulgação de suas questões e propostas o jornal francês *Le Monde Diplomatique*. O jornal atuou (e atua) como um dos porta-vozes do movimento por uma globalização alternativa, o altermundialismo. O LMD ampliou o poder simbólico do movimento, atuando como uma mídia alternativa com estratégia global.

2.2 A contestação internacional

Assim, vejamos o primeiro dos conceitos propostos na formulação da hipótese acima, o de contestação. Uma definição simples, porém significativa de contestação é encontrada em Robert Dahl, conforme citado por Zakaria Haji Ahmad,¹ em sua introdução à coletânea de artigos sobre estudos asiáticos: “Contestação significa ato de contestar, quer dizer, tornar algo objeto de disputa, contenda ou litígio, e seus sinônimos mais imediatos são confronto, desafio ou competição”. Por ser essencialmente uma disputa, o autor conclui que a contestação política é a ação política por excelência, um tema central, e não marginal ao estudo da teoria política. O seu trabalho procura abordar as seguintes questões: como entender melhor a evolução dos sistemas político, com foco na disputa pelo poder, entre os que ditam as regras (*rulers*) e os que as seguem (*ruled*), entre os que ditam as regras (*rulers*) e seus opositores

¹ A referência da obra citada é Dahl, Robert A. “Polyarchy”. New Haven, Yale University Press, 1971.

(*counter-rulers*)? Quais são as estruturas e processos de poder, dissenso e oposição? Quais são os eventos, fatores e personalidades que causam impacto na natureza da contestação? (AHMAD, 1990, p.14).

Dahl admite que os movimentos de contestação adquirem poder e influência no processo decisório, mas não como atores diretos do processo da globalização. Seu poder seria o de influenciar os tomadores de decisão nos espaços institucionais da democracia representativa (nacional e intergovernamental) e dos organismos multilaterais.

A expressão da contestação, comumente apresentada na mídia de massa como movimento “antiglobalização”, tornou-se conhecida mundialmente a partir das manifestações de rua durante o encontro da Organização Mundial do Comércio, em Seattle, em 1999, e de Washington em 2000 no encontro do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Assim descrevem James Davidson Hunter e Joshua Yates o movimento de Seattle em artigo intitulado “Na Vanguarda da Globalização”:

Liderados por associações transnacionais como *International Forum on Globalization*, *Turning Point Project*, *Public Citizen*, *Friends of the Earth* e *Global Exchange*, surgiu um movimento crescente, bem organizado, integrado e ágil na utilização da mídia. Em foco, idéias alternativas de como conseguir da melhor forma o bem público global nas condições da globalização contemporânea. (HUNTER e YATES, 2004, p. 363)

Os grupos que formam o corpo dessa contestação são heterogêneos e, por isso, esse movimento é descrito como uma “nebulosa” (FOUGUIER, 2001). A crítica a instituições como o FMI e o Banco Mundial se concentrava no fato de que elas seriam cúmplices na criação e manutenção de uma “ordem econômica global hegemônica” que serviria apenas aos interesses das poderosas empresas multinacionais.²

² Para um histórico da contestação dos alterglobalistas, ver MILANI e KERAGHEL, 2006.

Segundo Mary Kaldor (KALDOR, 2000), a disputa política em Seattle se configurou como uma forma de contestação política, uma expressão da “sociedade civil global” (conceito que ela analisa melhor em outro artigo, conforme veremos adiante). O encontro de Seattle foi diferente de outras cúpulas mundiais onde ONGs foram consultadas e resultaram em um impacto na política, porque aquelas que ficaram do lado de fora e só puderam protestar também conseguiram causar impacto. Além disso o debate gerado em torno de todo o caso não foi restrito a um só tema particular como gênero ou meio ambiente, mas chegou à natureza do sistema global como um todo. Expressões como “globalização de baixo para cima”, “sociedade civil global e “democratizar a governança global” entraram para o vocabulário político do *mainstream* e da mídia³.

O que permitiu a coordenação eficaz desses movimentos e organizações para protestar em Seattle, segundo Kaldor (e está na origem também da orquestração do Fórum Social Mundial, conforme argumentamos) foi o aumento da interconectividade global. A interconectividade criada pela globalização não produz apenas a extensão do alcance das corporações transnacionais, mas também dita o ritmo do crescimento das organizações governamentais internacionais e dos movimentos sociais transnacionais (KALDOR, 2000).

O aumento da desigualdade e exclusão⁴, ou o déficit democrático das instituições que seriam responsáveis por gerir esse sistema global e as questões intrinsecamente transnacionais como a ecologia, as de gênero e o controle de epidemias são exemplos de temas abordados por um movimento que não teria como se afirmar e traçar suas estratégias políticas senão reafirmando a existência da globalização como fenômeno relevante para a política e

³ Mary Kaldor cita em seu artigo matérias e editoriais das revistas *Newsweek* e *The Economist* de 1999 que utilizaram esse vocabulário, mas observamos que ainda é raro, especialmente na TV brasileira, que protestos ou movimentos organizados em cúpula mundiais recebam cobertura aprofundada na mídia, que exponha a quem exatamente os protestos se destinam e ultrapasse os estereótipos de “manifestantes antiglobalização”.

⁴ Confirmado em relatório publicado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, em 2005, que reuniu séries históricas de vinte anos e conclui que nos últimos 40 anos, a renda per capita nos países mais ricos praticamente triplicou, enquanto que nos países mais pobres não avançou um terço. Daí o abismo de 120 vezes entre os US\$ 30 mil per capita de um grupo e os US\$ 270 do outro. Apenas cerca de

transformador das relações sociais, especialmente da comunicação. A globalização é, portanto, encarada aqui como o contexto que criou as condições para o surgimento de novas estratégias dos movimentos de contestação que ficaram conhecidos de maneira geral como “antiglobalização” (ou, para um público mais restrito e simpático à causa, “altermundialismo”, como nas páginas do *Le Monde Diplomatique*). A globalização, portanto, leva a uma redefinição do modo de fazer política e está na base do processo que levou à realização do Fórum Social Mundial.

Um outro fenômeno interage diretamente com a globalização e ajuda a torná-la ainda mais complexa, como também torna mais diverso o leque que movimentos de contestação internacional. Esse fenômeno é o reforço das identidades culturais. Segundo Manuel Castells, na era da informação e da globalização, as identidades culturais funcionam como princípio básico de organização social, segurança pessoal ou mobilização política.

Em nosso tempo histórico, as identidades religiosas, nacionais, territoriais, étnicas e de gênero aparecem como princípios fundamentais de auto-definição cujo desenvolvimento marca a dinâmica das sociedades e a política de forma decisiva. (CASTELLS, 2003)

Para o autor, o desenvolvimento e reforço das expressões identitárias em todo o mundo é consequência da globalização e da crise das instituições do Estado-nação e da sociedade civil constituída em torno do Estado. Para ele, quando o Estado passa a atender prioritariamente aos ajustes impostos pela globalização, os setores atingidos pelos ajustes buscam princípios alternativos de sentido e legitimidade.

Nessa busca, as pessoas se tornam conscientes do déficit democrático que existe por trás da estrutura institucional e ideológica do sistema político. E como não se cogita por em questão a democracia (cuja

1 bilhão dos 6 bilhões de habitantes do planeta (pouco mais de 15% do total) se beneficia dos resultados de 80% da produção mundial.

conquista quase sempre custou sangue e lágrimas), surge uma oposição explícita à globalização e a seu agente – o Estado ex-nacional, agora agente racionalizador da globalização – em torno de um princípio constitutivo distinto. Em muitos casos se separa a nação do Estado, como opondo-se ao Estado-Nação a Nação-Estado (nacionalismo francês ou estadunidense ou venezuelano); ou opondo-se ao Estado-Nação a nação sem Estado (nacionalismo catalão, escocês ou quebeçois). Em muitos outros casos, o princípio de etnicidade oprimida se utiliza como fonte de nova legitimidade democrática (os zapatistas de Chiapas ou os kataristas bolivianos). (CASTELLS, 2003)

A questão identitária e sua relação com o Estado-nação é muito mais complexa do que as identidades nacionais e inclui, entre outras, as identidades regionais e as religiosas, que, de acordo com Castells, se constituem hoje como o principal princípio alternativo de reconstrução de sentido em escala planetária. Ele menciona o islamismo, o hinduísmo nacionalista, o judaísmo ortodoxo, o fundamentalismo cristão - particularmente influente nos Estados Unidos e entre os evangélicos da América Latina. E, de forma distinta, a atuação do comunitarismo de base na Igreja católica latinoamericana, que teria proporcionado

um refúgio das e um sentido alternativos às seqüelas sociais da globalização sem controle, ao individualismo agressivo associado ao neoliberalismo e, à crise das ideologias socialistas tradicionais e ao formalismo retórico das declarações liberais de cidadania”. (CASTELLS, 2003, p.24)

Na maioria dos casos de movimentos sociais identitários no mundo, segundo Castells, ocorre um rechaço explícito à globalização e uma denúncia do Estado convertido em refém dos fluxos globais. É por isso que esses movimentos muitas vezes se incorporam à contestação internacional, e especificamente ao movimento antiglobalização (e alguns deles estão também na origem da construção do discurso altermundialista, como no caso do movimento zapatista de Chiapas, no México, que obteve grande visibilidade nas páginas do

Le Monde Diplomatique). Esse é o ponto em que a questão identitária se imbrica ao movimento antiglobalização.

Apesar de tão distintos, de ordem identitária, ou tradicionalmente politizados como os sindicatos, de gênero, pela preservação do meio ambiente, etc, movimentos de contestação adotaram estratégias transnacionais com o aumento da interconectividade, e construíram uma espécie de consenso em torno da rejeição à lógica de mercado dominante das instituições internacionais tradicionais. “O mundo não é uma mercadoria”, como diz o slogan da ATTAC (Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos), ONG de origem francesa dirigida por Bernard Cassen, um dos diretores do *Le Monde Diplomatique*.⁵ Em torno deste consenso, contrário ao fundamentalismo de mercado, se construiu o movimento altermundialista e o Fórum Social Mundial como um espaço para o diálogo entre seus integrantes. O economista Joseph Stiglitz, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2001, é um dos porta-vozes desse discurso contrário à lógica neoliberal das instituições internacionais. O autor de “*Globalization and its discontents*”, escreve a partir do ponto de vista de quem foi economista-chefe e vice-presidente sênior do Banco Mundial, e identificou dentro desta instituição uma “contaminação” da ideologia neoliberal, que ofuscava muitas vezes, segundo ele, os objetivos declarados do Banco de incentivo ao desenvolvimento. O autor esteve no FSM de 2004 em Mumbai como um dos principais debatedores. Ele define globalização da seguinte forma:

Fundamentalmente, é a integração mais estreita dos países e dos povos do mundo que tem sido ocasionada pela enorme redução de custos de transporte e de comunicações e a derrubada de barreiras artificiais aos fluxos de produtos, serviços, capital, conhecimento, e (em menor escala) de pessoas através das fronteiras? A globalização tem sido acompanhada pela criação de novas instituições que têm se juntado às já existentes com o objetivo de trabalharem através das fronteiras. (...) A globalização levou a uma atenção renovada às instituições

⁵ Os líderes franceses da Attac, segundo Michael Hardt, “montaram a base do Fórum Social nas páginas do *Le Monde Diplomatique*” (Hardt, 2003).

intergovernamentais internacionais tradicionais: a Organização das Nações Unidas (ONU), que tenta manter a paz; a Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919, que promove sua pauta ao redor do mundo sob o slogan “trabalho decente”, e Organização Mundial da Saúde (OMS), que tem se ocupado principalmente da melhoria das condições de saúde no mundo em desenvolvimento. (STIGLITZ, 2002, p. 36)

O trabalho acadêmico de Stiglitz como economista se baseia no princípio de imperfeições de mercado - nas suas palavras, *“por que os mercados não funcionam adequadamente, da maneira como os modelos simplistas, que apregoam concorrência e informações perfeitas, afirmam que funcionam”*. Ele afirma que é uma suposição obsoleta aquela de que os mercados, por si só, geram resultados eficientes. Para o autor,

a reação violenta contra a globalização extrai sua força não só dos danos causados aos países em desenvolvimento por políticas impulsionadas por ideologias, mas também das injustiças do sistema comercial global. (STIGLITZ, 2002).

Embora deixe claro que não existe uma “conspiração por parte de Wall Street ou do FMI para dominar o mundo”, ele destaca a questão da informação como ponto-chave do problema que é o tema central do seu livro: uma denúncia da predominância do neoliberalismo como ideologia nas instituições multilaterais (especialmente no Banco Mundial e no FMI, entidades com as quais ele esteve em maior contato profissional), em detrimento de medidas econômicas e políticas que poderiam ser benéficas para todos, mas que não são tomadas por questões dogmáticas. O tema informação e comunicação permeia o seu trabalho, como ele explicita também já desde o prefácio:

um tema desse livro que espero que tenha alguma ressonância é a importância do acesso aberto a informações: muitos dos problemas que descrevo aqui surgem porque muita coisa acontece por trás de portas fechadas. Sempre acreditei que uma imprensa ativa e livre é um

importante controlador desses abusos, além de ser necessária para a democracia. (STIGLITZ, 2002, p. 38)

Em certa altura do seu livro, Stiglitz enumera as razões que motivam os manifestantes desses grupos que a imprensa corporativa se condicionou a chamar “antiglobalização”:

Os descontentes da globalização insurgem-se não apenas contra o fato de a economia parecer ser colocada acima de todas as coisas, mas por causa de uma visão particular de economia - o fundamentalismo de mercado - que é colocada acima de todas as outras visões. A oposição à globalização em muitas partes do mundo não é contra a globalização per se - contra os novos recursos para o crescimento ou os novos mercados de exportação - mas contra o conjunto particular de doutrina, como políticas do Consenso de Washington, que as instituições financeiras internacionais impuseram. (STIGLITZ, 2002, p. 270)

O fundamentalismo de mercado referido por Stiglitz, o Consenso de Washington e a visão economicista e irreversível da globalização fazem parte do discurso que o autor Ignacio Ramonet chama de “pensamento único”. A expressão foi cunhada nas páginas do *Le Monde Diplomatique*, cujo diretor de redação, Ramonet, é também um crítico do papel da mídia globalizada com livros publicados como “A tirania da comunicação”. (RAMONET, 1999). Por ambos os papéis (executivo do LMD e crítico da comunicação corporativa), é um autor/ator importante no presente estudo, assim como Bernard Cassen, diretor do LMD e fundador da organização ATTAC, porque ambos personificam os valores defendidos pelo jornal esquerdista francês, como analisaremos no próximo capítulo.

2.3 Sociedade civil global

No artigo *“La gouvernance globale à l’épreuve des contestations”*, Pierre Jacquet aborda o surgimento do que se convencionou chamar, impropriamente, segundo ele, de “contestação antiglobalização”, depois da série de manifestações que se iniciaram com o combate ao Acordo Multilateral de Investimento (AMI)⁶. Segundo ele, os integrantes do movimento contestam o funcionamento e a existência das instituições multilaterais que contribuem para a validação e desenvolvimento desse sistema, mas não a “idéia de globalização em si” (JACQUET, 2002)

Jacquet menciona o Fórum Social Mundial em seu artigo, qualificando-o como a “primeira grande conferência internacional” desse novo movimento de contestação. Para ele, a edição de janeiro de 2001 do evento foi uma “etapa importante na constituição identitária de um movimento definido mais pela oposição do que pela proposição”. Sua tese central é de que é possível falar em uma globalização dos movimentos sociais, e portanto, em uma sociedade civil mundial - embora o termo sociedade civil esteja classicamente associado ao Estado nacional, debate doutrinário que, segundo Jacquet, teria sido “decidido pelos fatos”.

Segundo ele, esse movimento social mundial se caracteriza por levantar questões sobre o futuro do sistema de “governança mundial”, expressão para a qual ele usa a definição de Pascal Lamy: “o conjunto das transações pelas quais as regras coletivas são elaboradas, decididas, legitimadas, postas em prática e controladas ao nível internacional”. O questionamento se estende, portanto, à questão da legitimidade nos métodos empregados para gerar as decisões coletivas internacionais.

A noção de sociedade civil mundial ou sociedade civil global vem sendo usada amplamente para se discutir a função dos movimentos sociais, o papel das ONGs no sistema internacional e as formas de participação política possíveis com o crescente poder das instituições globais. Retornando ao trabalho de Jan Aart Scholte, vemos que ele tem como

⁶ Acordo que vinha sendo discutido de forma restrita na OCDE, cujo objetivo era regular o fluxo de investimentos dos capitais financeiros transnacionais

dada a existência de uma sociedade civil global, como fruto da globalização e apresenta uma postura otimista quanto à capacidade desta sociedade civil global de interferir na governança mundial e até mesmo reconstruir a natureza da política. No lugar de uma afirmação categórica em relação à existência e a ao papel da sociedade civil na globalização, entendemos que o conceito merece uma problematização, no sentido de que uma sociedade civil global não deveria ser vista como uma decorrência imediata e necessária da transnacionalização, nem como a conformação de um espaço público democrático no plano das Relações Internacionais.

Para Mary Kaldor, o termo sociedade civil global passou a ser usado nos últimos dez anos apenas, embora Kant já tenha se referido à possibilidade de uma sociedade civil universal. Mary Kaldor explora a evolução dessa idéia e de como ela desafia o conceito de relações internacionais. Do ponto de vista da história das idéias, Mary aponta que, para os pensadores do início da modernidade, não havia distinção entre sociedade civil e o Estado. Sociedade civil era a qualificação do tipo de estado caracterizado pelo contrato social. Sociedade civil era a sociedade governada por leis, baseada no princípio da igualdade perante a lei, no qual todos estavam sujeitos às leis.

No século XIX, a idéia de sociedade civil teria se transformado, com Hegel, no campo intermediário entre a família e o Estado, reconciliando os aspectos particular e universal da sociedade. Retomada por Marx e Engels, a sociedade civil representaria o “teatro da história”, ou seja, todo o conjunto da vida comercial e industrial. No século XX, a definição transformasse, na opinião de Mary Kaldor, com Gramsci, para quem a sociedade civil é o campo que ocuparia o espaço fora do mercado, fora do estado e da família - a cultura, a ideologia e o debate político. Mas em todas as definições ao longo do tempo, a sociedade civil sempre foi baseada no contrato social entre indivíduos. Sempre se tratava de como construir um consenso (em que se baseia a hegemonia) no lugar de usar a coerção (como no caso dominação). As

diferentes definições expressariam tão-somente a maneira diferente como o consenso era conseguido em diferentes períodos (KALDOR, 2003). As questões que preocupavam a sociedade naquele determinado período (arbitrariedade e despotismo no século XVIII, a burguesia e a conquista de direitos políticos no século XIX e os movimentos de trabalhadores e a busca de emancipação econômica e social no início do século XX) também influenciavam na modulação da idéia de sociedade civil.

Mary Kaldor busca uma síntese desses conceitos independente do período histórico, pois acredita que todos tinham um significado essencial único e chega a uma definição que ela chama de normativa: a sociedade civil é o processo pelo qual indivíduos negociam, discutem, lutam contra ou concordam uns com os outros e com os centros da autoridade política e econômica. Através de associações voluntárias, movimentos, partidos, sindicatos, os indivíduos são capazes de agir publicamente. No entanto, essa definição de sociedade civil sempre esteve ligada a noção de território e de Estado. Ela contrasta com outros tipos de estados caracterizados pela coerção e não pelo contrato social e com sociedades pré-modernas onde não há estado nem conceito de indivíduo (individualismo).

Para Kaldor, no entanto, a retomada do conceito de sociedade civil nos anos 70 e 80 do século XX quebrou essa ligação com o Estado (em processos diferentes porém simultâneos ocorridos na América Latina e no Leste Europeu). A sociedade civil passou a representar o movimento que buscava mudanças “de dentro” da sociedade, alterando a relação entre estado e sociedade. Nessa fase, para ela, o conceito de sociedade civil já adquiria um significado global, porque mesmo antes do advento da internet, havia uma crescente interconectividade pelo aumento das viagens e das comunicações. Muitas vezes, a sociedade civil nessa nova concepção como “ilhas de engajamento cívico”, conseguiu mudanças por um efeito “bumerangue” de pressão ao governo doméstico via instituições internacionais.

Apenas nos anos 90, a expressão “sociedade civil global” viria à tona. Suas definições podem ser representadas por três versões, segundo Kaldor: a) a “versão ativista”: a sociedade civil global se constitui nos movimentos sociais não-partidários (engajados em temas como Aids, paz, mulheres, direitos humanos, meio ambiente, novas formas de protesto). Esses movimentos teriam permitido e buscam o aprofundamento da construção de novas regras multilaterais acima da soberania dos estados, o “regime humanitário”. (KALDOR, 2003). Essa é a definição realmente globalista porque embute a noção de supraterritorialidade; b) “versão neoliberal”: os agentes-chave da sociedade civil global não são os movimentos sociais mas as ONGs. As ONGs são entendidas pela autora como os movimentos sociais “domesticados” (*tamed*), isto é, institucionalizados e profissionalizados que funcionam como o interlocutor respeitável em relação ao Estado em algum tema. A alternativa para não se “domesticarem” seria desaparecerem ou tornarem-se violentos. Assim, apesar de sempre ter havido ONGs internacionais como a Cruz Vermelha, o número de organizações aumentou dramaticamente nos anos 90, como resultado principalmente de financiamento oficial, segundo Kaldor. Por causa disso, nessa visão as ONGs são instituições quase-governamentais, pois substituem funções estatais e ao mesmo tempo são um mercado, porque competem umas com as outras. A dominância das ONG, levou alguns ativistas a se desiludir com o conceito de sociedade civil, por ser apontado como uma palavra de ordem e como um “elixir para os males do mundo contemporâneo”; c) “versão pós-moderna”: antropólogos sociais criticam, ainda segundo Kaldor, o conceito de sociedade civil como eurocêntrico. Sociedades não-ocidentais experimentam ou têm potencial para experimentar algo similar à sociedade civil, mas não baseada no individualismo. Eles argumentam que, por exemplo, em sociedades islâmicas, instituições como ordens ou fundações religiosas representam um questionamento do poder estatal. Assim, para os pós-modernistas, novas religiões e grupos étnicos que

também cresceram dramaticamente nas últimas décadas também seriam parte da sociedade civil.

A autora considera que um sistema de governança global emergiu nos anos 90, o qual envolve tanto os estados quanto as instituições internacionais. Não se trata de um estado mundial, mas um sistema no qual os estados têm suas ações cada vez mais restritas por um conjunto de acordos, tratados e normas de caráter transnacional. Cada vez mais, essas normas são baseadas não apenas nos acordos entre os estados mas no apoio público, gerado através da sociedade civil global. Assim, ela chega a uma segunda definição de sociedade civil, não mais normativa, mas descritiva. A sociedade civil global é a plataforma habitada por ativistas (ou pós-marxistas), ONGs e neoliberais, bem como por grupos nacionalistas e religiosos na qual eles discutem, fazem campanhas pró ou contra algo, negociam ou fazem lobby para os arranjos que dão forma aos desenvolvimentos globais (KALDOR, 2003). Não há uma sociedade civil, mas muitas, afetando uma gama de temas: direitos humanos, meio ambiente, etc.

Kaldor reconhece problemas e defeitos: a sociedade civil não é democrática, é desigual e dominada pelo Norte. No entanto, a emergência desse fenômeno ainda assim oferece um potencial para a emancipação dos indivíduos. Ela traz abertura para as sociedades e oferece a possibilidade de participar de debates sobre assuntos globais.

Gideon Baker também trabalha com a possibilidade de que a sociedade civil global possa ser parte constitutiva, ou mesmo um meio para se atingir uma ordem mundial mais democrática. Mas antes de chegar a tal afirmativa, ele explora os problemas teóricos envolvidos em relacionar a sociedade civil global à democratização da ordem mundial, como os diferentes modelos que trabalham com o conceito de sociedade civil defendem. Para o autor, existe um viés estatista envolvido no discurso sobre a sociedade civil quando se aborda esse tema através da moldura do discurso sobre direitos. Há o risco de se “domesticar” ou

“estatizar” a ação da sociedade civil que é caracteristicamente transnacional. O discurso sobre direitos (muito parecido com aquele sobre as ONGs, apontado por Mary Kaldor) também se mostra problemático para Baker, porque requer alguns pontos fixos de soberania nos quais os tais direitos estariam baseados. Para o autor, é importante notar o caráter normativo de muito do discurso sobre sociedade civil global, que é motivado tanto pela convicção de que o poder global deveria ser democratizado quanto pela constatação de que o poder está crescentemente globalizado. Os movimentos da sociedade civil global devem resistir à incorporação à moldura estatista da conquista de leis ou direitos, muitas vezes defendida pelos próprios teóricos da sociedade civil. (BAKER, 2002).

Para o autor, enquanto as ações da sociedade civil global e a teorização sobre ela estiverem canalizadas para a luta por direitos, a sociedade civil global ainda estará engajada em buscar o reconhecimento do sistema de Estados. Isso dificilmente é o tipo de atividade que contesta ou oferece alternativas à política tal como é praticada pelos Estados. Isso também dificulta a constituição da sociedade civil global como um fim em si mesma, o que seria justamente o objetivo dos seus defensores. Dessa maneira, ela correria o risco de perder seu caráter de auto-determinação e, com isso, sua habilidade de remodelar nossa compreensão do campo político.

CAPÍTULO 3

Altermundialismo ou antiglobalização: a disputa de poder simbólico entre a mídia alternativa e a mídia corporativa global

Culturas são formadas por processos de comunicação. E todas as formas de comunicação, como Roland Barthes e Jean Baudrillard nos ensinaram, são baseadas na produção e consumo de sinais. Portanto, não há separação entre “realidade” e representação simbólica. Em todas as sociedades, a humanidade tem existido em um ambiente simbólico e atuado por meio dele. (Manuel Castells, 1999, p. 394)

3.1 A globalização da comunicação

Este capítulo discute um aspecto essencial da globalização: aquele que diz respeito à comunicação. A comunicação está interconectada com o sistema de informação e a Internet é um suporte tecnológico fundamental para o mega-fenômeno da globalização. Procuramos discutir alguns aspectos e conceitos utilizados para abordar o fenômeno da comunicação globalizada e suas implicações na política mundial. Reconhecemos a mídia como veículo detentor de poder simbólico, um dos elementos intrinsecamente ligados ao processo de globalização. Por isso, as relações no campo midiático são essenciais também para se compreender aspectos do campo da política mundial. Tanto as correntes que defendem a tese do imperialismo cultural como os mais “moderados” defensores da idéia de apropriação localizada das mensagens midiáticas concordam quanto ao dado de que a globalização embute

aspectos de desigualdade e relações de dominação, que por sua vez geram ações reativas e contestatárias. O campo da comunicação é, portanto, um também um campo de conflitos que estão polarizados entre duas grandes categorias gerais: a mídia tradicional, corporativa ou *mainstream*, e a mídia alternativa. Essa última é menos estudada e por isso tem conceitos e definições menos estabelecidos, e por isso nos detemos um pouco na análise dessa categoria. Ela integra também um aspecto importante do movimento altermundialista, dentro do qual tampouco se está livre de tensões e embates de diferentes idéias sobre a comunicação sobre?? um outro mundo possível.

3.1.1 As tecnologias da informação e a reordenação do espaço-tempo

Os avanços tecnológicos que permitiram a expansão das comunicações no mundo contemporâneo a uma escala sem precedentes estão na base dos estudos que abordam o a globalização. É impossível compreender o fenômeno em toda a sua multidimensionalidade sem levar em conta o aspecto informacional e a revolução nas comunicações à distância. Na obra “A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia”, o teórico da comunicação J. Thompson aborda o fenômeno sob esse recorte comunicacional. As transformações no âmbito da comunicação aumentaram a importância que os meios têm nas relações sociais. O poder da mídia se intensificou e a natureza essencial do poder por ela exercido na contemporaneidade corresponde em muito ao conceito de poder simbólico trabalhado por Pierre Bourdieu Thompson se utiliza do conceito do sociólogo francês para se referir à “capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações dos outros e produzir eventos por meio da transmissão de formas simbólicas” (THOMPSON, 1998, p. 24). Os meios de comunicação

são, para Thompson, os principais recursos que permitem que esse poder simbólico se exerça nas relações sociais. Os meios de comunicação, via poder simbólico, exercem influência decisiva na constituição e evolução das representações sociais...

Ainda segundo o autor, a reordenação do espaço-tempo provocada pelo desenvolvimento da mídia faz parte de um conjunto mais amplo de processos que transformaram (e ainda estão transformando) o mundo moderno. A interpretação do autor deixa claro que, desde o início, o processo que deu origem ao desenvolvimento do sistema global foi “esporádico e desigual”, pois refletiu flutuações na atividade econômica e fundamentais assimetrias na distribuição de poder. No entanto, de acordo com a visão de Thompson, privilegiar a visão estritamente economicista do fenômeno seria uma redução:

Não resta dúvida de que a organização da atividade econômica e a concentração do poder econômico tiveram um papel fundamental no processo de globalização. Mas todas as formas de poder - econômico, político, coercitivo e simbólico - também contribuíram para ele e foram afetadas por ele. Se se reconstitui o processo de globalização, descobre-se que estas várias formas de poder se sobrepõem umas às outras em maneiras complexas, algumas vezes colaborando e outras vezes conflitando umas com as outras, criando um efeito recíproco e mutável de formas de poder. (IDEM, p.136)

De todas essas formas de poder, a mídia atua em maior escala no âmbito do poder simbólico, de construir, representar, imaginar, insinuar, subsidiar o pensamento. Se desde o século XIX, as tecnologias da comunicação ganharam grande impulso com o surgimento das redes de comunicação globais, com os sistemas de cabos submarinos, o estabelecimento das grandes agências internacionais de notícias, o desenvolvimento de tecnologias capazes de transmitir mensagens por ondas eletromagnéticas, e com a formação de organizações internacionais interessadas em administrar o espaço por onde circulam essas ondas eletromagnéticas, mesmo assim a globalização da comunicação é, segundo Thompson, tipicamente um fenômeno do século XX. Nele, quatro aspectos relevantes passaram a

caracterizar os padrões globais de comunicação. São eles: (1) a emergência de conglomerados transnacionais de comunicação como peças centrais no sistema global de comunicação e difusão de informação; (2) o impacto social de novas tecnologias, especialmente aquelas associadas à comunicação via satélite; (3) o fluxo assimétrico dos produtos de informação e comunicação dentro do sistema global e (4) as variações e desigualdade no acesso às redes de comunicação global.

3.1.2 Imperialismo cultural X apropriação localizada

Mas Thompson, mesmo procurando destacar o caráter estruturado e desigual dos padrões globais de comunicação, discorda de uma importante interpretação teórica que é em geral aquela de uma grande parte dos críticos da comunicação globalizada - a tese do imperialismo cultural – e levanta um debate importante. Segundo essa corrente (articulada inicialmente por Herbert Schiller em “*Mass Communications and American Empire*”, publicado em 1969), a globalização da comunicação é fruto de uma conquista de interesses comerciais das grandes corporações transnacionais sediadas nos Estados Unidos, muitas vezes agindo em colaboração com interesses políticos e militares predominantemente americanos, e este processo produziu uma nova forma de dependência na qual as culturas tradicionais são destruídas através da invasão de valores ocidentais. O desenvolvimento global das comunicações contribuiria de modo central ao processo de ocidentalização do mundo.

Essa tese teve grande influência nas pesquisas sobre comunicações internacionais na década de 70 e 80. Mas, segundo Thompson, essa concepção deve ser reavaliada com base no argumento da difusão globalizada e apropriação localizada. Ou seja, para ele, a idéia de que a

globalização da comunicação é a difusão global de valores americanos e do consumismo capitalista é mais uma vez uma explicação que só leva em conta o poder econômico, considerando o poder simbólico como um instrumento de valores comerciais (associados aos das elites políticas e militares). No entanto, em sua opinião, a reciprocidade entre estas formas de poder foi sempre mais complexa.

Baseado em estudos de recepção, Thompson argumenta que os produtos globalizados de mídia, não são uniformemente recebidos, interpretados e incorporados como “divulgação da estética consumista”, mas a recepção é feita de maneira singular e complexa. Através de processos de apropriação localizada, os produtos da mídia são transplantados para o conjunto de práticas que modelam e alteram seus significados.

O próprio autor da tese do imperialismo cultural reviu sua obra mais de duas décadas depois e afirmou que ela não poderia mais se sustentar na sua formulação original. O domínio global da cultura e dos produtos da mídia americanos não perderam seu apelo - argumenta ele - mas a base econômica deste domínio mudou. Corporações transnacionais assumiram um importante e crescente papel na indústria das comunicações globais, e o capital de investimento está sendo retirado de diversas fontes de recursos. Assim, enquanto o domínio cultural permanece americano em termos de forma e de conteúdo dos produtos da mídia, a base econômica desta dominação foi internacionalizada. O imperialismo cultural americano teria se tornado, nas palavras de Schiller, “uma dominação cultural transnacional e corporativa”. (SCHILLER apud THOMPSON, 1998)

Para Thompson, mesmo essa reforma no conceito ainda apresenta uma visão muito uniforme da cultura da mídia americana:

Seria melhor aceitar que, na esfera da informação e da comunicação, como também no campo da atividade econômica, os padrões globais e as relações de poder não cabem simplesmente na estrutura de uma dominação americana sem rivais”. (THOMPSON, 1998)

Manuel Castells também relativiza a influência da mídia aos fenômenos complexos da recepção (CASTELLS, 1999). Para ele, “enquanto a grande mídia é um sistema de comunicação de mão única, o processo real de comunicação não o é, mas depende da interação entre o emissor e o receptor na interpretação da mensagem”. Ele complementa sua afirmação com as constatações de Umberto Eco:

Existe, dependendo das circunstâncias socioculturais, uma variedade de códigos, ou melhor, de regras de competência e interpretação. A mensagem tem uma forma significativa que pode ser completada com diferentes significados (...) Assim, havia margem para a suposição de que o emissor organizava a imagem televisual com base nos próprios códigos que coincidiam com aqueles da ideologia dominante, enquanto que os destinatários a completavam com significados ‘aberrantes’ de acordo com seus códigos culturais específicos (...) aprendemos uma coisa: não existe uma cultura de massa no sentido imaginado pelos críticos apocalípticos das comunicações de massa, porque esse modelo compete com outros (constituídos por vestígios históricos, cultura de classe, aspectos da alta cultura transmitidos pela educação, etc). (ECO apud Castells, 1999, pág. 359)

Segundo Castells, no entanto, enfatizar a autonomia da mente humana e dos sistemas culturais individuais na finalização e no significado real das mensagens recebidas não implica que os meios de comunicação sejam instituições neutras, ou que seus efeitos sejam negligenciáveis. A mídia, em particular a mídia audiovisual de nossa cultura, representa de fato o material básico dos processos de comunicação. Vivemos em um ambiente de mídia e a maior parte de nossos estímulos simbólicos vem dos meios de comunicação.

Se a mídia, portanto, graças aos fenômenos de recepção, não tem a capacidade de uniformizar a cultura de todos os povos, não consegue “comandar” de forma direta a produção cultural, as maneiras de ser e de pensar das pessoas e dos povos, qual é o alcance de sua influência? Quais são os reais recursos de poder da mídia, especificamente no aspecto contemporâneo da globalização?

3.1.3 A mídia corporativa ou *mainstream* como agente discursivo e econômico

Até aqui estamos falando da mídia de massa corporativa, no sentido jornalístico, seja ela veiculada por meio televisivo, impresso, via rádio ou eletrônico, e também da indústria cultural cujos agentes são grandes gravadoras, produtoras de cinema, etc. Ou seja, o circuito *mainstream*. Como explica Noam Chomsky, a mídia *mainstream* se constitui ela mesma ou faz parte de grandes e lucrativas corporações, e “interage com e se relaciona aos principais centros de poder: o governo, outras corporações ou as universidades”. É essa mídia que vem sofrendo grande concentração econômica e em geral uniformização do formato, e, por outro lado, também se diversifica na roupagem estética para tentar aproximar-se mais das linguagens de determinados públicos-alvo específicos?: a chamada mídia segmentada. O melhor exemplo de mídia segmentada de caráter corporativo é a MTV, canal de música e cultura jovem, que surgiu no contexto das mudanças tecnológicas introduzidas pela transmissão a cabo e por satélite. Apesar de não se direcionar à grande e indistinta audiência *de massa*, a classificação “segmentada” diz respeito apenas ao público-alvo, não ao conteúdo ou as relações sociais de produção, por isso na maior parte das vezes, a mídia segmentada é um braço da massiva e seus veículos pertencem a grandes corporações.

Segundo o teórico da comunicação Denis de Moraes (MORAES, 2002), essa mídia corporativa desempenha um “duplo papel estratégico” na contemporaneidade: a primeira função diz respeito ao conteúdo da mensagem que esses veículos transmitem, de modo acrítico, a favor da globalização (caráter de irreversibilidade, inovação, adesão ao programa neoliberal como solução para crise dos países emergentes, etc), e por isso são agentes operacionais da globalização, do ponto de vista da enunciação discursiva. Ao mesmo tempo,

os conglomerados de mídia atuam como agentes econômicos globais. Por isso, a mídia é a esfera que legitima o discurso da globalização e também importante agente econômico global. Ao mesmo tempo que são o *software*, por assumirem a função de “azeitar a base de sustentação ideológica para a reprodução ampliada do capitalismo” (MORAES, 2002), também constituem uma boa parcela do *hardware* - como indústrias responsáveis por crescentes investimentos - desse mesmo capitalismo global.

Para Muniz Sodré, o desenvolvimento do conceito de globalização está ligado às práticas discursivas da mídia corporativa, uma vez que a linguagem é também um instrumento de poder político, conforme explica:

Todo fenômeno social de largo alcance gera linguagem própria ou, pelo menos, uma prática discursiva pela qual se montam e se difundem as significações necessárias à aceitação generalizada do fenômeno... O sentido de uma palavra como ‘globalização’ ou o comportamento de um ator social em face desse sentido podem variar de um indivíduo para outro, de uma região do mundo para outra, ou mesmo de um curto período de tempo para outro. (SODRÉ, 2003, p.21)

O autor afirma também que a mídia corporativa comercial possui um discurso globalista, e uma de suas práticas é utilizar o conceito de maneira indiscriminada, “*sem reconhecer o relativismo das significações, uma vez que recalca conflitos ou antagonismos diante dessa idéia*” (SODRÉ, 2003). Para ele, a mídia não é “neutra” ou “objetiva”, mas é impregnada de ideologia:

Os materiais de uma ideologia são a linguagem e seus recortes práticos, denominados ‘discursos’. Quase sempre se achou que a linguagem refletia uma realidade dada a priori e que os discursos organizavam os ‘reflexos’, com vistas à comunicação, à compreensibilidade. Hoje, todavia, fica bastante claro que a linguagem cria, mais do que reflete, a realidade. Em outras palavras, não é apenas designativa, mas principalmente produtora de realidade. E a mídia ou conjunto dos meios de comunicação de que se vale

fortemente a ideologia globalista é, a exemplo da velha retórica, uma técnica política de linguagem. (SODRÉ, 2003, p.21)

É preciso portanto compreender as estratégias da mídia produtora de um discurso globalista, para também acessar a criação e desenvolvimento de um discurso de contestação e reação à “globalização”. Há uma contra-corrente dessa mídia corporativa global – a mídia alternativa – que não só é porta-voz como faz parte do movimento que passou a se auto-intitular “altermundialista”¹. Pretendemos abordar o altermundialismo e sua relação com os processos de comunicação através desse estudo de caso específico, o *Le Monde Diplomatique* e sua participação no Fórum Social, sobre o qual tecemos considerações no próximo capítulo.

3.1.4 A mídia como detentora de poder simbólico

Acreditamos que a noção de poder simbólico, de Pierre Bourdieu, ajuda a explicar as relações de poder que efetivamente são exercidas pela mídia, mas não de maneira simplista, como uma imposição de o quê e como pensar. O jornalismo, segundo Bourdieu, constitui-se em um campo autônomo, com suas próprias regras que produzem “efeito de verdade” (BOURDIEU, 1997). Nesse campo, os fatos são legitimados como tais, são ordenados, e portanto, hierarquizados em termos de espaço no jornalismo em versão impressa, ou de tempo na versão televisiva. O capital maior do campo jornalístico é a credibilidade, que é construída através de relações de autoridade (decidir quem é uma fonte fidedigna e com autoridade para falar sobre determinado tema), de confiança (acreditar que uma reportagem mostrada não é uma encenação, por exemplo), enfim, de um código implícito que está presente na relação

emissão-recepção e que valida ou invalida um determinado veículo, um profissional ou todo um setor (nos tablóides, por exemplo, a espetacularização é até mais importante do que a credibilidade, mas a legitimação desse “acordo tácito” valida todo um filão). Para Bourdieu, portanto, existe um poder exercido pela mídia, mas ele está implícito nas regras deste campo. É por isso que Christa Berger, em um artigo que analisa a relação entre o MST e o jornal Zero Hora, afirma que o primeiro promove manifestações com intuito de “ser notícia”, ainda que o teor dessas notícias não agrade aos militantes nem ajude aos propósitos desejados pelo movimento.

Existe um saber intuitivo que informa pessoas e grupos (culturais e políticos) de que precisam constar dos informativos para obter estatuto de existência. Assim, não só o acontecimento cria a notícia, como a notícia cria o acontecimento, invertendo a lógica tradicional da relação fato/informação. (BERGER, 2004)

A autora recorre à semiologia para reforçar a noção de que o processo de construção da notícia é um processo de criação: “o discurso constitui e não descreve aquilo que é por ele representado. Esta concepção abala a prática jornalística pois, se é assimilada, deixa de reivindicar a imparcialidade ou a neutralidade na passagem do acontecido para o editado, e reconhece a notícia como construção de um acontecimento pela linguagem” (BERGER, 2004).

Pierre Bourdieu afirma que o poder simbólico é o poder de enunciação:

O poder simbólico como o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer crer e fazer ver, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo: poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 2002. p 14)

¹ Altermundialista significa por uma outra globalização e é uma palavra derivada do termo francês para globalização, *mondialisation*. A expressão remete ao slogan do Fórum Social Mundial, “um outro mundo é possível”.

Este poder de enunciação, ou poder simbólico, no caso da mídia é produzido no interior de um campo, o campo jornalístico. De acordo com Bourdieu, é preciso observar o movimento de luta em torno do capital de um campo. O capital do campo das relações internacionais é o poder. Ele se manifesta de várias formas, como poder econômico, político ou militar, e não pertence apenas aos Estados. Podemos dizer que o capital simbólico, na forma do *soft power*, também pertence ao campo das relações internacionais (entendidas como *world politics*, como vimos). A compreensão das estratégias da mídia corporativa global e das reações a ela faz parte da tentativa de demonstrar a interdependência entre os dois campos que tem como ponto de ligação a existência, em ambos, da disputa por poder simbólico.

Além da questão do poder da mídia, outro problema a ser levado em conta é como conceituar aqueles veículos de mídia que não se encaixam no modelo globalista ou corporativo. Estes veículos vêm se expandindo progressivamente, especialmente devido à expansão do acesso à internet e às facilidades de reprodução, impressão e distribuição de material informativo, artístico ou de entretenimento. É possível uma definição de mídia alternativa baseada em critérios afirmativos e nas suas próprias regras (e não apenas em oposição à mídia *mainstream*)? Essa questão aponta uma dos muitos problemas relativos ao conceito que pretendemos analisar a seguir.

3.2 A mídia alternativa: uma definição eclética

Na contramão do processo de concentração, fruto do mesmo avanço na tecnologia da informação que desempenha papel-chave na globalização, existe uma explosão de novos

veículos *alternativos ou independentes*, dentro e fora da Internet, que não é contabilizada mas é constatada por observação direta de vários autores atentos à mídia contemporânea. A quantificação fica dificultada justamente pela dificuldade de conceituação. O que é afinal mídia alternativa? A tendência “natural” é responder pela negação: aquela que não pertence ao *mainstream*. Ou, na busca de uma definição afirmativa, alguns autores caem em fórmulas simplistas que tentam abarcar essa categoria complexa em apenas um ou dois critérios, como veículos sem fins lucrativos, ou aqueles que tenham conteúdo que vise à mudança social, ou ainda veículos que são produzidos por um grupo comunitário ou uma minoria discriminada, ou ainda, aquela cujas relações de produção são horizontais e não profissionalizadas.

Cabe aqui uma breve análise do termo mídia alternativa, que estenda essa noção para além de poucos critérios fechados e definitivos por três motivos: (1) o primeiro é que sustentamos nesse estudo que os assuntos midiáticos são relevantes para o estudo das transformações políticas implicadas na globalização, mas, enquanto a crítica à mídia corporativa é abundante, a mídia alternativa aparece pouco na literatura teórica da pesquisa em Comunicação, onde existem usos vagos do termo e definições contraditórias ou excludentes; (2) no entanto, a mídia alternativa, com seus diferentes veículos e publicações, é uma ferramenta estratégica, e pode-se dizer que é parte do movimento antiglobalização (ou altermundialista), e por isso, mereceria até mesmo um estudo à parte, mais aprofundado.

O terceiro motivo para dedicarmos alguns parágrafos à conceituação mais abrangente e precisa possível da expressão mídia alternativa é o mais prático: ela é chave para a compreensão do nosso objeto empírico, o jornal *Le Monde Diplomatique*, uma vez que sustentamos que ele ocupa um lugar singular nos movimentos de contestação internacional (altermundialismo), conforme demonstra a sua atuação na realização do Fórum Social Mundial, e na divulgação das idéias contidas nele.

Chris Atton, no artigo *Approaching Alternative Media: Theory and Methodology* (ATTON, 2001), propõe um modelo de mídia alternativa (o termo em inglês *alternative media* é usado como equivalente a *radical media*) que a considera não apenas em termos de diferenças no conteúdo e no tipo de veículo (e sua disseminação e distribuição), mas também em relação à comunicação, construída como um processo social (além de informacional). A autora revê, sintetiza e amplia os usos e definições dos conceitos de mídia alternativa, radical, independente ou comunitária contidos na bibliografia específica sobre o tema², onde as definições são excludentes ou limitadas e propõe um modelo que não se fixe na visão desse tipo de mídia como oposicional à mídia *mainstream*, mas procure responder à pergunta: o que é realmente radical (no sentido de transformador, revolucionário) na mídia alternativa? Com o modelo proposto, cujo esquema expomos na tabela abaixo, a autora procura ir além da redução que se faz da mídia alternativa a veículos com conteúdo político radical, publicações de baixa circulação ou de produção amadora. O modelo é formado de seis critérios, mas a autora lembra que, para ser considerado alternativo, um veículo não precisa preencher todos os critérios, pois “a ausência de ‘radicalidade’ de um veículo em qualquer uma dessas dimensões não limita o potencial revolucionário do veículo” (ATTON, 2001). “Se a mídia alternativa tem alguma coisa em comum, é que ela quebra as regras de alguém, embora raramente todas elas em todos os sentidos” (DOWNING, 2001 apud ATTON, 2001).

² No Brasil, a expressão “imprensa alternativa” tem recebido conotação específica, sem haver um consenso sobre o que ela significa. Entende-se por ela tanto o jornalismo popular de circulação restrita, como os periódicos que se tornaram uma opção de leitura crítica em relação à grande imprensa. Estes últimos, também chamados de imprensa nanica, foram lançados no mercado a partir da década de sessenta, e se tornaram mais variados e frequentes nos anos 1970. A imprensa nanica abrangia jornais, tablóides ou revistas que eram vendidos nas bancas ou de mão em mão e expressavam interesses de classes diversas (PERUZZO, 1999). A imprensa alternativa brasileira teve um importante papel de resistência contra a censura e de oposição ao regime militar.

Modelo de Mídia Alternativa de Chris Atton: Uma tipologia da mídia alternativa

1. **Conteúdo (politicamente radical, social/culturalmente radical); valores embutidos nas notícias (*news values*).**
2. **Formato: projeto gráfico, linguagem visual, variação na forma de apresentação e *binding*; estética**
3. **Inovações/adaptações reprográficas (na forma de reprodução) – uso de mimeógrafos, impressoras, litografia em offset, fotocopiadoras)**
4. **“Uso distributivo” (*Distributive use*) (ATTON, 1996) – lugares alternativos de distribuição, redes clandestinas/invisíveis de distribuição, anti-copyright**
5. **Relações sociais, funções e responsabilidades transformadas – leitor-escritor, organização coletiva, não-profissionalização dos jornalistas, gráficos, editores, etc**
6. **Processos de comunicação transformados – ligações horizontais, redes.**

Fonte: ATTON, 2001

A tabela 1 apresenta a tipologia que deriva da análise de Chris Atton sobre as definições e teorias existentes. Nela, os elementos de 1 a 3 indicam características do produto e de 4 a 6 indicam características do processo de produção.

Para Atton, ao modelo de critérios falta “o poder explicatório de um conceito totalizante”, e não se deve esperar um enquadramento em um critério fixo e “puro”, mas ao contrário, permite abordar as mídias da perspectiva de múltiplas possibilidades de “hibridização” e mistura de características transformadoras (“*mixed radicalism*”). Ela lembra ainda que uma das dimensões pode não estar “disponível” em determinada época ou lugar, ou em determinada cultura. O conteúdo pode ser uma dimensão não necessariamente ligada somente à radicalidade política, mas igualmente ao contexto cultural.

Um dado muito interessante na análise da Chris Atton e que, além de propor o modelo que vai além do conteúdo das mensagens veiculadas pela mídia alternativa e passar também pela análise dos processos e relações de produção e pelo caráter estético, a definição da autora considera a mídia alternativa como um campo de produção no sentido bourdiano, um campo autônomo, constituído por suas próprias regras. “campo híbrido que engloba práticas culturais (literárias, artísticas) e práticas jornalísticas, que admite extremos de transformação nos produtos, processos e nas relações entre os dois”. (ATTON, 2001.)

A autora usa como referências as noções de campo cultural e campo jornalístico. Segundo Bourdieu (BOURDIEU, 1997), a produção cultural reconhece um espaço para atividades de vanguarda artística, que condizem com algumas práticas das mídias alternativas (selos independentes de gravação, por exemplo). Mas o campo cultural é restrito porque só diz respeito à produção literária e artística, e, para Bourdieu, esse espaço de extremos de criatividade seriam opostos à produção em larga escala. “Aqui se propõe um campo oposicional em vez de tentar acomodar a contestação em qualquer formulação existente. Na produção da mídia alternativa, existem numerosas vanguardas que confundem a dicotomia larga/pequena escala”. (ATTON, 2001)

Bourdieu também propôs um campo jornalístico, mas a autora considera que a mídia alternativa não se encaixa nessa formulação por descrever as práticas jornalísticas dominantes, mas ainda assim não conseguir abarcar toda heterogeneidade do setor. A mídia alternativa também não poderia ser descrita apenas em termos de oposição ao campo jornalístico de Bourdieu, porque vai além do jornalismo propriamente dito: “a multidimensionalidade do modelo sugere um espaço conceitual mais amplo do que o jornalismo *tout court*: os zines são jornalismo? Qual é a relação entre listas de discussão na internet e *web sites* anarquistas com o jornalismo?” O alcance dos produtos de mídia e das atividades disponíveis levaria portanto, à formulação da mídia alternativa como um campo

híbrido, já que a proposta da autora consiste em “propor modelos teóricos e conceituais que privilegiem o potencial transformador da mídia como instrumento que reflete as práticas de comunicação em redes sociais”. O modelo, segundo ela, encoraja a interrogação sobre a grande extensão e variedade da produção nesse campo, procurando situar as novas constelações de produtos, atividades, instituições e movimentos em padrões explicativos estruturados.³

3.3 Alternativos e ativistas de mídia

Uma visão mais histórica sobre a mídia alternativa, e menos preocupada em construir um modelo com critérios fechados - para que se possa encaixar um dado veículo de mídia empírico, e saber se ele tem ou não características que o permitam categorizar como alternativo, como é o caso do modelo descrito acima, de Chris Atton – é a dos autores Éric Agrikoliansky, Nonna Mayer e Olivier Fillieule. Em um estudo recente e bastante abrangente sobre o altermundialismo, - o livro *“L’altermondialisme em France: la longue histoire de une nouvelle cause”* (AGRIKOLIANSKY et al, 2005) - os autores atribuem papel central à crítica da mídia tradicional e às propostas de comunicação alternativas que pululam no interior da “nebulosa” altermundialista. A obra explora o surgimento e desenvolvimento da oposição à globalização do neoliberalismo e tem o mérito de conter um capítulo inteiro dedicado às questões midiáticas, demonstrando a relevância desse eixo temático para os integrantes dessa nova contestação.

³ Um exemplo de mídia alternativa com padrão horizontal e objetivo jornalístico é Centro de Mídia Independente, (CMI), cuja origem e conteúdo tem muitas relações com os protestos que deram origem ao movimento altermundialista; sobre isso, ver dissertação de mestrado “CMI: ativismo político na Internet e ação direta nas ruas”, de Marcelo Wanderley Burger, da Escola de Comunicação UFRJ, defendida em 2004).

O tema é unânime mas não sem controvérsia. Entre as reivindicações da “galáxia altermundialista”, a crítica de mídia desempenha um papel duplo. Ela é ao mesmo tempo uma causa transversal, uma vez que cada uma das mais diversas entidades, cada qual à sua maneira, acusa a mídia de ser responsável pela má hierarquização das prioridades da agenda pública, de ceder às pressões da indústria cultural, de reproduzir o discurso dominante dos governantes e das instituições internacionais, de participar da produção de um “pensamento único” e de marginalizar as propostas alternativas. Mas, em si mesma, a crítica de mídia, é causa específica para uma parcela do movimento, grupos de atores que criaram mobilizações particulares em torno de temas informacionais como os listados abaixo:

- veículos alternativos de comunicação (mídia alternativa);
- observatórios de imprensa (*watchdogs*, “cães de guarda”);
- associações pela democratização do acesso à informação;
- grupos de pressão que visam a mudar os modos de regulação do espaço midiático;
- acadêmicos especializados em questões de comunicação;
- grupos de militância por uma Internet cidadã, *hackers*, etc.

Esses grupos praticam o que os autores chamam de militantismo informacional, ou seja, promovem mobilizações multiformes cuja ambição é de por em prática seus próprios dispositivos de produção de informação e/ou de democratizar as mídias modificando suas mensagens, suas práticas, sua organização e o contexto regulamentar que as rege, com o intuito de encorajar a expressão dos cidadãos e de ampliar suas participação no espaço público (AGRIKOLIANSKY et al, 2005, p. 175 - 176).

Organizado segundo regras provenientes de múltiplas redes pré-estruturadas em torno de causas específicas, o movimento altermundialista, segundo os autores, resulta de uma sucessão de histórias setoriais que recompõem as múltiplas trajetórias dos atores e das

organizações que o compõem. Eles propõem uma abordagem genealógica, considerada indispensável à compreensão das dinâmicas recentes desse “movimento dos movimentos”. De um modo geral, a imagem do movimento tende a valorizar a novidade e a ruptura, enquanto que ele deveria em parte sua vivacidade à retomada de investimentos e de trajetórias anteriores. A proposta dos autores no capítulo mencionado aqui foi a de explorar a história das redes de atores do militantismo informacional que, desde os anos 70, se constituem de maneira específica em torno da crítica de mídia e das iniciativas que objetivam por em prática alternativas efetivas às mídias tradicionais. A proposta de “retraçar a gênese das mobilizações” (IDEM, p. 176) para compreender os investimentos e apontar as tensões que atravessam a nebulosa altermundialista é seguida pelos autores no capítulo anterior de sua obra - “*Les architectes de l’altermondialisme: registres d’action et modalités d’engagement au Monde Diplomatique*” - específico sobre a participação do *Le Monde Diplomatique* na formulação do discurso e da causa altermundialista. Esse capítulo será analisado mais adiante no presente trabalho. Aqui, abordamos apenas a divisão temática da mídia alternativa que os autores apontam, aquela que se refere aos tipos de críticas que cada grupo ou movimento fazem, que podem, segundo os autores, ser classificadas em linhas gerais em duas categorias: crítica “antihegemônica” e crítica “expressivista”.

Assim, a despeito da diversidade do movimento, seria possível de acordo com os autores isolar duas orientações diferentes das mobilizações informacionais, diferença que se dá pelo tipo de crítica feita contra as mídias tradicionais, e pelo tipo de contra-modelo proposto por eles.

Uma das orientações, da qual o jornal *Le Monde Diplomatique* é representante típico, segundo os autores, é a crítica anti-hegemônica. Seu objetivo é denunciar a função propagandista dos “aparatos ideológicos da globalização”⁴, as mídias corporativas

⁴ A expressão, criada por Ignacio Ramonet, é mencionada no livro “A tirania da comunicação”. (RAMONET, 1999).

tradicionais. Esse típico de crítica denuncia a repartição desigual e desordenada dos fluxos de informação em escala planetária, a hegemonia cultural da mídia ocidental, a superficialidade das empresas de mídia com o mundo político e econômico, as restrições de espaço jornalístico para assuntos da própria profissão, e ainda a busca desenfreada de lucro e sensacionalismo. Sob essa perspectiva, os jornalistas são criticados por reproduzirem o pensamento dominante, seja por ideologia, por conivência ou por simples efeito dos constrangimentos que as condições de produção da informação exercem sobre eles.

A concentração e a financeirização intervêm, de acordo com o discurso deste tipo de crítica, como principais fatores determinantes dos desvios jornalísticos. As questões da verdade e do erro, da desinformação, da omissão, das assimetrias e das deformações na representação do mundo não seriam mais do que conseqüências da estrutura da indústria cultural. E é em termos de mudanças estruturais na regulação das indústrias que as alternativas são formuladas, por exemplo, na defesa de um reequilíbrio do fluxo de informação entre nações ou uma autonomização em resposta às pressões do mercado e da audiência, que as alternativas são formuladas. Essa crítica anti-hegemônica é muito fortemente influenciada pelas ciências sociais, que contribui fornecendo argumentos e estratégias .

O segundo tipo de movimento é expressivista isso existe em português?, aquele que, segundo os autores, apóia sua crítica na recusa da assimetria imposta pela mídia tradicional em relação a seus leitores ou espectadores. Essa crítica se o põe ao monopólio da palavra pelos profissionais, porta-vozes e *experts*. Ela propõe maneiras de reformar a comunicação de massa e o jornalismo profissional liberando a expressão individual. A crítica expressivista defende e promove o direito de emissão: produzir informação em primeira pessoa, recusar a oposição entre o dizer e o fazer, multiplicar o número de emissores, proliferar os campos de emissão. Face às tendências monopolísticas que se exercem no espaço público, ela reivindica

a instauração de dispositivos abertos de tomada da palavra. Ela milita para que a informação se liberte de restrições impostas pelos formatos midiáticos, que privilegiam a expressão de emissores capazes de preencher exigências sociais e culturais e excluem aqueles que não satisfazem esses requisitos (AGRIKOLIANSKY et al, p. 177-178).

A história das duas correntes de crítica informacional remonta a origens longínquas indeterminadas, mas pode-se falar em duas grandes ondas de mobilização nas últimas décadas, em que as manifestações tomaram formas diversas e deram diferentes expressões à crítica anti-hegemônica e expressivista. Pode-se falar, segundo os autores, em um primeiro *boom* nas décadas de 70 e 80, e em um segundo a partir da expansão da Internet, no meado da década de 90⁵. A crítica anti-hegemônica não teria conhecido interpretações substancialmente diferentes ao longo dessas três décadas, mas seus porta-vozes deram atenção a assuntos que variaram da desigualdade dos fluxos de informação no nível internacional, nos anos 70-80, ao poder da mídia nos anos 90.

3.3.1 Da complementaridade à discordância?

Durante a década de 1970, as formas de crítica anti-hegemônica e expressivista apresenta, segundo os autores, um caráter de complementaridade. Se as instituições internacionais e nacionais não foram capazes de fornecer apoio a um reequilíbrio dos fluxos de informação, caberia então às populações, definidas por meio de seus vínculos locais,

⁵ Os autores contam também a história do papel das instituições internacionais como a Unesco, no fomento ao debate crítico sobre a mídia e no estímulo à criação de agências e notícias nos países em desenvolvimento, como no âmbito da discussão acerca do NOMIC (Nova Ordem Mundial de Informação e de Comunicação) (AGRIKOLIANSKY et al, 2005, pp 180-185)

sociais, culturais ou políticos desenvolver uma comunicação mais justa e eficaz. O projeto das mídias comunitárias e cooperativas que pululam nesse período é participativo, ou seja, o objetivo é reaproximar emissor e receptor.

Por sua vez, a crítica expressivista sofreu várias transformações nos últimos anos, passando de uma reivindicação participativa e comunitária a uma forma individualista, afirmativa e radical de expressão livre. Nessa nova configuração, ela passou a ocupar um papel central dentro do movimento altermundialista.

A lógica das transformações internas desses dois tipos de mobilização os fez progressivamente divergir e tornou mais difícil a articulação no fim dos anos 90 do que era nos anos 80. Hoje, as possibilidades de aliança ou de coordenação são mais problemáticas, mesmo que os atores das duas tradições estejam engajados sob formas diferentes no mesmo movimento altermundialista.

Os autores afirmam que existe uma tensão entre as mobilizações informacionais (expressivistas e ciberativismo) e o movimento altermundialista (predominantemente contra-hegemônico, segundo eles). A crítica contra-hegemônica e os movimento altermundialista “clássico” (*Le Monde Diplomatique*, Fóruns sociais, ATTAC...) teriam uma posição moderada e uma relação de diálogo com os as instituições internacionais que pensam a questão da mídia, como no processo da ONU de Encontros Mundiais pela Sociedade da Informação. Enquanto isso, os atores da crítica expressivista, e em especial os ciberativistas e *hackers* estariam ficando marginalizados no processo e teriam uma posição mais radical e anárquica. Com essa afirmação, os atores parecem tender a mostrar que a visão de crítica de mídia declarada pelo *Le Monde Diplomatique*⁶ seria mais próxima do estado atual do debate no âmbito das instituições, logo, mais próxima do *establishment*, mesmo quando critica o poder das corporações oligopolistas da indústria cultural. Enquanto que os expressivistas

⁶ Ver revista *Manière de Voir*, uma publicação bimestral da mesma equipe do LMD, n 80 , *Combats pour les Médias*, toda sobre o tema.

seriam mais “revolucionários”, por rejeitar completamente a mídia *mainstream* e qualquer possibilidade de reforma e partir para a liberação da palavra dos “sem-voz”. Vejamos alguns trechos em que isso fica insinuado no texto:

Os atores da geração do NOMIC e da mídias comunitárias coordenam hoje suas ações para representar a sociedade civil no processo da ONU do Encontro Mundial pela Sociedade da Informação, mas, diferente de outros encontros internacionais, contra esse quase não há mobilização por parte do movimento altermundialista. Ao contrário, os integrantes da crítica antihegemônica do poder das mídias integram os espaços de debate dos fóruns sociais⁷, dentro dos quais eles ocupam posição central. As redes expressivistas de ativistas e mídias táticas, por sua vez, ficam à margem dos fóruns sociais e se encontram no coração das manifestações (passeatas, protestos, ações de desobediência, etc). Essa oposição entre os repertórios de ação orientados para o discurso ou para a ação testemunha bem a diversidade de configurações sociais e ideológicas respectivas das redes descritas. (AGRIKOLIANSKY et al, 2005, p.196-197)

Existiria, então, para os autores, uma discordância: os ativistas da mídia consideram que a denúncia da hegemonia cultural e da concentração capitalista dos veículos dominantes constitui uma proposta insuficiente para criar realidades alternativas, notadamente porque ela não defende a reconstituição de outras formas de tomada da palavra que não seja a feita por ‘experts’ ou porta-vozes de organizações militantes. Ficam então à margem dos debates dos fóruns sociais e sua participação é observada com desconfiança e à distância pelas organizações ‘centrais’ (AGRIKOLIANSKY, 2005).

Essa idéia da marginalização dos expressivistas é contestada. No estudo sobre a mídia alternativa na terceira edição do Fórum Social Mundial, *Communicating Civil Society: participation as the main benchmark of Civil Society Media. The Case of the third World Social Forum*, Stephania Milan afirma que a comunicação das organizações da sociedade civil atingiu um ponto ótimo de participação no evento.

A comunicação é um recurso chave no processo de desenvolvimento e reprodução da sociedade civil. O terceiro FSM, acontecido em Porto Alegre em janeiro de 2003, marcou um *turning point* nesse processo: as organizações da sociedade civil envolvidas no Fórum conseguiram atingir pela primeira vez a relação intrínseca entre mídia e mudança social, permitindo uma ampliação da discussão a respeito da comunicação. (MILAN, 2004).

A autora analisa ao projeto e do desempenho durante o Fórum das organizações midiáticas Ciranda Internacional da Informação Independente (criada especificamente para a cobertura do Fórum desde 2001), Indymedia (*Independent Media Center*) e AMARC (*World Association of Community Radio*). Segundo ela, ficou estabelecido ali de maneira mais visível do que em qualquer ocasião anterior, que a mídia da sociedade civil produz um novo modelo de comunicação, ainda que o termo “mídia da sociedade civil” não esteja ainda claramente definido. Suas principais características, no entanto, já podem ser apontadas: acesso aberto a todos, dando outro sentido à participação; caráter não-lucrativo e independência financeira; e respeito por diversidades lingüísticas, culturais e de gênero, além da estrutura de rede como forma de organização. (MILAN, 2004).

No meio de todo esse debate sobre os critérios e categorias da mídia alternativa, temos um objeto singular para ser observado. De acordo com os critérios de Chris Atton sobre a mídia alternativa, à primeira vista o *Le Monde Diplomatique* pode ser considerado um veículo de mídia convencional (devido ao seu histórico de ligação com a imprensa tradicional francesa, suas alta circulação e vendagem,⁸ e seu projeto gráfico, por exemplo). Outro tipo de abordagem, mais focada no conteúdo editorial de cunho político, esquerdista, “antiglobalização” e crítico da mídia corporativa, o enquadraria dentro das definições mais tradicionais de mídia alternativa. De acordo com os critérios de Chris Atton, o conteúdo do

⁷ Existe uma ambigüidade no texto com a expressão ‘forums sociaux’, que pode significar as edições dos Fóruns Sociais Mundiais, regionais ou temáticos, ou espaços sociais de um modo geral, espaços públicos e/ou institucionais de debate.

jornal pode ser considerado política, social ou culturalmente “radical”, e isso é um fator importante para que ele seja considerado alternativo, embora não seja o único. As relações de trabalho e produção no *Le Monde Diplomatique* também são atípicas, e um tanto híbridas, uma vez que ele não tem uma estrutura totalmente horizontal, e as relações de trabalho são formais e profissionalizadas (feito por uma equipe pequena, de cerca de dez jornalistas e mais alguns colaboradores mais ou menos regulares), mas eles possuem parte das ações da empresa, e portanto, mais poder de decisão e “independência” em relação à direção do grupo Le Monde.

Adiante vamos ainda analisar essas características mais minuciosamente . Utilizaremos o caso da atuação no Fórum Social Mundial para embasá-lo não apenas por meio teórico-conceitual, mas também empírico,. Podemos adiantar a que consideramos aqui o *Le Monde Diplomatique* como um veículo que hoje ocupa um lugar singular que não se enquadra no conceito de veículo de mídia impressa *mainstream* (tradicional, convencional ou corporativa), nem tampouco se enquadra perfeitamente em todos, ou em boa parte dos critérios exigidos por uma análise mais rigorosa para ser considerado um meio alternativo: assim, nós nos deparamos com um objeto de natureza mista ou híbrida. Com alguma propriedade, podemos chamá-lo de uma expressão de uma nova mídia: a mídia altermundialista, com expressões locais e transnacionais (assim como o próprio movimento altermundialista), mas que em última instância permitem formar uma rede global, assim como o Fórum Social Mundial, espaço/movimento que o jornal ajudou a tomar corpo.

Da mesma maneira que o Fórum Social Mundial é uma expressão de um novo tipo de contestação que, pelo seu formato em rede, suas relações horizontais e dispersas, sua dependência da tecnologia da informação, e seu objetivo de transformação global por meio da criação de uma rede de relações e diálogo entre diferentes movimentos sociais nos diferentes níveis (local, regional, nacional, internacional, global) transcende os padrões de atuação de

⁸ Ver capítulo 4 desta dissertação.

um movimento social e cria um conceito híbrido de movimento/espço (ou movimento-rede, como poderíamos chamá-lo), o jornal que foi um dos seus principais porta-vozes em âmbito mundial também desempenhou uma certa intermediação entre os intermediadores (entre os meios alternativos clássicos – aqueles que compuseram por exemplo a Ciranda da Informação Independente - e os meios *mainstream* – aqueles que fizeram uma cobertura imagética e espetacularizada do Fórum). Por isso, consideramos o *Le Monde Diplomatique* um caso de veículo midiático chave para a compreensão das estratégias “globalizadas” do movimento antiglobalização. Consideramos que seu papel específico foi amplificar o poder simbólico desse movimento, especificamente durante a realização das primeiras edições do Fórum Social Mundial.

CAPÍTULO 4

O *Le Monde Diplomatique* e o Fórum Social Mundial: discurso e estratégias no movimento altermundialista

4.1 Quem são os altermundialistas?

No artigo intitulado “Na vanguarda da globalização - o mundo dos globalizadores americanos”, os autores James Hunter e Joshua Yates (HUNTER e YATES, 2004) descrevem o estilo de vida dos grandes executivos de corporações, ONGs, organizações religiosas, educativas e da indústria cultural, tais como MTV, Fundação Ford, McDonald`s, *Campus Crusade for Christ*, *International Center for Research on Women* e *Merril Lynch*, entre outras. O objetivo do trabalho, realizado por meio de entrevistas com administradores sênior e executivos de 23 organizações e empresas transnacionais, todos eles líderes globais em suas respectivas áreas, foi compreender um pouco do processo de globalização visto “por dentro”, sob a ótica dos globalizadores. Procurou-se responder às perguntas: Como eles compreendem a globalização? Que noção eles têm dos seus próprios papéis no processo? Seria intencional ou inconsciente a disseminação de valores americanos que esses executivos trazem e embutem no planejamento das estratégias de suas corporações ou instituições?

Embora os autores do trabalho defendam que a globalização não é só americanização, um dado inegável com o qual trabalham é o de que grande parte dos diretores de corporações e instituições que atuam globalmente seja americana e a pesquisa foi realizada através de entrevistas que sintetizam o discurso e a visão de mundo desses homens e mulheres.

Assim, examinando as ideologias que determinam as missões e programas de suas instituições, as práticas sociais que sustentam suas rotinas e a infra-estrutura cultural que determina suas propostas normativas e seus compromissos mais básicos, os autores procuram determinar em suma quem é a elite globalizadora, o que é a globalização para eles e como eles vêem suas próprias funções e de suas instituições. “Suas vidas, experiências e perspectivas são um prisma por intermédio do qual podemos compreender monumentais transformações sociais e culturais que chamamos de globalização” (HUNTER e YATES, 2004, p. 361).

Os principais pontos em comum encontrados nos estilos de vida e discursos desses globalizadores formam o que os autores chamaram de “cosmopolitismo provinciano”, caracterizado por fatores como passar quase toda a vida, especialmente o trabalho, em ambientes padronizados, parecidos uns com os outros (“a vida na bolha”, na expressão dos autores), mesmo em freqüentes viagens pelas principais metrópoles o mundo, que tomam no mínimo 25% do tempo de trabalho desses executivos; a comunicação praticamente exclusiva no idioma inglês; o uso de um “vocabulário do discurso global”, isto é, baseado no discurso das ciências sociais e do mercado; na linguagem dos direitos e necessidades universais. As idéias de consumidor, “fortalecimento individual” (especialmente para as ONGs), de progresso, e de irreversibilidade são marcantes nos pensamentos dos executivos e líderes (HUNTER E YATES, 2004).

De acordo com a constatação dos autores, para propósitos de políticas públicas, pesquisa de consumo ou avaliação de programas, todas as elites globais utilizam a linguagem e as técnicas das ciências sociais para definir a sua agenda e resolver qualquer problema administrativo ou programático.

Seja a Coca-Cola fazendo ‘pré-pesquisa’, a Nike utilizando vários grupos de fogo, a Parenthood Federation of America e a Greenberg,

Quinlan Research Inc. fazendo vários levantamentos e pesquisas de opinião pública, o International Center for Research on Women utilizando análises estatísticas para avaliar a eficácia de programas da ONU (...) as técnicas de quantificação, organização e avaliação das ciências sociais não apenas garantem a autoridade pela qual a ação é justificada, como também fornecem um idioma pelo qual o ‘trabalho’ é realizado no cotidiano. (HUNTER E YATES, 2004, p. 374).

Se para essa elite a autoridade epistemológica está baseada na linguagem das ciências sociais, a autoridade moral baseia-se na linguagem dos direitos individuais e das necessidades universais.

Archer Daniels Midland e McDonald’s vendem seus produtos e promovem suas marcas em todo o mundo porque as pessoas têm ‘o direito de se bem alimentadas’. A Merrill Lynch pode vender oportunidades de investimento financeiro junto a governos estrangeiros porque aqueles governos têm ‘o direito de ser capazes de atender às necessidades humanas básicas’ de seus cidadãos. A Nike pode vender seus tênis em todo o mundo porque as pessoas de todos os lugares têm ‘uma necessidade universal de calçados esportivos’. A Twentieth Century Fox distribui filmes em resposta à ‘necessidade de entretenimento de qualidade’”. (IDEM, p.375).

A linguagem do mercado e do neoliberalismo também é um ponto em comum dessa vanguarda da globalização. De acordo com a análise feita pelos autores do estudo, essa vanguarda é consciente do papel principal dos Estados Unidos no processo de globalização, mas isso é encarado sem ambivalência ou cinismo, mas antes como destino, como na expressão de uma administradora da agência multinacional de relações públicas Porter Novelli: “A globalização é um fato da vida”. (IDEM, p. 387)

Eles não vêem nenhuma contradição e sentem pouca tensão. O ambiente em que vivem apenas reforça a ausência de contradição. Para todos os aspectos práticos, a bolha sociocultural que define o quadro de sua experiência de trabalho elimina essas tensões. (IDEM, p. 392).

Os autores concluem que essas elites cosmopolitas se vêem como cidadãos globais mais do que como americanos, mas as características do cosmopolitismo que experimentam e representam é distinta. Na verdade, eles são cosmopolitas, mas de uma forma que é considerada como confinada e insular, porque o ambiente físico que habitam é uniforme, asséptico e artificial. Na verdade, eles nunca “saem de casa”. A “localidade” e o “lugar” não são destruídos, mas transformados em realidades abstratas, fluidas, provisórias. Os integrantes dessa elite não afirmam que a globalização em si é um bem absoluto, mas não têm dúvidas de que sua parcela específica de globalização - aquela que defendem especificamente como agentes de globalização e da tecnologia que entrega o seu “produto” - é boa. (HUNTER E YATES, 2004).

Embora os autores do estudo referido acima tenham incluído profissionais que atuam em ONGs e até uma organização como a International Forum on Globalization, que se declara oposta à globalização, o trabalho é um estudo sociológico das elites que estão entre os agentes determinantes da ordem global emergente (até porque, como vimos, muitas ONGs são braços de instituições intergovernamentais e o caráter semi-estatal delas não permite considerá-las como parte de um movimento global efetivamente de contestação). É interessante a abordagem empírica feita pelos autores, além da descrição e da análise da visão de mundo desse grupo tão peculiar.

O reverso desse trabalho, a meu ver, seria o estudo sociológico - também baseado em dados empíricos - sobre os movimentos de contestação à ordem internacional vigente, que chamamos aqui de altermundialismo. Ainda não se dispõe de extensa bibliografia sobre o tema, mas trabalhos iniciais esclarecedores foram publicados recentemente. O IBASE publicou recentemente um relatório intitulado “Raio X da participação no FSM 2005: elementos para o debate” (consultado através da página www.ibase.org; ver trechos do relatório em anexo). Nele, constata-se que a participação majoritária entre os 155 mil

participantes reunidos em Porto Alegre foi de jovens (70, 8% do total tinham entre 14 e 34 anos), a escolaridade entre os participantes é mais alta do que a da população em média e a taxa de desemprego é mais baixa em relação à geral, ainda que a ocupação predominante dos participantes seja de estudantes (40,8%), e em segundo lugar, funcionários públicos (17, 5%) e em terceiro lugar, empregados de ONGs, entidades da sociedade civil, partidos político ou sindicatos, que somavam 11,5%. O equilíbrio entre os gêneros foi notado como um fator positivo de representatividade dos integrantes do Fórum.

Ao observarmos atentamente alguns desses perfis de participação, podemos tentar esboçar um perfil de quem são os altermundialistas, o que é em linhas gerais o altermundialismo, qual é sua trajetória histórica e quais suas estratégias de ação. Segundo Boris Gobille, Os fóruns sociais se impuseram como os momentos fortes do altermundialismo em escala mundial e européia. Se eles não englobam todo o repertório de ação do movimento, esses eventos no mínimo oferecem um prisma pertinente para o estudo empírico dessa nova “causa”. Os resultados de pesquisas, realizadas na ocasião do Fórum Social Europeu (FSE) da região de Paris ocorrido em novembro de 2003, permitiram retratar também um perfil sociológico dos militantes.

Os resultados das pesquisas de campo feitas durante o Fórum Social Europeu realizado em Paris e arredores em novembro de 2003, publicados no artigo “*Les altermondialistes: des activistes transnationaux?*”, de Boris Gobilles, ajudam a desmistificar esses personagens anônimos que enchem as salas e corredores dos espaços onde se realizam as oficinas e seminários durante o evento em território francês. Obviamente, não é possível extrapolar os resultados da pesquisa de campo ao público de outros fóruns. A pesquisa, feita através de questionários é como uma fotografia dos participantes naquele momento naquele evento específico, mas ajuda a traçar um perfil do movimento. Devemos levar em consideração, como alerta Daniel Mouchard, em introdução à revista dedicada ao tema, que o movimento

altermundialista é na verdade uma agregação de formas de mobilização enraizadas em contextos sociais, políticos e geográficos heterogêneos. Essa agregação se dá nas ocasiões específicas dos eventos de protesto, das quais ele menciona as reações aos encontros de cúpula (*contre-sommets*) e fóruns sociais. Para o autor, a observação desses momentos de homogeneização do movimento não deve levar a ignorar a diversidade das trajetórias e dos desenvolvimentos das mobilizações altermundialistas, que têm “ancoragem” nacional ou regional.

Essa constatação do bom senso – todo fenômeno global ou transnacional funciona por inscrição nos diversos contextos locais não equivale a subestimar a importância dos momentos de reagrupamento do movimento e dos processos de transferência e circulação entre as diferentes formas de mobilização. Trata-se somente de lembrar que o altermundialismo é uma construção política e não uma reação espontânea e mecânica ao processo de globalização. (MOUCHARD, 2005)

Podemos observar o perfil do militante presente ao FSE de novembro de 2003 em Paris, Saint-Denis, Ivry e Bobigny, conscientes de que é o público daquele evento específico, que naquele momento representa o militante altermundialista, mas não é o movimento altermundialista em si. Os principais aspectos investigados na pesquisa foram o percurso político anterior e atual do entrevistado, as condições de informação sobre o Fórum e de ida ao evento, a experiência altermundialista, e os modos de sociabilidade, os as motivações e visões de mundo e o grau de identificação com o movimento. A pesquisa não teve a pretensão de dizer quem são os altermundialistas no seu conjunto, uma vez que ela assume a hipótese de que eles variam de acordo com o evento (Fórum, manifestações, ecovilas alternativas, campanhas, etc).

Reconhecer a heterogeneidade do movimento altermundialista não significa no entanto que o consideremos como uma quimera, um

artefato produzido pelas mídias ou por alguns atores do movimento (...) O próprio desenvolvimento do Fórum Social Europeu, a existência de um comitê de organização e de dezenas de milhares de participantes atesta que os agentes sociais, as organizações coletivas reconhecem que as questões relativas à globalização lhes dizem respeito. Falta então compreender as lógicas plurais que fundam estes interesses. (GOBILLE, 2005)

Os resultados da pesquisa mostram que, ao contrário das afirmações correntes no fim dos anos 90, esses militantes não são os “perdedores da globalização”. Eles não seriam também as elites cosmopolitas de uma sociedade civil transnacional, pois é ainda e acima de tudo no nível nacional que os altermundialistas depositariam seus recursos e as razões do seu engajamento em busca de “uma outra globalização”. Esse argumento não é unânime na literatura. Segundo Milani e Laniado, a construção do espaço da transnacionalidade une o local e o global na expressão das estratégias políticas. Nele, as clássicas clivagens entre política externa e doméstica, *hard* e *soft power*, *high politics* e *low politics*, tendem a se esvanecer”. (MILANI e LANIADO, 2006)

Os participantes do Fórum Social Europeu, ainda de acordo com a pesquisa, possuem forte capital social e cultural, ou seja, são instruídos acima da média francesa (69,2 % têm nível superior), têm situação profissional estável (46,1% são funcionários públicos e o percentual de desempregados entre os entrevistados é muito abaixo da média francesa), falam ao menos uma língua estrangeira (80%, contra um terço dos franceses em média), são na maioria jovens e pertencem à classe média, com situação econômica ascendente. As profissões mais comuns são aquelas da saúde e do trabalho social (20,7% dos entrevistados), professores e pesquisadores (14%), professores de colégios (9,8%), e ainda profissionais da área da comunicação, das artes e do espetáculo (11,4%). Por outro lado, algumas categorias estão muito sub-representadas, como a dos agricultores (0,4%), artesãos, comerciantes e empresários. Em relação ao percentual da população francesa, a sub-representação é ainda maior entre os assalariados (*employés*, 8,4%) e operários (*ouvriers*, 2,2%), tendo em vista que

as duas categorias somam 56,5% da população ativa segundo os dados do instituto demográfico nacional francês, o INSEE (dados de 2002). (GOBILLE, 2005).

A quase totalidade dos participantes foi de europeus, e apenas 16% dos entrevistados eram não-franceses, a maioria italiana, belga ou espanhola. Um número significativo de militantes conhecia ou havia morado em outros países, muitos deles com objetivo de trabalho ou estudo. Com base nesses e em outros dados, como o nível de instrução e a profissão dos pais dos entrevistados, o autor constatou que os militantes altermundialistas europeus são filhos das classes superiores que vêem a globalização também como um investimento e oportunidade de aprimorar as estratégias profissionais e o capital cultural. Os assuntos internacionais para eles, portanto, não são assuntos “distantes” e desconectados de seus interesses. Mas, apesar de cosmopolitas, esses militantes não são “sem raízes”, nas palavras do autor. Os dados referentes à sociabilidades dos entrevistados atestam isso. Muitos deles têm relações pessoais de amizade e de parentesco com outros militantes altermundialistas, e a maioria compareceu ao FSE através de uma organização, grupo ou movimento. Uma parcela significativa (23%) afirmou fazer pelo menos de vez em quando viagens ao exterior dedicadas a atividades militantes (a maior parte com destino à Europa, (7)0%, mas também à América Latina, (12%), e à África, (8%) (GOBILLE, 2005).

A desconfiança das instituições políticas nacionais e internacionais e desejo de auto-organização são pontos em comum importantes no pensamento dos altermundialistas europeus. Segundo o autor, essa desconfiança não é produto de um sentimento de exclusão (*dépossession*) política ou cultural, mas é reforçado, ao contrário, pelo forte capital cultural dos participantes e um conhecimento relativamente preciso dos assuntos. A noção de sociedade civil parece ligada à reação a essa desconfiança, uma vez que ela condiz com a preferência manifestada pelos entrevistado por uma política “de base”, orquestrada por

cidadãos auto-organizados e/ou definida por níveis institucionais mais próximos (GOBILLE, 2005).

Mas longe de constituir uma elite transnacional afastada dos espaços nacionais e desconfiada de todas as formas de participação política nacional, os militantes altermundialistas estão fortemente enraizados, fortemente interessados pelos debates políticos de seus países e não somente na medida em que são assalariados do setor público. Gobille destaca que entre os temas que mais mobilizavam os entrevistados, de acordo com suas declarações, estão tanto temas transnacionais como meio ambiente, desigualdades Norte-Sul e a construção da União Européia e a luta contra a guerra e a ilegitimidade das organizações internacionais. Mas em percentuais relevantes e quase iguais de preocupação aparecem questões que podem ser consideradas internas como a luta contra o desemprego e a precarização dos serviços públicos. A maioria (31%) declara possuir inclinação política de extrema esquerda, mas uma parcela também significativa (18%) se recusa a se posicionar de acordo como o eixo direita/esquerda, forma entendida como historicamente incorporada às categorias dominantes de entendimento político nacional.

Por essas razões, o autor do trabalho cita a expressão de Sidney Tarrow (TARROW, 2001) e considera os altermundialistas “cosmopolitas enraizados”, que ele define como agentes ancorados em motivações sociais e culturais nacionais, mas que se engajam em atividades políticas que requerem seus investimentos em assuntos de intercâmbios e conflitos transnacionais.

Assim, nos dois lados da moeda da globalização, as elites globalizantes e os militantes altermundialistas, nos dois casos constata-se que a idéia de cosmopolitismo é relativa e não há um despreendimento total de questões locais e da cultura nacional. Nas palavras de Gobille:

...um enraizamento social, cultural e político importante no espaço nacional condiciona o acesso ao internacionalismo altermundialista.

Ao mesmo tempo, o processo que leva o nome genérico de globalização, longe de flutuar no ‘céu’ transnacional, reside na realidade em ‘estratégias de Estado’. A formação voluntarista feita pelos governos ocidentais, em particular o governo dos EUA, de novas elites exportadoras do neoliberalismo, à imagem dos ‘Chicago boys’ nos países da América Latina não é a única dessas estratégias. Articulada na prática de agentes ainda presos à trama do nacional, o movimento contemporâneo de globalização, tanto no que diz respeito às mobilizações contestatárias ou aos fluxos econômicos e financeiros, não é produto mecânico da afirmação de uma esfera transnacional autônoma liderada por vanguardas desenraizadas, intelectuais críticos ou *think tanks* neoliberais. (GOBILLE, 2005).

Lilian Mathieu, em seu artigo “A constituição do movimento altermundialista francês” (MATHIEU, 2005) considera que a onda contestatória francesa dos anos 90 não surgiu por inspiração de algum movimento pioneiro, mas de diversos movimentos heterogêneos que encontraram no altermundialismo uma forma ainda incompleta de unificação. Ela analisa a recomposição dos movimentos sociais franceses ao final da década de 1990, quando já atuavam em um espaço autônomo e consolidado. A autora aponta quatro aspectos dessa recomposição: a reconfiguração das redes organizacionais; novos instrumentos intelectuais de crítica ao liberalismo; a problematização das fronteiras entre o mundo sindical e o campo político partidário e a passagem da contestação a um nível internacional.

Segundo a autora, a interconexão dos movimentos em uma rede está na origem da formação da principal organização altermundialista francesa, a ATTAC, que reúne entre seus fundadores grande parte daqueles movimentos de constestação. Mesmo assim, a ATTAC não se resume aos movimentos dos anos 90, pois também reúne organizações originadas nos anos 60 e 70, como ambientalistas e terceiro-mundistas. (MATHIEU, 2005). Já o campo intelectual constituiria uma zona de interseção com o espaço dos movimentos sociais. Assim como as políticas neoliberais tiveram um forte apoio de pensadores e economistas, surgiram diversos movimentos para defender os argumentos contrários ao chamado “pensamento único” e à “ditadura dos mercados”. Assim, diversos “observatórios”, clubes de reflexão e fundações

reuniram militantes e intelectuais com essa finalidade. A própria ATTAC possui um conselho científico para garantir o rigor dos estudos que publica. Um exemplo também citado pela autora é a participação de jornais, entre eles o *Le Monde Diplomatique*, na fundação da ATTAC.

A delimitação das fronteiras do movimento altermundialista em relação aos sindicatos e partidos políticos é motivo de disputas, portanto as relações com estas instituições são ambíguas. Muitos sindicatos ou braços de confederações estão entre os fundadores da ATTAC. A independência do altermundialismo em relação à política partidária está em sua carta de princípios, mas a porosidade dessa fronteira e a dependência material fazem disso uma questão de tensão e disputa.

Para a autora, o caráter transnacional do movimento situa-se mais no nível das preocupações e reivindicações diante dos atores globais como OMC, FMI, G8, enquanto luta-se no contexto local ou nacional contra os efeitos das políticas globais. A conexão pontual desses movimentos não formaria uma estrutura organizacional transnacional.

É preciso não tomar a dimensão internacional do altermundialismo como algo dado, mas estudá-la em suas modalidades concretas, ou seja, nas formas de conexão entre movimentos similares em diversos países e nos lugares de ação internacional (...). (MATHIEU, 2005, p.157)

A autora reconhece na ATTAC o papel de conexão dos movimentos em torno do altermundialismo, e também dá ênfase ao fator *Le Monde Diplomatique* e sua difusão internacional, inclusive para a “invenção” do Fórum Social Mundial. (MATHIEU, 2005, p. 160).

A bibliografia sobre o tema altermundialismo é predominante francesa, uma vez que o próprio lugar de formulação de seus princípios é o movimento social francês e o seu marco fundador pode ser considerado a criação da ATTAC, que é também a via de interconexão com

as questões transnacionais. O jornal *Le Monde Diplomatique* cumpre também um papel essencial de formulador e divulgador, devido ao seu grande alcance internacional, das idéias anti-globalização neoliberal, como veremos adiante.¹

4.2 *Le Monde Diplomatique*: formulador do altermundialismo

Publicado em 2005 na França, o livro de Érik Agrikoliansky, Olivier Fillieule e Nonna Mayer, intitulado “*L’Altermondialisme En France: la longue histoire d’une nouvelle cause*” (AGRIKOLIANSKY et al, 2005), relaciona diretamente o jornal francês *Le Monde Diplomatique* à organização e formalização do movimento altermundialista. Um dos capítulos do livro analisa a história do movimento em seus diferentes aspectos e é dedicado exclusivamente a investigar as razões e características que puseram o jornal na posição de “um precursor da nebulosa antiglobalização/altermundialista na França”.

Segundo os autores, a criação da organização ATTAC² tem como marco fundador a publicação do editorial intitulado “*Désarmer les marchés*”, de Ignacio Ramonet nas páginas do Diplôme em dezembro de 1997. O lançamento da idéia e a conclamação dos leitores do jornal a aderir à organização foram ouvidos, e em junho de 1998 houve a primeira assembléia geral de constituição da organização, que elegeu Bernard Cassen, diretor-geral do *Le Monde Diplomatique*, como presidente. Em 2002 a ATTAC já contava com 30 mil adesões na

¹ Para relativizar um possível “francocentrismo” nessa análise, podemos mencionar o trabalho de Élise Feron, “*Les altermondialistes dans le mouvement social européen: entre participation et retrait*”, que contextualiza seu estudo do movimento altermundialista no espaço público europeu, e artigo de Eric Cheynis, “*L’altermondialisme au prisme marocain*”.

² Inicialmente *Action pour une Taxe Tobin d’aide aux citoyens*, como no editorial, mas na assembléia de fundação passou a chamar-se *Association pour la Taxation des Transactions Financières pour l’aide aux citoyens*, para que não limitasse seu objeto exclusivamente à Taxa Tobin e compreendesse a luta contra todos os aspectos da dominação da esfera financeira. (CASSEN, 2002)

França. Foi a primeira vez na história do jornal criado em 1954 que ele se engajava oficialmente e associava seu nome a uma organização política. Os autores procuram analisar as causas desse engajamento atípico com base na história do jornal e no perfil de seus colaboradores. “É importante compreender como a equipe, inicialmente afastada de toda forma de engajamento associativo, político ou sindical se inseriu progressivamente na institucionalização das causas anti/altermundialistas” (AGRIKOLIANSKY et al, 2005).

Assim, os autores investigam o caso singular do LMD no contexto midiático francês. Através do estudo do engajamento dos jornalistas e leitores do LMD nos movimento anti/altermundialistas, é colocada a questão do lugar ocupado pelo jornal nas estratégias militantes. Para eles, existe de um modo geral um declínio da imprensa como espaço considerado pertinente e legítimo de ação coletiva. Os recursos midiáticos produzidos por e para os movimentos sociais estariam em declínio (como a imprensa comunista ou os jornais sindicais). Essa decadência teria duas razões: a profissionalização e “autonomização” da atividade jornalística e, por outro lado, a incapacidade dos movimentos de concorrer com agências de notícias e com a televisão no campo da produção de informação.

As mídias de massa teriam obrigado os movimentos a se integrar à sua lógica de funcionamento, contratando assessorias de imprensa, respeitando os formatos impostos, os modos de ação que privilegiam a espetacularização, “susceptíveis de ser mostradas no jornal da 20h” (o equivalente do nosso Jornal Nacional na França). Nesse contexto, o aumento regular das vendas do LMD ao longo dos anos surpreende. Como explicar essa anomalia no reinado da objetividade?

Tableau 28. - Quotidiens parisiens (1981-2002)

Création		Diffusion			Abonnement + portage (a)
		1981	2000	2002	
1854	Le Figaro	336 000	368 000	345 000	26 %
1887	International Herald Tribune	160 000	242 000	245 000	14 %
1944	Le Monde	439 000	402 000	417 000	35 %
1944	Le Parisien	343 000	492 000 (b)	516 000 (b)	22 %
1944	France Soir	429 000	(60 000)	81 000	3 %
1973	Libération	(70 000) (c)	171 000	146 000	15 %
1904	L'Humanité	141 000	55 000	50 000	6 %
1883	La Croix	118 000	90 000	97 000	91 %
1908	Les Échos	67 000	154 000	166 000	51 %
1984	La Tribune		104 000	92 000	46 %
1946	L'Équipe	223 000	401 000	335 000	2 %
1946	Paris Turf	119 000	107 000	96 000	1 %

Source : chiffres OJD-DC 2002 – diffusion France et étranger.

(a) En 2002 ; (b) Dont 131 000 pour *Aujourd'hui* en 2000 et 149 000 en 2002 ; (c) Non contrôlé par l'OJD.

Tableau 31. - Quelques grands périodiques d'information générale (1981-2002)
(tirage en nombre d'exemplaires)

	Création	Titre	1981	1991	2000	2002
Source : OJD-DC	1953	L'Express	506 865	580 208	554 996	554 716
(a) Chiffres fournis par le journal lui- même.	1950	Le Nouvel Observateur	384 861	309 974	501 444	544 401
	1972	Le Point	336 201	415 966	323 915	358 909
	1956	Valeurs actuelles	113 250	(90 000)	86 764	95 876
	1915	Le Canard enchaîné (a)	468 517	396 622	429 000	n.c.
	1949	Paris Match	919 223	861 845	770 426	707 678
	1977	VSD	334 564	293 068	235 909	230 963
	1945	La Vie	338 637	249 534	219 481	203 824
	1983	Le Pèlerin Magazine	482 821	346 102	310 107	302 259
	1990	Courrier international	—	(95 000)	125 803	166 695
	1954	Le Monde diplomatique	n.d.	n.d.	193 804	230 358

(Fonte: Albert, Pierre. La Presse Française. Paris, La Documentation Française, 2004.)

As tabelas demonstram o crescimento significativo nas vendas do *Le Monde Diplomatique* nos últimos anos (acima da média das publicações mensais, cuja maioria teve decréscimo de vendas entre 2000 e 2002). As visíveis exceções, com grande aumento percentual de número de exemplares, são a revista *Le Nouvel Observateur* e o *Le Monde Diplomatique*. A tiragem do jornal mensal é comparável à média, e até supera a de vários diários, conforme a tabela 2, que em geral não vêm apresentando crescimento muito expressivo e, em alguns casos, apresentam diminuição de números de exemplares vendidos, tornando o sucesso do LMD mais expressivo ainda em termos comparativos.

Esse sucesso é explicado na análise de Máxime Szczepanski-Huillery (IN: AGRIKOLIANSKY, et. al., 2005) por toda a trajetória histórica do jornal. As origens da linha editorial atual do Diplô remontam à sua fundação, em 1954. O jornal mensal, inicialmente liberal e com fraca tiragem se destinava ao mundo das embaixadas e da elite econômica internacional. As posições atuais do LMD, segundo os autores, resultam menos de uma ruptura do que de uma continuidade na forma e tratamento do que se constitui o centro da atividade do jornal: as atualidades internacionais. A hipótese dos autores é a de que a continuidade, fidelidade aos valores jornalísticos iniciais do jornal levou à sua linha atual de contestação, ao contrário de uma certa idéia de ruptura e mudança de rumos associada à chegada de Claude Julien à direção da redação, em 1973. Os autores também defendem que a formação e as condições de trabalho diferenciadas dos jornalistas permanentes do Diplô contribuem para a singularidade da publicação. Segundo eles, os jornalistas transitam entre os campos jornalístico, militante e universitário de um modo próprio, em condições que raramente aparecem todas juntas nas demais empresas jornalísticas.

A primeira manifestação de ativismo do LMD foi, segundo os autores, a criação da associação *Amis du Monde Diplomatique* (AMD), em 1996, que precede a criação da ATTAC (1998), e mais tarde, na terceira edição do FSM de Porto Alegre, o lançamento do

Observatório Mundial da Mídia, o *Media Watch Global*, em 2003. As semelhanças entre as palavras de ordem, das estratégias de ação e a frequência alta de pessoas que pertencem às duas associações, ATTAC e *Amis du Diplo*, convidam ao estudo desses precedentes, segundo os autores.

Em maio de 2004, a edição do LMD trouxe um caderno especial reproduzindo textos de doze capas históricas apresentadas pelo diretor de redação, Ignacio Ramonet. Ao lermos o texto do primeiro número, de 1954, é gritante a discrepância dos temas em relação aos atuais. Ele tratava de assuntos da carreira diplomática e até de “vestidos para noite e para dançar” (*LE MONDE DIPLOMATIQUE*, maio de 2004, edição comemorativa dos cinquenta anos do jornal – “*Un cahier spécial de douze ‘unes’*”). Era o jornal dos círculos diplomáticos e das grandes organizações internacionais.

Fundado por Hubert Beuve-Méry, mesmo fundador do *Le Monde*, o *Le Monde Diplomatique* teve por primeiro diretor um ex-diplomata de origem húngara, François Honti, auxiliado por uma das primeiras mulheres jornalistas da publicação, Micheline Paunet. Com oito páginas no período inicial, tiragem entre 4 e 5 mil exemplares, ele oferecia artigos de análise da atualidade política internacional, redigidos, em sua maior parte, por membros da redação do *Le Monde* e correspondentes no exterior.

O jornal conservou pelas últimas décadas a mesma periodicidade, formato e o espaço privilegiado para problemas internacionais na sua linha editorial, e também manteve a mesma organização do trabalho, centrada em uma pequena equipe que faz uso do serviço de colaboradores externos (acadêmicos, políticos ou embaixadores, jornalistas, etc). A resposta normalmente dada à questão da transição do jornal para uma linha mais combativa, geralmente associada à ascensão de Claude Julien à frente da redação é incompleta, segundo os autores, porque este já era colaborador do mensal e já havia publicado neste críticas às políticas externas americanas, bem antes da Guerra do Vietnam. Na opinião dos autores, o

engajamento progressivo do Diplôme resulta tanto da chegada de Ignacio Ramonet e de Bernard Cassen nos anos 70, quanto do trabalho dos jornalistas que já estavam presentes na rede de colaboradores habituais, com destaque para Micheline Paunet. A verdadeira ruptura entre o Le Monde e o jornal mensal teria tido lugar após a efêmera e conflituosa passagem de Claude Julien pela direção do Le Monde, entre abril de 1981 e 1982 (SZCZEPANSKI-HUILLERY IN: AGRİKOLIANSKY et al, 2005).

Mas a adesão à causa terceiro-mundista não explica a opção do jornal pela ausência de pretensa objetividade, ou seja, pela opinião e engajamento assumidos publicamente. De qualquer forma, nem Claude Julien nem Ignacio Ramonet jamais associaram, até a criação da ATTAC, o nome do jornal à uma organização específica ou a uma corrente política precisa (marxismo, catolicismo social...). Diferentemente de outros órgãos de imprensa diretamente ligados a partidos ou movimentos no contexto francês, o *Le Monde Diplomatique* sempre manteve um equilíbrio, que o mantinha na situação que foi descrita pelos autores como a de um *outsider* e *insider* da esquerda simultaneamente (AGRIKOLIANSKY et al, 2005). Esse equilíbrio se deve também às condições de trabalho e de formação de seus jornalistas e colaboradores.

Composta de duas pessoas inicialmente, a equipe do Diplôme foi crescendo a partir da metade dos anos 70, e em 2003 contava com oito jornalistas permanentes (Ignacio Ramonet, Bernard Cassen, Alain Gresh, Maurice Lemoine, Dominique Vidal, Martine Boulard, Serge Halimi e Anne-Cécile Robert) de cerca de quinze funcionários ao todo, o que chama atenção pela equipe reduzida (apesar de contar com diversos colaboradores externos). É uma estrutura parecida com a de muitas revistas na França e fora dela, e a periodicidade mensal contribui para essa semelhança. Muitas revistas e publicações especializadas contam também, como o Diplôme, com editores, repórteres e colaboradores especializados nos temas sobre os quais escrevem, com títulos acadêmicos na área. Por exemplo, Alain Gresh, Ignácio Ramonet e

Bernard Cassen possuem títulos de doutorado em Ciências Sociais, Semiologia e Inglês, respectivamente. Serge Halimi é professor titular em Berkeley, Phillipe Rivière, criador do *site* do Diplô na Internet, é doutor em Matemática. No jornal, sempre foi dado espaço a figuras de destaque do meio universitário, como Noam Chomsky, Edward Said e Eric Hobsbawn. A grande maioria das edições do Diplô não apresenta mais do que dois ou três artigos escritos pela equipe permanente, contando com o editorial de Ramonet, o que faz com que os jornalistas publiquem pouco. O tipo de jornalismo também não é aquele de reportagem, que exige a saída desses jornalistas permanentes para campo, mas principalmente a escolha, leitura e edição dos textos dos colaboradores externos (esses sim atuam como repórteres). Os permanentes publicam um ou dois artigos assinados por ano nas páginas do Diplô, ou seja, escrevem pouco ou raramente. Mas essas não são características que o tornariam diferente de qualquer publicação mensal especializada (no caso do Diplô, em assuntos internacionais).

Como empresa de jornalismo, o *Le Monde Diplomatique* não é também tão singular. Exceto por ser independente no plano editorial e financeiro³, e por contar com a difusão em outros 21 países, administrada por meio da revenda dos direitos de publicação. A especialização em assuntos internacionais explicaria o tipo de reportagem mais longa e

³ Houve uma grande polêmica recente suscitada na França após a publicação do livro “*La face cachée du Monde*”, de Pierre Péan e Philippe Cohen. (Cohen, Philippe, e Péan, Pierre. *La face cachée du Monde*, Paris, Mille et un Nuits, 2003), onde o Le Monde é acusado de abuso de poder e de uma verdadeira monopolização da informação. Relações pouco éticas com o mundo da política, censura a assuntos que poderiam prejudicar os anunciantes do jornal e veiculação de informações manipuladas ou imprecisas são denunciadas. O livro deu origem a um verdadeiro “filão” editorial, como a publicação de “*Le Pouvoir du Monde*”, de Bernard Poulet, (POULET, Bernard, *Le Pouvoir du Monde*, Paris, La Découverte /Poches, 2003), sobre o mesmo tema. Em ambos os casos, nas passagens em que o Diplô é citado, ele é encarado como se ainda fosse um suplemento do Le Monde, e aparente discrepância na abordagem de alguns temas entre os dois jornais é vista como “fachada”. Para responder a essas acusações, Ignacio Ramonet escreve o editorial “*Le Monde e Le Diplô*”, publicado em abril de 2003. Nele, afirma que no início dos anos 90, as vendas do LMD aumentaram fortemente e ele praticamente passou a ter tanto uma gestão autônoma e uma redação independente. Essa situação se consolida nos anos seguintes, com a cessão de 49% do capital do LMD à Associação Gunter Holzmann, que reúne os redatores do Diplô e a Associação dos amigos do *Le Monde Diplomatique*. Essa condição lhes permite, pelos estatutos, direito de veto às decisões que afetem sua independência. Patrick Eveno (EVENO, Patrick, *Les racines historiques de la crise du Monde*. In: *Commentaires*, n 110, été 2005) defende, por sua vez, as acusações de parcialidade do Le Monde feitas a partir da polêmica “*La face cachée*”. Ele ressalta o caráter de independência, transparência e a tradição histórica do jornal no contexto midiático francês, ressaltando que ele é lido tanto pelos que concordam quanto por aqueles que discordam de sua linha editorial.

publicações em formato de dossiês (conjuntos de artigos sobre um mesmo tema ou sobre uma mesma região geográfica). Isso diferencia a linha editorial do jornal, à medida de que temas que seriam visto como assuntos “frios” para o ritmo de publicação dos outros jornais de periodicidade diária ou semanal são atualidade “quente” para o Diplô, que privilegia as análises nas suas páginas.

O jornal também é considerado de difícil leitura, pelo tamanho de seus textos, que exige um “esforço austero” (expressão do próprio Ignacio Ramonet em artigo “*Qui sont les lecteurs du Monde Diplomatique*” de outubro 1994) dos leitores. O texto é caracterizado pela presença de notas bibliográficas, mais ao formato dos textos acadêmicos que dos jornalísticos, e da complementação pelo uso de mapas, glossários, cronologias e tabelas de dados. Na verdade, a leitura do *Le Monde Diplomatique* não é feita como a de um diário ou revista. Os números geralmente são arquivados, relidos e colecionados pelos leitores. De um quinto a um terço de seus artigos é redigido por pesquisadores, majoritariamente das áreas de ciências humanas e sociais. Pierre Bourdieu, avesso à imprensa de um modo geral, com raríssimas exceções, contribuiu com o Diplô em diversas edições entre 1996 e 2000. O jornal também organiza diversos seminários e encontros em torno de um tema, o que reforça seu entrosamento com o meio universitário. Não é tanto pelo perfil individual de seus jornalistas, mas a especificidade do *Le Monde Diplomatique* vai sendo revelada em uma análise de um conjunto de características que, isoladas, aparecem em diversos outros veículos, mas praticadas em conjunto são muito raras ou inexistentes no cenário midiático.

É fácil perceber a orientação política dos jornalistas do Diplô por meio de seus artigos. O jornal tem uma postura declaradamente engajada e isto se nota pela análise e interpretação de seus textos. As posições são claras e muitas vezes, declaradas textualmente. Essa questão da objetividade (do mito da neutralidade) ainda não foi resolvida no meio jornalístico. Existem os que defendem que há sempre uma tomada de posição (os jornais de um modo

geral tomariam posição mas não a declarariam), e aqueles que pregam o esforço dos jornais para que sempre se mantenham imparciais. Para esses últimos, a imprensa deveria ser voltada à simples informação, que se constituiria em um espaço “neutro”. Os textos argumentativos ou persuasivos teriam espaços delimitados específicos e declarados onde a expressão da opinião é exercida: os editoriais, artigos assinados, crônicas, debates.

Há um outro tipo de visão sobre a questão da imparcialidade e da opinião no texto jornalístico. Segundo essa visão, a declaração expressa e pública da existência da subjetividade e da opinião na notícia é a forma possível de objetividade. Um dos nomes de destaque do *Le Monde Diplomatique*, Alain Gresh, defende essa visão: “A imprensa pluralista para mim está ligada à existência de diferentes jornais de opinião...Uma das coisas mais perigosas, eu diria, do que se pode chamar de ideologia liberal, é que ela não se apresenta como tal” (GRESH apud Agrikoliansky et al, 2005).

Na França, a imprensa de opinião historicamente se apoiou em instituições religiosas ou partidos políticos. A diferença, para os autores, do *Le Monde Diplomatique* em relação a outras publicações esquerdistas é essencialmente a independência:

...a força do *Le Monde Diplomatique* reside no fato de que seus jornalistas sempre conservaram sua independência face a todas as organizações políticas, malgrado a presença de relações estreitas, presentes ou passadas, com certos partidos. Se Dominique Vidal e Martine Bulard ocuparam cargos em publicações comunistas, se Bernard Cassen é amigo íntimo de Jean-Pierre Chevènement (...) as ligações dos membros da redação não adquirem um caráter público exceto excepcionalmente. (AGRIKOLIANSKY et al, 2005).

Ou, nas palavras de Alain Gresh: “Eu sou um jornalista de opinião; nunca nem tentei dizer ‘eu sou objetivo’. Nunca nem sequer soube bem o que é ser objetivo” (GRESH apud AGRIKOLIANSKY, 2005).

Por que o engajamento do *Le Monde Diplomatique* não aconteceu antes? Por causa da independência administrativa e financeira, que só foi atingida há pouco tempo. A criação da *Association des Amis du Diplo* resultou da vontade de adquirir independência financeira em relação à empresa matriz *Le Monde S/A*. A partir de 1989, o *Le Monde Diplomatique* dispunha de um status especial (independência editorial), mas foi só em 1997 que ele conseguiu obter a condição de filial.⁴ Três fatores contribuíram para sua obtenção: A chegada de Jean Marie-Colombani à frente do diário em 1994, que havia prometido a independização em campanha (os responsáveis pelo *Le Monde* são eleitos pela sociedade dos redatores, da qual participam 3 membros do *Diplo*). Uma doação substancial de um milhão de dólares do em antigo leitor argentino, Gunter Holzmann (que hoje dá nome à sociedade dos redatores). Terceiro, a ascensão constante das curvas de vendas desde a Guerra do Golfo.

Segundo Agrikoliansky, a criação dos *Amis du Diplo* e da *Attac* seguiu passos idênticos, e a participação de Bernard Cassen foi determinante nos dois casos. Depois do editorial de Ignacio Ramonet, mais de 4 mil leitores manifestaram por carta desejo de participar do “grupo de pressão cívica” que viria ser a *ATTAC*. Desde então, existe uma sobreposição: os leitores e membros da *Amis du Diplo* e da *Attac* muitas vezes são os mesmos. Essa grande proximidade criou, na prática, uma migração: o dinamismo inicial da *AMD* esmoreceu e deu lugar a uma onda grande de filiação a *ATTAC*, que já conta com dezenas de milhares de adesões na Europa. A *AMD*, por sua vez, teria hoje dificuldade em demarcar sua originalidade face a um movimento com objetivos tão parecidos como o da *ATTAC*.

⁴ Filial: “sociedade comercial que, embora sob a administração e direção capitalística de outra, mantém sua personalidade jurídica e seu patrimônio, preservando sua autonomia perante a lei e o público, razão pela qual não se confunde com sucursal ou agência.” (ver Dicionário Aurélio Eletrônico, versão 3.0, Editora Nova Fronteira, 1999)

Os autores concluem que o *Le Monde Diplomatique* é um dos principais precursores da nebulosa anti/altermundialista na França. Precursor da formalização e da difusão de novos tipos de injustiça, o jornal teria desempenhado um papel central na mediação das instituições financeiras internacionais. Desenvolvendo um discurso sobre a ligação entre a crise da dívida e os planos de ajuste estruturais, os colaboradores do jornal fizeram a ponte entre universos de sentidos e de combates políticos até então afastados. A partir da criação da AMD e, depois, da ATTAC, ficou claro que uma parte do seu público leitor foi sensibilizado para o que dali em diante foi declarada uma verdadeira questão pública.

A força do Diplô reside, segundo os autores, no fato de que seus redatores transitam entre os mundos jornalístico, universitário e militante posicionando-se conforme a situação. Mantendo a distância entre os três universos, eles não estariam nem trancados na “torre de marfim” acadêmica, nem estariam pondo seus saberes a serviço de interesses político-partidários, transitando entre diferentes registros, mas conservando o a independência ideológica e institucional. Os autores chamam essa característica de posicionamento e isenção simultâneas de **multiposicionalidade**. É essa a característica que torna o *Le Monde Diplomatique* tão peculiar. Associada a engajamentos diversos que vão do terceiro-mundismo à luta contra a globalização, essa multiposicionalidade seria a chave explicativa para compreender o papel que o Diplô desempenha na gênese da contestação anti/altermundialista na França.

4.3 As origens do Fórum nas páginas do Diplô

As origens do altermundialismo e do Fórum Social Mundial remontam às páginas do *Le Monde Diplomatique*. Em janeiro de 1995, Ignacio Ramonet publica um editorial cujo título, “*La pensée unique*” [o pensamento único], passa a ser repetido incontáveis vezes nos meios midiáticos, acadêmicos e políticos, representando a noção de que a expansão da visão economicista do mundo e dos valores capitalistas exacerbados e sintetizados no neoliberalismo seria irreversível, como um processo “natural” e “incontrolável”. Segundo Ramonet, era preciso desnaturalizar essa noção e estimular o debate de idéias em busca de alternativas. Em meados da década de 90, o termo “globalização” também começa a se popularizar e, apesar de toda a sua polissemia (como discutido no capítulo 2), muitas vezes, especialmente na mídia corporativa global, ele é usado como sinônimo de pressões por ajustes estruturais liberalizantes e que impõem maior desregulamentação da economia. Nesse momento, em que, desde a Queda do Muro de Berlim e do colapso de diversos regimes socialistas, a esquerda mundial parecia se retrair para uma auto-reflexão, a expressão “pensamento único” parece ter funcionado, no plano simbólico, para lembrar que as idéias aparentemente “unânicas” e “indiscutíveis” embutem um autoritarismo, e que era legítimo, sim, questionar o “fim da História” e elaborar ou resgatar maneiras alternativas de pensar a economia, a sociedade, a política e a cultura. Havia, portanto, um “inimigo comum” a toda a “nebulosa” de esquerda que engloba desde os sindicatos, os ecologistas, os movimentos que tratam das questões de gênero, dos direitos de minorias étnicas até os manifestantes que começavam a tomar as ruas nesse período contra o desemprego, e, mais tarde contra o Acordo Multilateral de Investimentos (1997 e 1998).⁵

⁵ Acordo que vinha sendo discutido de forma restrita no âmbito da OCDE, cujo objetivo era liberalizar o fluxo de investimentos dos capitais financeiros transnacionais. O *Le Monde Diplomatique* repercutiu uma primeira denúncia feita pelo movimento “Public Citizen”, que tem base nos EUA, e as reações dos mais diversos setores contra a falta de transparência e participação democrática na tomada de decisões foram intensas e inviabilizaram que o acordo fosse levado a termo.

A partir dali, uma série de análises e editoriais no jornal francês teve relação direta com a construção de um consenso possível entre os movimentos sociais, organizações não governamentais, intelectuais de esquerda, enfim, entre os setores da sociedade insatisfeitos com a financiarização crescente da economia, cuja lógica se expandia para todos os aspectos da sociedade. O crescente poder das instituições internacionais, principalmente o FMI, o Banco Mundial, e, mais tarde, a OMC, em interferir nas economias nacionais e a falta de mecanismos de controle democrático nessas instituições entraram na pauta de debates e protestos. Em dezembro de 1997, o *Diplô* publica o editorial de Ignácio Ramonet intitulado “*Désarmer les marchés*” [Desarmar os mercados], onde lança as bases para a criação da ATTAC, ao defender a tributação da circulação do capital financeiro transnacional, conclamando: “Por que não criar, em escala planetária, a organização não governamental ATTAC?”. Em maio de 1998, mais uma vez um título de editorial de Ramonet se tornaria palavra de ordem: “*Um autre monde est possible*” deu origem à expressão altermundialismo (*altermondialisme*, em francês) e seria adotada mais tarde como *slogan do Fórum Social Mundial*.

Nessa mesma época, uma cidade começa a ganhar projeção internacional através das páginas do jornal por causa da experiência do orçamento participativo, iniciativa elogiada como radicalização da participação democrática. “*Democratie participative à Porto Alegre*”, de Bernard Cassen, publicado na edição de agosto de 1998, e “*L’expérience du budget participatif de Porto Alegre*”, de maio de 2000, escrito pelo então prefeito Raul Pont, divulgam a noção de que a cidade, governada por um partido de esquerda, era um foco de resistência à onda neoliberal na América Latina e um laboratório de novas possibilidades de gestão. O reconhecimento internacional da experiência, inclusive por agências da ONU que lhe outorgaram prêmios durante os anos 90 (ONU-Habitat, PNUD, entre outras), também colaborou para a construção da simbologia do OP de Porto Alegre.

Também no final da década de 90, as manifestações que ficaram conhecidas na grande imprensa como “antiglobalização” atingiram seu ápice. Passaram a ocorrer ações sistemáticas e politicamente dirigidas durante as reuniões de instituições internacionais. Em Genebra, de 18 a 20 de maio de 1998, milhares de jovens vão as ruas protestar. Em maio do ano seguinte, durante encontro do G8, manifestantes formam uma corrente humana em torno da cidade de Colônia e pedem o perdão da dívida externa dos países pobres. No final deste mesmo ano, 1999, de 30 de novembro a 4 de dezembro, acontece uma das maiores manifestações antiglobalização do planeta, com a participação de militantes do mundo inteiro, muitos deles tendo suas ações organizadas pela Internet. (CATTANI, 2001) A chamada “Batalha de Seattle” é considerada um dos motivos do cancelamento da programação oficial da “Rodada do Milênio”, da OMC, embora os organizadores não o admitam oficialmente, atribuindo o fracasso à falta de entendimento entre os negociadores representantes oficiais dos países interessados. Dali em diante, toda cidade da Europa ou dos EUA (como Washington, que foi sede de reunião do FMI em 2000, a qual reuniu cerca de 15 mil manifestantes) onde instituições como a OCDE, o Banco Mundial, o FMI ou a cúpula da União Européia organizassem uma reunião, ali haveria também intensas manifestações, uma crescente repressão policial e, em alguns casos, a organização de um “*contre-sommet*”, uma reunião paralela de entidades e associações excluídas do processo de debate e do processo tomada de decisão do evento “oficial”. Essas reuniões questionavam a legitimidade das instituições e propunham alternativas à globalização neoliberal.

A influência das idéias publicadas no *Le Monde Diplomatique* na idealização do Fórum Social não é questionada pelos organizadores e consta dos primeiros registros feitos logo após a realização da primeira edição do Fórum, em 2001. No livro “Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor”, organizado por Antônio David Cattani (CATTANI, 2001) com artigos de organizadores e personalidades influentes presentes ao

evento, há uma breve listagem da bibliografia que tratava do Fórum e das idéias que o inspiraram. Na apresentação dessa bibliografia, é notável o destaque dado ao *Le Monde Diplomatique*:

Uma série de publicações ajudaram a ‘construir’ o FSM 2001 divulgando teorias, análises, propostas dos mais diferentes horizontes geográficos, políticos e sociais. O jornal *Le Monde Diplomatique* é, sem sombra de dúvida, a mais influente e a mais engajada publicação de combate intelectual à mediocridade neoliberal (...) O próprio título do FSM 2001 retoma o eixo central do número 530 (maio de 1998) (...) Desde fevereiro de 1996, na direção do *Le Monde Diplomatique*, Ignacio Ramonet e Bernard Cassen tornaram-se referências internacionais e mobilizadoras do processo de despertar da consciência de que *un autre monde est possible*. (CATTANI, 2001, p. 261)

O texto lembra ainda o editorial de janeiro de 2001, “Porto Alegre”, onde Ramonet proclamava a chegada do novo século em Porto Alegre. Segundo Cattani, aquele artigo se transformou na convocatória internacional do Fórum, que aconteceu entre os dias 25 e 31 daquele ano. O evento possui apoiadores oficiais que ajudam em aspectos como o custo, a estrutura a divulgação e a manutenção. Na página oficial do Fórum Social Mundial⁶ estão explícitos os apoios recebidos durante as 6 edições do evento. O jornal *Le Monde Diplomatique* figura como apoiador oficial apenas da primeira edição, de 2001, mas seus diretores estão envolvidos diretamente com a organização das atividades e com a coordenação internacional, especialmente Bernard Cassen.

A idéia de realizar uma reunião Anti-Davos partiu, segundo o relato de Francisco Whitaker, um dos integrantes do Conselho Internacional do Fórum Social, publicado no *site* oficial do evento,⁷ partiu de Oded Grajew, presidente da associação empresarial CIVES (Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania). Ele conta que economistas e outros

⁶ Ver <http://www.formsocialmundial.org.br>

universitários já vinham realizando, na Europa, encontros que chamavam de Anti-Davos. O que se pretendia no entanto era mais do que isso. Propunha-se realizar um outro encontro, de dimensão mundial, com a participação de todas as organizações que vinham se articulando nos protestos de massa, voltado para o social – O Fórum Social Mundial. Esse encontro teria lugar, para se dar uma dimensão simbólica ao início dessa nova etapa, nos mesmos dias do encontro de Davos em 2001.

Mais exatamente quem teve essa notável idéia – não sei se a teria discutido anteriormente com outras pessoas – foi o nosso amigo Oded Grajew, que a colocou para mim quando nos encontramos na França, em fevereiro desse ano. Resolvemos levá-la juntos ao diretor do *Le Monde Diplomatique*, que é também presidente da ATTAC na França, Bernard Cassen, para vermos se a idéia seria bem aceita fora do Brasil. (WHITAKER, 2004)

Francisco Whitaker reforça ainda, em seu relato, que Bernard Cassen teria se entusiasmado com a idéia e proposto que o Fórum fosse realizado no Brasil, mais precisamente em Porto Alegre. No livro “Tout a Commencé à Porto Alegre”, Cassen conta a história da visita de Francisco e Oded ao escritório do *Le Monde Diplomatique* e da conversa que levou à formulação da idéia do Fórum, do nome que teria, a data e o lugar, de maneira praticamente idêntica, apenas de forma mais longa e rica em detalhes⁸. Cassen conta que, alguns meses mais tarde, em uma reunião em Porto Alegre, algumas decisões foram tomadas referentes à divisão de tarefas na organização do Fórum. Segundo ele, os brasileiros presentes à reunião acreditavam que a organização e divulgação devia ser confiada a um comitê internacional, e o comitê nacional deveria se limitar a servir de braço à operacionalização do projeto. Segundo Cassen, os brasileiros duvidavam da legitimidade de só o Brasil conseguir

⁷ Francisco Whitaker, “Fórum Social Mundial: origem e objetivos”, 24 de junho de 2004 (artigo originalmente publicado no “Correio da Cidadania”, de 2 a 9 de dezembro de 2000, edição n. 222), http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=origem_fsm_por.

convocar um encontro internacional de tal amplitude. (CASSEN, 2003). Ele revela ainda que teria usado de todos os argumentos possíveis para persuadir os organizadores de que o Brasil estava em condições de lançar um evento como esse e, um dos argumentos que ajudaram a convencer foi oferecer o apoio do jornal francês e criar um “comitê de apoio”, que mais tarde viria a ser o Conselho Internacional. (CASSEN, 2003, p. 28 - 31).

Talvez a insinuação de uma certa falta de auto-confiança da equipe nacional de fundadores do Fórum tenha sido o motivo da divergência entre Oded Grajew e Bernard Cassen quando do lançamento do livro deste último. Grajew teria interpretado a visão de Cassen como tendo intenção de levar todos os “louros” pela implantação bem-sucedida do Fórum (que à época, já em 2003, tomou proporções agigantadas em Porto Alegre, reunindo 100 mil pessoas e multiplicou-se pelo mundo em dezenas de fóruns temáticos e regionais). O jornal A Folha de São Paulo deu destaque para a discussão em matéria de alto de página na editoria de assuntos internacionais do dia 14 de novembro de 2003, um dia depois da inauguração do Fórum Social Europeu da região de Paris. “Paternidade do Fórum Social gera disputa” (ver anexo), dizia o título. Na reportagem, Grajew reclama do papel que é atribuído aos brasileiros na narrativa de Cassen: “É a postura do colonizador diante do colonizado. Ele não consegue admitir que os brasileiros tiveram a idéia e levaram adiante o processo. É uma apropriação indevida da iniciativa. Não adianta falar que é de esquerda, democrático e solidário se você não pratica isso em sua vida pessoal”, e continua: “Quando entramos na sala dele, não éramos um grupo de brasileiros que veio pedir ‘por favor, ATTAC, veja se vocês podem fazer um movimento contra Davos’ como parece no livro”, afirmou Grajew, dizendo-se profundamente decepcionado. Ainda na matéria, o outro fundador do Fórum, Francisco Whitaker, tenta minimizar a questão, fazendo questão de creditar um papel fundamental a

⁸ Detalhes tais como que os brasileiros teriam sugerido São Paulo primeiramente como potencial sede do Fórum, ou que, mais tarde, em uma reunião em Belo Horizonte, o então governador Itamar Franco teria tentado “atrair” o Fórum para que fosse realizado na capital mineira, idéia que não desagradou de todo Cassen.

Cassen no sucesso da experiência dos fóruns, mas admite também que considerou o livro incompleto. Mas a declaração dele, mais contemporizadora, fica no último parágrafo da matéria: “Há partes, realmente, insuficientemente contadas, que deveriam ser mais exatas. Mas confesso que passei batido, porque acho que isso acaba sendo corrigido com o tempo”, disse à Folha. (Folha de São Paulo, 14/03/2003, p. A14). É interessante observar também que essa discussão ficou restrita às páginas da Folha, e não houve qualquer desdobramento da questão ou “cisão” entre a cúpula fundadora do Fórum no âmbito nacional ou internacional. Isso nos faz pensar se a insatisfação e divergência de opiniões entre os organizadores não teve, na realidade, uma dimensão menos relevante e se o jornal, à exemplo de muitos outros casos, não teria tentado destacar a questão da “divisão” e “falta de união” que é um mito clássico reforçado pela mídia corporativa tradicional, que muitas vezes parece confundir diversidade com desordem e debate com desentendimento. De qualquer maneira, foi em torno do papel desempenhado pelo diretor do LMD que veio a público a polêmica sobre a quem se deviam os méritos da iniciativa de se criar o FSM.

É claro que o livro de Bernard Cassen é apenas uma das versões e não a história definitiva de um fenômeno tão múltiplo e que vem desde então suscitando uma extensa bibliografia acadêmica e de análise crítica, concernente não só à história, mas principalmente à estrutura organizacional do Fórum, seus eixos temáticos, e à idéia de participação horizontal e minimamente hierárquica, algumas vezes elogiada como modelo e outras alvo de críticas e sugestões de novas formas de aplicação. Como o livro *Another World is Possible*, (FISCHER e PONNIAH, 2003), os artigos “*The World Social Forum and global democratisation: learning from Porto Alegre*” (TEIVANEM, 2002), ou o artigo “*Les Forums sociaux mondiaux: une application paradoxale de la doctrine de la participation*”, (BIAGIOTTI, 2004). Teivo Teivanem, por exemplo, aponta que a estrutura organizacional e de tomada de decisões no Fórum deve também ser analisada, uma vez que o fórum em si mesmo deveria se

constituir como um modelo de estrutura participativa e democrática tal como se defende que seja estendido para toda a sociedade.(TEIVANEM, 2002). O presente trabalho, no entanto não comportaria uma análise completa da estrutura organizacional ou da evolução dos debates dos diversos eixos temáticos adotados nas diferentes edições. O objetivo aqui também não é discutir se a estrutura dos Fóruns é mais ou menos participativa, democrática ou centralizada. Mas sim observá-lo como um fenômeno político-social-midiático do qual o jornal francês participou ativamente, ampliando o poder simbólico do evento em nível transnacional e consolidando-se como um veículo de mídia engajado e sintonizado com a nova expressão da contestação internacional que ajudou a criar: o altermundialismo.

Mas um dado que não pode ser omitido aqui, apesar de não objetivarmos contar toda a história do Fórum e analisar as suas estratégias e as propostas de seus diferentes integrantes, é que ele cresceu enormemente, tem sido extremamente bem-sucedido em dar visibilidade mundial ao movimento altermundialista e em produzir, de acordo com o que a sua Carta de Princípios propõe, um espaço aberto de encontro e para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, e também em se constituir um processo de caráter mundial. (Carta de Princípios do Fórum Mundial, trechos dos itens 1 e 3 – ver anexo). O público dos Fóruns realizados até o presente momento - 2001 (Porto Alegre), 20 mil; 2002 (Porto Alegre), 50 mil; 2003(Porto Alegre), 100 mil; 2004 (Mumbai, Índia), 115 mil; 2005 (Porto Alegre), 155 mil; 2006 (Caracas), 150 mil – por si só já dá um caráter de força e legitimidade ao movimento. O volumoso aporte de jornalistas de todo o mundo e a maneira como vem se desdobrando de forma eficaz a manobra arriscada de deslocar o Fórum, primeiro para a Índia e depois de descentralizar uma mesma edição em diferentes continentes, como acontece neste ano de 2006 (além de Caracas, na Venezuela, as outras etapas do Fórum se darão em Bamako, Mali e na cidade de Karachi, no Paquistão) também demonstram a organização e coordenação eficaz do sentido transnacional do processo. O desdobramento da idéia original deu origem a

dezenas de Fóruns locais, regionais e temáticos e hoje pode-se dizer que os fóruns são a expressão mais emblemática do movimento altermundialista.

4.4 O LMD e o debate sobre o futuro do Fórum

Consolidado, o Fórum Social hoje vive um momento que pode ser determinante para o futuro dessa nova forma de ação contestatória. O debate interno diz respeito à própria natureza do evento em dois aspectos essenciais, que constam da Carta de Princípios: o apartidarismo e a não divulgação de documentos finais, devido à natureza plural de espaço de debate, em oposição a um movimento, que exigiria consenso e unidade.

O apartidarismo do Fórum em si, e não dos seus integrantes, suscita maior perplexidade para os observadores externos e na mídia, principalmente. A Carta de Princípios estabelece claramente essa questão:

o Fórum Social é um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário... não deverão participar do Fórum representações partidárias nem organizações militares. Poderão ser convidados a participar, em caráter pessoal, governantes e parlamentares que assumam os compromissos dessa Carta”. (trechos dos itens 8 e 9 da Carta de princípios, ver anexo).

Os documentos oficiais do Fórum o declaram apartidário, por não apoiar partidos ou governos e observa-se de maneira geral no movimento altermundialista uma grande desconfiança da classe política entre seus participantes, diretamente proporcional à confiança na auto-organização da sociedade civil e nas formas diretas de participação democrática (GOBILLE, 2005). No entanto, os estudos recentes sobre o perfil dos altermundialistas

européus mostram que os integrantes do movimento individualmente são de um modo geral altamente politizados, votam com frequência acima da média nos países em que o voto é facultativo e têm suas simpatias e preferências partidárias, e, às vezes, engajamento direto (GOBILLE, 2005). Essa aparente contradição provoca uma certa confusão e em alguns momentos isso ficou patente nos discursos sobre o Fórum: durante as primeiras edições do Fórum, quando o apoio oficial do governo petista do estado e do município do Rio Grande do Sul dava margem a controvérsias; em 2003, na terceira edição do Fórum, quando o recém-eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva discursou para um público dividido basicamente entre eleitores e ex-simpatizantes decepcionados com as alianças feitas pelo partido para vencer a campanha eleitoral; e mais recentemente, a escolha da realização do sexto FSM na capital venezuelana foi considerada “politização” do evento e apoio direto às reformas realizadas pelo presidente Hugo Chávez, o que o tornaria “um fórum chavista” (ver anexos: O GLOBO, 26/01/2006 “FSM pode buscar aproximação com governos”; e 22/01/2006, “A esquerda em xeque no Fórum Social Mundial”). O momento que vive a América Latina é fonte de reflexão e põe à prova até que ponto o Fórum, que se diz apartidário mas de forma alguma pode ser apolítico, atingirá um grau de distanciamento possível (ou de engajamento necessário) dos governos de esquerda .

O segundo item, que vem sofrendo intensa pressão interna por modificações, é o caráter espacial do Fórum, sua constituição como esfera pública de debate, em oposição à visão do Fórum como um movimento que poderia se pronunciar em seu próprio nome, publicando manifestos e documentos que refletiriam a opinião e a tendência de todos os seus integrantes/participantes. Existe um debate interno profundo sobre essa questão que é chamada de “crise de adolescência” por Irene León, uma das organizadoras do evento em Caracas (integrante do Grupo Facilitador).

Talvez seja uma crise de adolescência. O que somos? Um espaço de encontros anuais? De desenvolvimento de lutas comuns? O ponto de chegada dos movimentos que acontecem pelo mundo? Pode ser muitas outras coisas. Agora, precisaremos respeitar os tempos de cada um. Ou seria este o tempo de encontrar consenso sobre alguns pontos? Talvez.. (declaração de Irene Leon em O GLOBO, 26/01/2006, p.24)

Francisco Whitaker faz parte da “corrente” que defende com veemência a manutenção do Fórum como um espaço, em pelo menos dois documentos: um é o texto não publicado intitulado “*Notes about the World Social Forum*”, escrito após a terceira edição do FSM (2003), e antes do FSM de Mumbai (2004). considerava que o Fórum enfrentava uma crise positiva, de crescimento, e era preciso superar algumas ambigüidades antes que o processo de evolução cristalizasse algumas orientações como definitivas. As principais questões levantadas no documento foram (1) a opção entre a concepção do Fórum como espaço (Forum-espaço) ou como movimento, o que geraria maior centralização das decisões (Forum-movimento); (2) a importância relativa, nos eventos do Fórum, das atividades organizadas pelos comitês organizadores do evento e daquelas agendadas pelos participantes (delegados), e a natureza desses dois tipos de atividades; e (3), as funções dos comitês que organizam os eventos do Fórum. Das três, a primeira questão foi abordada mais longamente e considerada a mais importante, uma vez que a opção adotada para a concepção do Fórum geraria respostas diferentes para as outras. Nele, Whitaker afirma não ter dúvida de que seria fundamental garantir a continuidade do Fórum como um espaço sem “cair na tentação” de transformá-lo, naquele momento ou mais tarde, em um movimento. A manutenção dessa estrutura do Fórum não obstruiria e até facilitaria o surgimento e desenvolvimento de diversos outros movimentos, daí o fórum comumente ser classificado como “o movimento dos movimentos”. Para o fundador, perder a característica de espaço público e de diversidade seria jogar fora um instrumento poderoso de luta que é, na sua opinião, a mais importante descoberta política dos últimos tempos: o poder da articulação horizontal, que explicaria o sucesso dos eventos de

Porto Alegre, assim como das manifestações de Seattle em 1999. Essa estrutura horizontal também seria importante no sentido de contribuir como um modelo para processo de construção das estruturas democráticas que os participantes defendem para o “o outro mundo possível”.

Com o mesmo intuito, Whitaker publicou também no *site* oficial do Fórum, na seção “Memória”, o artigo “Fórum Social Mundial: avanços e perspectivas”, de 20/03/2005. O artigo é uma resposta ao “Manifesto de Porto Alegre”, um conjunto de medidas intencionais assinado inicialmente por Eduardo Galeano, José Saramago, Adolfo Perez Esquivel, Ignacio Ramonet, Bernard Cassen, François Houtard, Boaventura de Souza Santos, Walden Bello, Aminatra Traoré, Roberto Sávio, Ricardo Petrella, Tariq Ali e Emir Sader, e que recebeu adesão de muitos outros participantes do Fórum Social de 2005. Embora os seus autores declarem textualmente estarem se “expressando a título estritamente pessoal, sem pretender, de modo algum, falar em nome do Fórum”, o documento foi encarado, pelo peso das personalidades que o assinaram, muitas envolvidas tradicionalmente em todas as edições do Fórum e em sua concepção, como uma guinada disfarçada nos seus objetivos. Whitaker reagiu: “A cultura política das pirâmides de poder, das disciplinas militantes, e mesmo dos ‘pensamentos únicos’ antagônicos ao de Davos, investe permanentemente contra essa opção apresentada na sua Carta de Princípios. Tal pode ser a explicação, por exemplo, neste Fórum de 2005, do “Manifesto de Porto Alegre”. (WHITAKER, 2005).

Presente em todo o processo de construção e desenvolvimento do Fórum e ligado intrinsecamente a seus debates, o jornal *Le Monde Diplomatique* não poderia ter ficado alheio a essa discussão sobre espaço/movimento. No editorial do *Le Monde Diplomatique* de janeiro de 2006, intitulado “Caracas”, Ramonet apresenta opiniões polêmicas, defende a iniciativa do Manifesto de Porto Alegre e se posiciona claramente no sentido de uma transformação nos objetivos do Fórum, que, segundo ele, corre risco de “folclorização”.

...O Fórum Social Mundial aspira a convocar, pela primeira vez na história, um embrião de assembléia de toda a humanidade. Com um objetivo estratégico afirmado: colocar em xeque a globalização liberal que está desconjuntando as sociedades, arruinando as economias mais frágeis e destruindo o meio ambiente. Mas, no decurso do tempo, este objetivo se eclipsou e, em alguns espíritos, apagou-se totalmente. De maneira flagrante isso apareceu em Porto Alegre em janeiro de 2005, onde se pôde constatar uma espécie de esgotamento da forma inicial: para um grande número de participantes, o Fórum não podia mais continuar a ser apenas um espaço de encontros e de debates que não levavam à ação; ele deveria criar também condições para uma passagem ao ato político pela elaboração de uma base mínima, sendo ao mesmo tempo sentido e projeto, de alternativas às políticas neoliberais, incorporando os objetivos comuns dos cidadãos do Norte e do Sul. Sem isso, ele arriscava-se a se despolitizar e se folclorizar. E a se transformar numa espécie de Feira Internacional das Associações, um Salão Mundial da ‘sociedade civil’ onde, a exemplo de Davos, mas animada das melhores intenções, a ‘boa governança’ se tornaria uma preocupação central. (RAMONET, 2006)

Para Ramonet, esta constatação suscitou uma volta das “tomadas de posição combativas” e de uma discussão maior sobre o sentido, a função e o futuro dos Fóruns Sociais, sejam eles mundiais, continentais, nacionais ou locais.. Mais uma vez, as páginas do Diplô impulsionam o movimento altermundialista para um momento-chave: repensar ou manter a identidade e estrutura Fórum Social Mundial enquanto sujeito político mundial?. Por um lado, o Fórum ocupa um espaço único, fornece uma arena para a diversidade, o diálogo e uma incubadora para movimentos sociais, tem uma estrutura consolidada. Seria, então, arriscado demais alterar os princípios de uma idéia que “deu certo”, pois, na verdade, vêm alcançando os objetivos declarados com até maior alcance e visibilidade midiática do que o esperado. Por outro lado, existe o risco de cristalização e exaustão da fórmula pela excessiva repetição e o momento político em muitos países permite que seja realizada uma pressão efetiva por transformações, aproveitando a legitimidade e visibilidade conquistada pelo Fórum visto como um movimento. Essa questão está em aberto, a discussão está acontecendo no presente momento, e objetivo aqui não é tomar partido nem encerrar esse debate, mas

mostrar o Fórum como um ator-em-rede em construção, com toda a complexidade que isso traz, e o papel decisivo que o jornal analisado vem assumindo em diferentes momentos do processo, também ele, como veículo de mídia, se consolidando como um ator essencial na construção dos discursos e estratégias do movimento altermundialista.

CONCLUSÃO

O Fórum Social Mundial, como expressão da nova contestação política internacional, representa a abertura de um espaço público para a expressão dos setores da sociedade descontentes com o processo de globalização, que é vista por eles como expansão da lógica neoliberal a todas as esferas da convivência social e da relação da humanidade com a natureza. O diálogo, o intercâmbio de experiências, o reforço de identidades e demonstração de união em busca de alternativas e a experimentação de modelos organizativos horizontais, participativos e auto-gestionados são elementos que fazem parte, de acordo com os próprios militantes e alguns analistas do Fórum, do processo de construção desse espaço/movimento. A cobertura de mídia é parte da expressão de poder simbólico do evento em todas as suas edições, e nela se percebe um embate entre a mídia corporativa ou *mainstream* e veículos de mídia alternativos, aqueles que também participam do projeto do Fórum Social Mundial, muitas vezes através de cobertura paralela, oficinas, painéis, ou seminários e propõem uma atitude crítica em relação às mídias tradicionais.

Um caso mais específico na relação entre a mídia e o Fórum é o do jornal francês *Le Monde Diplomatique*. A natureza singular do jornal, sua trajetória histórica no cenário midiático francês, sua inserção e expansão crescente no panorama da mídia global não permitem que ele seja enquadrado rigorosamente na categoria mídia alternativa, que vai além dos critérios puramente contedísticos e de orientação política. Com suas raízes na imprensa tradicional francesa do pós-guerra, o jornal passou, ao longo de décadas, por um processo de independização editorial e administrativa que permitiu a ele alcançar um engajamento seletivo em questões políticas globais - a multiposicionalidade. Esse engajamento seletivo é coerente com a proposta do veículo de levar ao público análises da conjuntura global, sem ratificar uma

pretensa imparcialidade e neutralidade, encarada como um mito pelos profissionais que o elaboram. O jornal tem como singularidade também o fato de seus colaboradores transitarem com desenvoltura tanto pelos campos acadêmico, como jornalístico e ativista, conferindo legitimidade e credibilidade diferenciada à publicação.

Desde o final da década de 1990, o jornal passou a desempenhar um papel central na formulação do discurso que deu origem ao movimento altermundialista, na França e internacionalmente. As origens do Fórum Social Mundial e a maneira como ele foi pensado e é posto em prática remonta aos ideais defendidos pelo jornal e deve muito às estratégias nele desenvolvidas e expressas em termos de discurso e ativismo. Por isso, o jornal pode ser considerado “a mídia altermundialista” por excelência. Porém, ele não representa todas as possibilidades e práticas de mídia defendidas dentro do movimento altermundialista. Embora sua ambigüidade não permita classificá-lo como um veículo “alternativo” propriamente dito, dele partem iniciativas para criar uma frente de crítica à grande mídia corporativa global (como o *Media Watch Global*). Mas as relações do LMD com veículos e organizações de mídia alternativa (cooperação? hegemonia? conflito?) permanecem pouco claras e não foram discutidas nesta pesquisa, e merecem um estudo à parte.

O presente trabalho esteve embebido no espírito de compreender as expressões contemporâneas da contestação política mundial, e a importância que a dimensão midiática possui para a aquisição e disputa de poder simbólico e para a formulação de estratégias entre os atores desta contestação. A mídia no movimento altermundialista e, dentro dela um agente significativo como o *Le Monde Diplomatique*, em seu engajamento como um catalisador do discurso por uma globalização alternativa e como um dos realizadores do Fórum Social Mundial, foi encarado aqui como um modelo concreto dessa estratégia “globalizada” de ação política contestatória, que merece ser estudada mais profundamente e sob outros enfoques.

Com o enfoque teórico, houve o desafio de, no contexto da grande polissemia existente hoje para alguns conceitos utilizados, como o de globalização, mídia alternativa e sociedade civil global, encontrarmos um denominador comum que não só ajudasse a reduzir a confusão semântica, como também oferecesse realmente um ângulo de observação acurado com raízes profundas nas ciências sociais. A sociologia das relações internacionais, com a defesa do estudo de temas transversais e a crítica (construtiva) aos clássicos enfoques estadocêntricos em Relações Internacionais como disciplina, veio ao encontro dos objetivos do presente trabalho e ofereceu uma chave explicativa que foi essencial para a compreensão das relações abordadas neste: o conceito de redes e de ator-em-rede.

Por fim, esperamos que esta seja uma retomada e ao mesmo tempo um princípio de discussão, que permita contribuir para futuros estudos midiáticos e/ou sociológicos dentro da imensa nebulosa que é o conhecimento da ação política dos veículos de mídia e da ação midiática dos movimentos políticos. Com ou sem fronteiras.

ANEXOS

BIBLIOGRAFIA

III FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Carta Maior Publicações e Promoções Ltda. São Paulo, 2004. (compilação da cobertura jornalística do III Fórum Social Mundial da Agência Carta Maior).

AGRIKOLIANSKY, Éric, FILLIEULE, et MAYER, Nonna (orgs). *L'altermondialisme en France: la longue histoire d'une nouvelle cause*. Paris, Flammarion, 2005.

AHMAD, Zakaria Haji. Introduction: *Political Contestation in Comparative Perspective*. In Mahmood, Norma e Ahmad, Zakaria Haji, *Political Contestation: case studies from Asia*. Friedrich Naumann Foundation, 1990

ARTURI, Carlos, MILANI, Carlos e ROJO, Raúl. *Expressions of international contestation and mechanisms of democratic control*. In: *International Social Science Journal* 182. Dezembro 2004.

ARTURI, Carlos, MILANI, e SOLINÍS, Germán. *Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI?* Ed. da UFRGS/Unesco 2002.

ATTON, Chris. *Approaching Alternative Media: Theory and Methodology*. Napier University, 2001. Consultado via Internet pelo endereço eletrônico www.ourmedia.org/papers/atton.om2001.pdf

BAYLIS, John e SMITH, Steve. *The Globalization of the World Politics*. Oxford, 2nd Edition, 2001.

BADIE, Bertrand. *La fin des territoires. Essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect*. Paris, Fayard, 1995.

BADIE, Bertrand e SMOUTS, Marie-Claude. *Le retournement du monde, sociologie de la scène internationale*. Paris, Presses de la FNSP & Dalloz, 1992.

BADIE, Bertrand. *Da soberania à competência do Estado*. In: SMOUTS, Marie-Claude. *As novas relações internacionais*. Brasília, Ed. da UnB, 2004.

BAKER, Gideon. *Problems in the theorisation of global civil society*. Political Studies, vol. 50, 2002. p. 928-943.

BEDIN, Gilmar et al. *Paradigmas das Relações Internacionais*. Ed. Unijuí, Ijuí, 2004

BERGER, Christa. *A Reestruturação da Política em Tempos Midiáticos*. InTexto, Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFRGS, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro 1997.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2001.

BRENOL, Marlise Viegas. *Fórum Social Mundial: um espetáculo da sociedade e outro da mídia*. Porto Alegre: dissertação de mestrado FABICO/UFRGS, 2004.

CASSEN, Bernard. *Le tournant de Porto Alegre*. Editorial publicado no jornal *Le Monde Diplomatique*, edição francesa, acessado por <http://monde-diplomatique.fr/dossiers/portoalegre> (2 de fevereiro de 2001)

CASSEN, Bernard (org). *Tout sur Attac*. editora Mille et un nuits, 2002.

CASSEN, Bernard. *Tout à commencé à Porto Alegre: mille forums sociaux!* Mille et un Nuits, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede - a era da informação, economia, sociedade e cultura*. Paz e Terra, São Paulo, 1999, vol 1.

CASTELLS, Manuel. *Panorama de la era de la información en América Latina: es sostenible la globalización?* In: *Es sostenible la globalización en América Latina?* La Paz, 2003.

CASTRO, Oona. *Fórum e cobertura: objetivos divergentes*, Em Crise, 22 de maio de 2005, <http://www.emcrise.com.br/ensaios/ensaioona.htm>.

CATTANI, Antonio David, *Forum Social Mundial, A construção de um mundo melhor*, Editora da UFRGS/Vozes/Unitrabalho/Corag/Veraz Comunicação, Porto Alegre/Petrópolis, 2001.

COLONOMOS, Ariel. O ator em rede colocado à prova do internacional. In: SMOUTS, Marie-Claude. *As novas relações internacionais*. Brasília, Ed. da UnB, 2004.

COURRIER DE LA PLANÈTE, *Société civile mondiale : la montée en puissance*, Solagral, Montpellier, juin 2001.

CRITIQUES INTERNATIONALES, *Une société civile internationale ?*, n°13, Presses de Sciences-po, octobre 2001.

DOUGHERTY, James E., e PFALTZGRAFF, Robert L. *Contending Theories of International Relations : a comprehensive survey*. Longman, 2001.

DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades: mundialização, globalização, planetarização: novos desafios*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

FISCHER, William F. e PONNIAH, Thomas. *Another world is possible: popular alternatives to globalization at the World Social Forum*. Zed Books, New York, 2003

FLYVBJERG, Bent. *Making social science matter: why social inquiry fails and how it can succeed again*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

FOUGUIER, Eddy. *Mondialisation: radiographie de la contestation*. Em Sociétal, n. 34, 4º trimestre, 2001.

GOBILLES, Boris. *Les altermondialistes: des activistes transnationaux?*. In: Critique Internationale, n. 27, abril-junho de 2005. Paris: Presses de Sciences Po, 2005, p. 131-145.

HASSNER, Pierre. *Da crise da disciplina à crise de uma época?*. In: SMOUTS, Marie-Claude. *As novas relações internacionais*. Brasília, Ed. da UnB, 2004.

HUNTER, James Davidson e YATES, Joshua. *Na vanguarda da globalização - o mundo dos globalizadores americanos*. In BERGER, Peter L. e HUNTINGTON, Samuel P. *Muitas Globalizações - diversidade cultural no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Record, 2004.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Civilização Brasileira, 1999.

JACQUET, Pierre. *La gouvernance globale à l'épreuve des contestations*. Em Ramses, IFRI, 2002.

KALDOR, Mary. *The idea of global civil society*. International Affairs, n. 79, 3(2003). p. 583-593.

KAPUSCINSKI, Ryszard. *Media as a mirror to the world*. Artigo publicado no *Le Monde Diplomatique*, edição de língua inglesa, em agosto de 1999, e acessada através de <http://www.monediplo.com/1999/08/05>

KLEIN, Naomi. *Sem logo: a tirania da marca em um planeta vendido*. São Paulo: Record,

2002.

MACLEAN, John. *Philosophical Roots of Globalization and Philosophical Routes to Globalization*. In GERMAN, Randall D. *Globalization and Its Critics: Perspectives from Political Economy*. Macmillan/Basingstoke, 2000.

MAHMOOD, Norma e AHMAD, Zakaria Haji. *Political contestation: case studies from Asia*. Friedrich Naumann Foundation, 1990.

MANIÈRE DE VOIR (revista). *Combats pour les Médias* – número 80. Abril/maio de 2005.

MATTOS, Fernando. *Mídia, poder econômico e globalização*. Em *Comunicarte*, vol 19, n 25, Campinas, PUC, 2002.

MATHIEU, LÍlian. *La constitution du mouvement altermondialiste français*. Critique internationale. n. 27, avril-jun 2005. p. 147-161.

MERLE, Marcel, *Sociologia das Relações Internacionais*, Brasília, Ed. UnB, 1981.

MILAN, Stephania. *Communicating Civil Society: participation as the main benchmark of Civil Society Media. The case of the third World Social Forum*. Artigo apresentado na International Association of Media and Communication Research, Participatory Communication Research, realizado em Porto Alegre de 25 a 30 de julho de 2004. Consultado via Internet pelo endereço (ver).

MILANI, Carlos and KERAGHEL, Chloé. 2006. *The International Agenda for Sustainable Development: International Contestatory Movements*. In S. Thoyer and B. Martimort-Asso (eds.), *Participation for Sustainability in Trade*, London: Ashgate Publishers.

MILANI, Carlos e LANIADO, Ruthy. *Transnational social movements in a globalising world: a methodological approach based on the analysis of the World Social Forum*. Seminário Internacional "Transnationalization of Solidarities and Women's Movements", Montreal (Canadá), Universidade de Montreal, 2006.

MINÀ Giani, *Um Outro Mundo é possível: propostas do Fórum Social Mundial de Porto Alegre para um futuro melhor*, Editora Record, Rio de Janeiro/Sao Paulo, 2003.

MORAES, Denis (org). *Por uma outra comunicação - mídia, mundialização cultural e poder*. Record, Rio de Janeiro, 2003.

MORAES, Denis. *Mídia e Globalização Neoliberal*. Em *Contracampo - Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação*. Rio de Janeiro, UFF, n.7, 2002.

MOUCHARD, Daniel. *Les altermondialismes*. Critique Internationale, Paris: Presses de Sciences Pó, n. 27, abril-junho de 2005.

NYE, Joseph S. e KEOHANE, Robert. *Transnational Relations and World Politics*. Harvard University Press, 1973.

NYE, Joseph, S. Jr. *US Power and Strategy after Iraq*. In: Foreign Affairs, July/August, 2003.

NYE, Joseph. *Power in the global information age: from realism to globalization*. Routledge, 2004.

OLIVEIRA, Miguel Darcy. *Cidadania e Globalização: a política externa brasileira e as ONGs*. Instituto Rio Branco, Funag, Brasília 1999.

PERRET, Virgile. *Les discours sur la société civile en relations internationales - Portée et enjeux pour la régulation démocratique de la mondialisation*. Em Revue Études Internationales, volume XXXIV, n. 3, septembre 2003.

PERUZZO, C. *Comunicação nos movimentos populares*. Petrópolis, Vozes, 1999.

RAMONET, Ignacio, “Régimes globalitaires”. *Le Monde Diplomatique*, janeiro de 1997.

RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

RAMONET, Ignacio. *Porto Alegre*. Editorial do jornal *Le Monde Diplomatique*, edição francesa, publicado em janeiro de 2001. Acessado através de <http://www.monde-diplomatique.fr/2001/01/RAMONET/14647>

RAMONET, Ignacio. *O poder midiático*. Em MORAES, Denis. *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

RODAMILÁNS, Ricardo. *El Foro Mundial em la prensa en inglés*. (mimeo)

RISSE-KAPPEN, Thomas (org). *Bringing Transnational Relations Back In: Non State Actors, Domestic Structures and International Institutions*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

SANTOS, Milton et al. *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. Segunda edição. Editora HUCITEC, São Paulo, 1994.

SCHOLTE, Jan Aart. *The globalization of world politics*. In: BAYLIS, John e SMITH, Steve. *The Globalization of the World Politics*. Oxford, 2nd Edition, 2001.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Contradições na cobertura jornalística americana no Iraque*. Em *Política Externa* vol 12, n. 3 dez/jan/fev 2003/2004.

SODRÉ, Muniz. *O globalismo como neobarbárie*. In: MORAES, Denis (org). *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SMOUTS, Marie-Claude. *As novas relações internacionais: práticas e teorias*. Brasília, Ed. da UnB, 2004.

SMOUTS, Marie-Claude. *A mutação de uma disciplina*. In: SMOUTS, Marie-Claude. *As novas relações internacionais*. Brasília, Ed. da UnB, 2004

STIGLITZ, Joseph. *A Globalização e seus malefícios: a promessa não cumprida de benefícios globais*. São Paulo, Ed. Futura, 2002.

TARROW, Sidney. *Rooted Cosmopolitans: Transnational Activism in a World of States*.

Seminário apresentado à Universidade de Wisconsin, Madison, em novembro de 2001.

TEIVANEN, Teivo. *The World Social Fórum and global democratisation: learning from*

Porto Alegre. In: *Third World Quarterly*, vol23, n. 4 p.621-632, 2002.

THOMPSON, J. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes,

1998.

YAGHMAIAN, Behzad. *Globalization and the State: The Political Economy of Global*

Accumulation and Its Emerging Mode of Regulation. In *Science & Society*, volume 62, número 2, verão de 1998, pp. 241-265.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman,

2005.

WALTZ, Kenneth N. *Globalization and Governance*. In: PS Online, edição dezembro de

1999. Columbia University, 1999. <http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/walglob.htm>

(consultado em 24.08/2003)

WHITAKER, Francisco. *Fórum Social Mundial: origens e objetivos*. Artigo acessado pelo

endereço http://www.forumsocialmundial.org.br/main.asp?id_menu=2_1&cd_language=1>

Fórum Social Mundial: raio x da participação no FSM 2005 – Elementos para o debate. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Novembro de 2005.